

**JUDITE VERANISA SCHMITT**

**OS ATINGIDOS POR ITAIPU:**

História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História  
2008

**JUDITE VERANISA SCHMITT**

**OS ATINGIDOS POR ITAIPU:**

História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000

Dissertação apresentada ao curso de mestrado de História e a Banca Examinadora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras) como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do **Professor Doutor Rinaldo José Varussa**.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História  
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S355a	Schmitt, Judite Veranisa Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000 / Judite Veranisa Schmitt. - Marechal Cândido Rondon, 2008 130 p.  Orientador: Prof. Dr. Rinaldo José Varussa  Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2008.  1. Itaipu - Movimento social. 2. Itaipu - Expropriados. 3. Itaipu - Expropriados - Memória. 4. Oeste do Paraná - História. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.  CDD 21.ed. 303.484098162 981.62 CIP-NBR 12899
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

**Banca Examinadora**

---

**Professora Doutora Yara Maria Aun Khoury**

---

**Professor Doutor Antônio de Pádua Bosi**

---

**Professor Doutor Rinaldo José Varussa**  
(orientador)

## RESUMO

Este trabalho retrata o movimento social dos atingidos por Itaipu, desencadeado pelos expropriados que não aceitaram as propostas de indenização da Binacional, no final da década de 1970 e início da década de 1980, no oeste do Paraná. A pesquisa dá ênfase e privilegia a potencialidade dos atingidos, aqueles que participaram do movimento social, enquanto sujeitos, capazes de conduzir seu próprio movimento, em que muitas experiências foram compartilhadas ao longo do processo constituído. Os atingidos que decidiram participar do movimento foram discutindo pautas coletivamente, planejando estratégias de mobilização e depositaram suas expectativas em relação a ele. Das muitas experiências vivenciadas pelos atingidos neste processo, algumas delas são narradas, neste trabalho, e muitas histórias foram lembradas com atribuição de significados. O movimento dos atingidos teve apoio de vários órgãos e instituições. Uma destas instituições, que esteve presente nas mobilizações, foi a Comissão Pastoral da Terra, que interferiu no movimento, através de inúmeros trabalhos coletivos de base, realizados junto aos expropriados, pelos membros que tinham uma caminhada, voltada às questões sociais e consideravam a forma de indenização, promovida pela Itaipu incoerente, impossibilitando aos atingidos a sobrevivência em outros lugares. Como o movimento teve grande visibilidade no contexto regional e nacional, a imprensa escrita do oeste do Paraná passou a difundir o movimento dos atingidos, com publicações das mobilizações dos expropriados. Os jornais, pelos quais optei em analisar no trabalho, apresentaram posições e opiniões em relação ao movimento, sendo estas discutidas na pesquisa.

Palavras- chave: atingidos, movimento, memória.

## RESUMEN

### **Los atingidos por Itaipu: História y memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000**

Este trabajo retrata el movimiento social de los atingidos por Itaipu, desencadenado por los expropiados que no aceptaron las propuestas de indemnización de la Binacional, al final de la década de 1970 y comienzo de 1980, en el oeste de Paraná. La investigación enfatiza y privilegia la potencialidad de los atingidos, aquéllos que participaron del movimiento social, mientras sujetos, capaces de conducir su propio movimiento, en el cual muchas experiencias fueron compartidas durante el proceso constituido. Los atingidos que decidieran participar del movimiento discutieron pautas colectivamente, planearon estrategias de movilización y depositaron sus expectativas en esto. De las muchas experiencias vivenciadas por los atingidos en este proceso, algunas son narradas en este trabajo por algunos expropiados que recorrieran a la memoria hacia el recuerdo de muchas historias, llenas de significado. El movimiento de los atingidos tuvo apoyo de varios órganos e instituciones. Una institución que estuvo presente en las movilizaciones fue la Comisión de la Tierra que interfirió en el movimiento por medio de muchos trabajos de base sobre cuestiones sociales junto a los expropiados, los cuales consideraban incoherente la forma de indemnización promovida por la Itaipu. Esto imposibilitaba a los atingidos la supervivencia en otros lugares. Como el movimiento tuvo gran visibilidad en el contexto regional y nacional, la imprenta escrita del oeste de Paraná se interesó por la difusión del movimiento de los atingidos, con publicaciones sobre las movilizaciones de los expropiados. Los periódicos elegidos para el análisis presentaron posiciones y opiniones con relación al movimiento y que son discutidas en esta investigación.

Palabras-clave: atingidos, movimiento, memoria

## AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História: Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi, Prof. Dra. Carla Luciana Silva, Prof. Dr. Davi Félix Schreiner. Prof. Dr. Rinaldo José Varussa, Prof. Dr. Robson Laverdi e Prof. Dra. Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro, por compartilharem seus conhecimentos durante os créditos ministrados.

Em especial, ao Prof. Dr. Rinaldo José Varussa, meu orientador, pela paciência e dedicação nas orientações da pesquisa.

À Prof. Dr<sup>a</sup> Yara Maria Aun Khoury e ao Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi pelas sugestões, apontamentos e críticas no exame de qualificação. E, agradeço carinhosamente por aceitarem o convite para compor a banca examinadora.

À Prof. Dr<sup>a</sup> Déa Ribeiro Fenelon, pelas contribuições para o meu trabalho durante a oficina sobre a pesquisa no mestrado e produção de dissertação.

A todos os entrevistados, que gentilmente narraram, através de suas lembranças as experiências vividas no processo.

Ao Laboratório da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, que oportunizou as oficinas de fontes, contribuindo na análise e interpretação das fontes para o trabalho.

Aos meus queridos familiares. Síria, minha mãe, André e Léa meus irmãos, Vinícius; meu sobrinho e afilhado e Paulo, meu cunhado, que me incentivaram e estiveram presentes na continuação da jornada sabendo respeitar pacientemente minhas horas de estudo.

À Adriana, Ellen Patrícia e Mara, pela amizade que foi construída ao longo do mestrado, companheiras nas viagens de estudo e das festas realizadas.

Aos amigos de todos os momentos.

À secretaria da Comissão Pastoral da Terra de Curitiba, que disponibilizou os documentos para a pesquisa.

Aos funcionários das bibliotecas públicas de Cascavel e de Foz do Iguaçu, que permitiram o manuseio e a reprodução dos jornais escolhidos para o trabalho.

À Marcia Elisa, que organizou o trabalho dentro das normas exigidas pela ABNT.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I - OS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO DEBATE</b>	
<b>HISTORIOGRÁFICO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO II - APOIOS, ARTICULAÇÕES E FORÇAS NO MOVIMENTO DOS</b>	
<b>ATINGIDOS POR ITAIPU .....</b>	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO III - AS LUTAS DOS ATINGIDOS: AS TENSÕES E OS CONFLITOS NO</b>	
<b>MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA .....</b>	<b>84</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>121</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>124</b>
<b>ENTREVISTAS .....</b>	<b>124</b>
<b>JORNAIS.....</b>	<b>124</b>
<b>DOCUMENTOS .....</b>	<b>126</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>128</b>



## **APRESENTAÇÃO**

O presente trabalho é o resultado da pesquisa, desenvolvida na Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais, desde 2006, do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE - campus de Marechal Cândido Rondon – Paraná. Neste texto, procuro problematizar como se foi constituindo o movimento social dos atingidos por Itaipu, a partir das décadas de 1970 a 1980, na região oeste do Paraná, observando que existiam grupos que se posicionavam e se articulavam em relação ao movimento, disputando sentidos. Desse modo, procuro, ao longo do trabalho, tentar dialogar com os diferentes conjuntos de pessoas que se articularam e, especialmente, tornar mais visíveis os modos como os atingidos que viveram a experiência do movimento social se produzem na história.

Priorizo neste estudo os fenômenos sociais, ocorridos durante a fase de expropriação das pessoas que foram atingidas pela represa de Itaipu, buscando outras possibilidades de análise do movimento social dos atingidos por Itaipu, sendo uma opção pessoal e indo de encontro ao que foi discutido na linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais do qual participei durante o Programa de Pós-Graduação. Por isso, meu objetivo é entender como se constituiu e como se foi articulando o movimento no decorrer do processo, chamando a atenção para os significados que os sujeitos dão a este evento na sua experiência social, reconhecendo as diversas interpretações feitas pelos atingidos.

A construção da usina de Itaipu provocou um impacto social de grande dimensão. No início da construção, este impacto tentou ser ocultado através do convencimento da população atingida, de que a usina seria a solução para a demanda de energia tão necessária neste período (anos de 1970) em que a industrialização brasileira estava acelerada, mas, no entanto, a modernização resultante da industrialização, apenas serviu à classe dominante para perpetuar sua hegemonia e a maioria da população ficou excluída dos benefícios que a modernização trouxe para o Brasil. Porém, este discurso e a forma de indenização, propostos pelos dirigentes da Binacional, foi contestado e questionado pelos atingidos que não aceitaram as propostas, estabelecendo uma resistência e uma luta organizada na região oeste do Paraná, através do movimento social, constituído pelos expropriados, que elaboraram suas próprias práticas de organização e de mobilização em que reivindicaram direitos e melhores preços pelas terras que seriam indenizadas.

O recorte temporal da pesquisa tem como centro os anos de 1978 a 1981, período este, que se caracterizou pelas mobilizações coletivas, incluindo os acampamentos que os desapropriados realizaram para pressionar os dirigentes da Binacional, desencadeando no movimento para conseguir uma indenização que julgaram melhor para ter acesso a outra terra. Embora, o recorte temporal tenha estabelecido 1978 a 1981, como o período das lutas dos atingidos, o ano de 1982 ainda foi de mobilização para os atingidos que não tinham recebido a indenização, como fora estabelecido no último dia de acampamento em 1981 em Foz do Iguaçu: “o Movimento Justiça e Terra continua. Ele só acabará com o último agricultor indenizado”<sup>1</sup>. Assim, o ano de 1982, marca o fim da desarticulação para os atingidos com as últimas negociações e indenizações.

Um grupo de atingidos que participou do movimento social contra a forma de indenização das propriedades, promovida pelos dirigentes da Itaipu Binacional, reuniu-se, em agosto de 2003, na cidade de Santa Helena, para comemorar os 25 anos do início das lutas coletivas dos expropriados. Os atingidos tem como marco inicial de suas mobilizações o ano de 1978, por isso, comemoram e relembram suas conquistas e vitórias e suas fragilidades a partir desta data. Neste evento de 2003, foram publicados livros a respeito de estudos feitos sobre os problemas sociais causados pela Itaipu além de exposição de fotos sobre as mobilizações, organizada pelos expropriados e de depoimentos dos próprios atingidos que relataram a superação da perda do lugar e da propriedade e como conseguiram reorganizar suas vidas em outros lugares.

---

<sup>1</sup> MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA. *À opinião pública*. Foz do Iguaçu. 09 maio 1981.

A delimitação espacial da pesquisa sobre o movimento social dos atingidos por Itaipu concentra-se no oeste do Paraná, sendo um episódio que aconteceu em nível regional, que, a partir de 1982 transformou-se no lago artificial de Itaipu, sendo a área limítrofe entre o Brasil e o Paraguai. Para a construção da usina de Itaipu foram desapropriadas áreas que vão de Guaíra a Foz do Iguaçu, inundando milhares de hectares de terra e expulsando as pessoas atingidas de suas propriedades.

Meu interesse pelo tema deu-se durante a especialização “História e Região” da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – campus de Marechal Cândido Rondon (Unioeste), nos anos de 2003-2004, no qual meu orientador, o professor Davi Félix Schreiner, neste período, sugeriu-me estudar o tema, pois este se inseria na minha proposta de estudo para o ingresso na especialização, que era como os mecanismos de repressão atuaram durante o regime militar na região oeste do Paraná, especialmente em Marechal Cândido Rondon. Por falta de fontes, este projeto não pôde ser concretizado. Seguindo a sugestão do professor Davi, optei por estudar como a repressão policial-militar atuou sobre o movimento social dos atingidos por Itaipu, para tentar desarticulá-lo, investigando as múltiplas formas de violência física e simbólica, desenvolvidas pelo aparato militar em relação aos atingidos por Itaipu.

Para o ingresso no Programa de Pós – Graduação, em nível de Mestrado, da UNIOESTE, optei praticamente pelo mesmo projeto, desenvolvido na especialização, intitulado “Geopolítica e violência: um estudo sobre a violência física e simbólica no processo de desapropriação dos atingidos de Itaipu (1978-1985)”. Porém, um novo desafio estava lançado no mestrado. Nas discussões realizadas já no Programa, uma outra possibilidade de estudo sobre o movimento social dos atingidos por Itaipu surgiu e preferi estudar como se constituiu o movimento social dos atingidos dentro da perspectiva dos diferentes grupos que se articularam neste movimento, observando e analisando as disputas existentes. O enfoque maior da pesquisa está em relação aos depoimentos dos atingidos que, através de suas experiências, interpretam o processo sob seus pontos de vista, e a história é vista como um processo em construção por todos os homens, numa relação de luta entre interesses, valores, sentidos e perspectivas. Concentro a reflexão nos sujeitos que foram esquecidos, dando oportunidade de serem ouvidos e revelarem sua interpretação, a partir de suas experiências. Interessante na pesquisa é que os atingidos tinham em comum a expropriação, porém nem todos participaram do movimento, por isso, foi necessário investigar por que muitos participaram e outros não participaram do movimento social.

Em relação ao acesso e contato com as fontes para a pesquisa não tive no geral dificuldades. Busquei diferentes bibliografias que versam sobre a população atingida por

hidrelétricas, no intuito de verificar como os autores delinearão sua pesquisa em relação à população que foi atingida. Para a pesquisa, consegui produções sobre outras barragens, que foram tema de estudo em outras universidades, por exemplo, USP (Universidade de São Paulo) e UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Mas, a maior parte destas produções concentrou-se na análise dos trabalhos, desenvolvidos por acadêmicos da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), que produziram muitas reflexões sobre a população atingida por Itaipu, tendo como principais problemáticas a política desenvolvimentista que incentivou a construção da usina de Itaipu, os problemas sociais e ambientais e suas implicações na vida dos moradores, causados pela construção do reservatório de Itaipu. Ainda, busquei livros e ensaios que retratam Itaipu e os problemas que a construção da hidrelétrica produziu para a população atingida e para a região margeada pelo lago de Itaipu.

Visitei a biblioteca da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Curitiba, para verificar os documentos disponíveis para a pesquisa sobre o movimento dos atingidos por Itaipu. Procurei, nesta visita, documentos publicados por esta instituição no período do movimento como: atas de reuniões, documentos, boletins, cartas para convocação para assembléias. Em sua análise, estes documentos visualizam a interferência e um posicionamento da Comissão Pastoral da Terra no movimento dos atingidos, buscando viabilidades para a resistência coletiva, tendo como principal caminho a “união de todos”, sendo uma frase muito utilizada para chamar a população atingida, a participar das mobilizações coletivas organizadas pelos atingidos. O tom de muitos documentos produzidos é de crítica em relação à construção de Itaipu, ela é o grande monstro que veio para engolir os mais fracos, pois a empresa não se preocupou com o problema social que a construção da hidrelétrica causaria na região atingida, expulsando milhares de pessoas do espaço produzido por elas socialmente, sem, no entanto, oferecer um outro lugar para reassentar as famílias atingidas pela represa de Itaipu.

Ainda sobre a produção dos documentos, os membros da Comissão Pastoral da Terra da região oeste do Paraná, que estiveram envolvidos com o drama dos atingidos, partiram de questões e de problemáticas vividas pelos expropriados no cotidiano, discutindo possibilidades e soluções para os problemas enfrentados, oportunizando, também, os atingidos expressarem suas opiniões em relação ao processo vivenciado. A escrita destes documentos é bastante coloquial e a produção bem didática, facilitando a interpretação e a reflexão por parte da população, tendo como principal preocupação nos documentos o atingido, o sujeito expropriado de sua terra.

Mas, é importante salientar que na leitura destes documentos, a Comissão Pastoral da Terra, tentou influenciar na condução do movimento, revelando um caráter paternalista em relação aos problemas enfrentados pelos atingidos. Nesta atitude, a CPT tentou firmar-se no movimento dos atingidos. Entretanto, no trabalho, reforço o argumento de que a interferência da Comissão Pastoral da Terra não permitiu que esta instituição conduzisse a articulação, promovida pelos atingidos, sendo sempre a partir de suas expectativas e das perspectivas destes sujeitos que o movimento foi se organizando.

Consultei o acervo do jornal O Paraná, na Biblioteca Pública de Cascavel, que acompanhou o movimento dos atingidos desde seu início até o seu final (1978-1981). As edições deste jornal eram diárias e o seu enfoque nos anos de 1978 e 1979 em relação ao movimento, ficou reduzido a publicar documentos e notas produzidas pela Comissão Pastoral da Terra. Neste período, na região oeste do Paraná, as forças políticas eram ligadas fortemente ao partido político (ARENA - Aliança Renovadora Nacional) que dava sustentação ao regime militar e o dono do jornal O Paraná, era integrante das elites que compunham o poder. O jornal, nesta época, destacou mais a Comissão Pastoral da Terra, como a articuladora do movimento dos atingidos, uma instituição ligada à Igreja e que apoiava os movimentos populares.

A partir de 1980, o jornal teve uma outra postura em relação ao movimento. Ainda em 1979, o jornal foi vendido a um outro grupo, que continuava a representar as elites e um novo editor foi contratado, mas a linha editorial ainda privilegiava certos grupos ligados ao poder. Em 1980, O Paraná, passou a apresentar o movimento articulado, a partir dos atingidos e uma razão para tal atitude, é que o movimento ganhou uma maior visibilidade, pois em julho desse mesmo ano, os atingidos realizaram um acampamento em frente aos escritórios da Itaipu em Santa Helena e, neste evento, os expropriados denominaram seu próprio movimento de “Movimento Justiça e Terra” e o jornal focalizou esta manifestação, potencializando os atingidos e publicando detalhadamente as mobilizações dos expropriados até 1981.

Outro jornal, analisado na dissertação e que publicou o movimento dos atingidos, foi o jornal Nosso Tempo de Foz do Iguaçu. Com o desgaste da ditadura militar e o avanço dos movimentos populares, este jornal surgiu no final de 1980, com edição semanal e ligado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), podendo ser considerado um alternativo em relação alguns jornais veiculados na região que defendiam o posicionamento das elites. Nosso Tempo, foi organizado por pessoas perseguidas pelo regime militar e questionadores do Estado, instaurado no Brasil, a partir de 1964, passando a publicar o movimento dos atingidos, colocando Itaipu como a responsável pelos problemas enfrentados

pelos mesmos. Sua abordagem jornalística veio em defesa dos oprimidos do sistema e acompanhou todos os eventos dos atingidos, a partir do final de 1980, evidenciando os conflitos e os embates estabelecidos entre atingidos e os representantes da Itaipu Binacional.

Tanto o jornal O Paraná quanto o jornal Nosso Tempo, formularam uma visão positiva do movimento dos atingidos, mostrando a luta e a organização dos expropriados participantes do movimento social, valorizando as experiências compartilhadas durante a fase de mobilização, ouvindo e publicando opiniões dos desapropriados que participaram do processo, dialogando e opinando sobre os fatos acontecidos e assim posicionando-se no movimento dos atingidos.

Quanto ao levantamento das fontes orais, o principal caminho foi através de conversas com pessoas conhecidas, para que estas pudessem indicar pessoas que participaram do processo de expropriação e que atuaram junto ao movimento dos atingidos. A maioria das entrevistas, foram feitas nas casas dos entrevistados. Uma entrevista foi realizada na casa de parentes do entrevistado, pois mora em outra cidade e veio em visita e aproveitei a oportunidade, ao invés de ir até a cidade onde mora. Outra entrevista foi realizada na casa de um amigo do entrevistado, pois também estava em visita e facilitou o deslocamento. Uma foi realizada no local de trabalho do irmão do entrevistado.

Durante as entrevistas, a minha preocupação foi entender a maneira como as lideranças e as bases percebiam o movimento em sua organização, investigando através das narrativas dos sujeitos, como estes se organizavam e lutavam, partindo de suas vivências, experiências e concepções. Utilizei, para tanto, um roteiro com questões elaboradas previamente que foram abordadas durante a entrevista e no decorrer da narrativa intervim com questionamentos suscitados pelo próprio andamento da entrevista. Também levei fotos sobre as mobilizações dos atingidos que aparecem nos jornais pesquisados e livros para que os entrevistados que participaram, ou não do movimento, interpretassem e comentassem sobre o episódio, apresentado na fotografia.

Foram produzidas nove entrevistas. Duas entrevistas com pessoas que foram expropriadas, mas que não participaram do movimento; quatro pessoas que participaram do movimento, uma entrevista com o secretário da Comissão Pastoral da Terra na, época do movimento dos atingidos, e uma entrevista com o padre da paróquia de Santa Helena que participava das mobilizações dos atingidos, mas que não deixou gravar a entrevista. Sua explicação para tal atitude é que queria evitar que os pesquisadores, por exemplo, fizessem comparações de suas narrativas e encontrassem contradições na sua fala. Entrevistei ainda, o

advogado do Movimento Justiça e Terra. Assim, para a produção do texto sobre as memórias dos atingidos foram analisadas e interpretadas oito entrevistas.

Nesta pesquisa, as experiências dos sujeitos no movimento dos atingidos por Itaipu têm grande relevância, pois através destas experiências sociais compartilhadas, que foi possível compreender as reivindicações, as concepções e as práticas dos sujeitos que atuaram no Movimento Justiça e Terra. Sobre experiência busco as reflexões de E. P. Thompson que acredita que:

[...] a experiência humana [...] os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura [...].<sup>2</sup>

Tal reflexão ajuda a compreender que o homem é um sujeito social, concreto, que produz a experiência na sua prática diária. Homens e mulheres cotidianamente, em suas relações determinadas, apreendem as experiências dessas relações e produzem uma consciência do processo histórico. O mundo em que o homem está inserido é vivido, a experiência ajuda na interpretação deste mundo real, produzindo historicidade. É através da experiência que o sujeito é inserido na sociedade.

Essas considerações permitem evidenciar que os sujeitos não experimentam somente suas experiências, interagem com outros sujeitos sociais, formando conceitos de valores e normas. Os valores são vividos e surgem, dentro da vida material, e também são contraditórios, já que a sociedade não é homogênea. Portanto, os valores, a cultura, não são os mesmos para todos. O que existe é a discussão de homens e mulheres sobre estes valores por eles vivenciados, interrogando seus próprios valores.

Por conseguinte, no estudo do movimento social dos atingidos por Itaipu, levei em consideração a prática dos sujeitos no seu "fazer-se", termo utilizado por E. P. Thompson ao definir que "[...] A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada"<sup>3</sup>, possibilitando aos atingidos se identificarem e compartilharem experiências vividas como: valores, pensamentos e interesses para poderem lutar contra uma outra classe que os oprimia no processo, como no caso a Itaipu. Este processo foi o resultado da ação humana, que

---

<sup>2</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182.

<sup>3</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. 2, p. 18.

produziu mudanças sociais e que transformou o cotidiano. O movimento dos atingidos não foi homogêneo, fez-se dentro de diversos conflitos, disputas, pensamentos, pois cada atingido fez suas escolhas, tinha seus projetos e suas expectativas, existindo movimento e contradição no processo, sendo que cada momento vivido possuía diferentes propostas, que estavam em jogo na sociedade.

A fonte oral foi essencial para a compreensão de como se foi constituindo o movimento dos atingidos por Itaipu, privilegiando a experiência de homens e mulheres que estiveram envolvidos no movimento partindo de sua visão para analisar e interpretar o processo através de experiências que se foram acumulando durante os anos. Assim, permitiu-se entrar em contato com uma história que ainda foi devidamente valorizada e como lembra Alessandro Portelli: “[...] narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar”<sup>4</sup>.

No trabalho, as memórias são compreendidas como narrativas orais e individuais, a partir das experiências vivenciadas dos sujeitos e a narrativa é construída de acordo com as seleções que o depoente faz no momento da narração. Narrando suas experiências, as pessoas vão atribuindo significados às suas experiências. Neste sentido, Yara Aun Khoury observou:

[...] As narrativas como atos interpretativos, como processos constantes de significados, como expressões de consciência de cada um sobre a realidade vivida, dialogar com as pessoas supõe aprender os sentidos que cada um dos fatos narrados e das pessoas que narram assume nas problemáticas que estudamos [...].<sup>5</sup>

Desse modo, considero que os integrantes do movimento dos atingidos por Itaipu revelaram-se numa diversidade de sujeitos no que se refere à produção de memórias, interpretações e opiniões, além de disputas e conflitos, mas que refletiram sobre situações e experiências similares e, também, ao mesmo tempo, diferentes, apontando e trazendo, assim, outros significados conforme suas experiências construídas socialmente.

A narrativa é a experiência vivida, não está pronta e é constantemente reelaborada a cada novo acontecimento lembrado. A história oral dá a oportunidade das pessoas falarem, de se expressarem, de construírem um enredo para suas histórias de vida e, neste sentido, os sujeitos que foram esquecidos têm a oportunidade de expor seus pontos de vista e sua interpretação da realidade vivida. A esse respeito, Yara Aun Khoury afirma que:

---

<sup>4</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 60, 1994.

<sup>5</sup> KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. *Muitas memórias, outra histórias*. São Paulo: Olho D' Água, 2005. p. 123.



[...] Ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre a realidade, a partir do seu ponto de vista. Nesse sentido, temos esses enredos como fatos significativos que se forjam na consciência de cada um, ao viver a experiência que é sempre social e compartilhada, e buscamos explorar modos como as narrativas abrem e delineiam horizontes possíveis na realidade social.<sup>6</sup>

Nessa perspectiva, a memória traz a experiência vivida do sujeito socialmente construída, traz historicidade e novas problemáticas relacionadas ao cotidiano. A memória revela a subjetividade das pessoas e remete a um passado vivido, onde se constrói e se atribui significados a ele, através da experiência vivida, fazendo a vinculação entre o passado e o presente.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, busquei discutir algumas produções sobre outras barragens construídas pelo Brasil, onde seus autores abordam a população que foi atingida por aquelas barragens, com o objetivo de verificar como os seus autores produziram a pesquisa. Também, procurei trazer produções sobre Itaipu e trabalhos historiográficos que foram produzidos acerca da população atingida pelos efeitos daquela barragem, para investigar o que já tinha sido produzido sobre os expropriados e Itaipu, para problematizar a perspectiva dos trabalhos já apresentados, pois o tema, ao que parece, já foi muito debatido. Porém, as problemáticas apresentadas são diferentes. Por isso, neste primeiro capítulo, dialogo com os trabalhos, a partir de como os seus autores produziram suas versões sobre a história e, particularmente, busco as produções que versam sobre a população atingida por Itaipu para verificar como os autores das produções perceberam a ação dos sujeitos no decorrer do processo e como foram considerados e quem foi o sujeito da história na visão de seus autores.

No segundo capítulo analiso o movimento dos atingidos, a partir de sujeitos que se posicionaram e que se articularam em relação ao movimento. Um dos sujeitos, estudados, foi o trabalho de alguns membros da Comissão Pastoral da Terra da região oeste do Paraná, que, através dos trabalhos realizados junto aos atingidos passou a interferir na formação do seu movimento. Os dois jornais selecionados para este trabalho, também atuaram em prol do movimento: O Paraná de Cascavel e o jornal Nosso Tempo de Foz do Iguaçu, apresentaram suas opiniões e posições sobre o movimento dos atingidos. Analisei, neste segundo capítulo as posições dos próprios atingidos.

Este capítulo faz menção à constituição do movimento dos atingidos, por isso, faço aqui uma breve narrativa sobre como o movimento se constituiu. A primeira mobilização coletiva

---

<sup>6</sup> Idem, p. 125

dos expropriados ocorreu, em 16 de outubro de 1978, em Santa Helena, no oeste paranaense, quando os expropriados se reuniram para discutir sobre os problemas que estavam enfrentando em relação às indenizações e encontrar soluções. Foi elaborado um documento para ser entregue ao presidente da república, em sua visita a Foz do Iguaçu, para inaugurar o canal de desvio do rio Paraná. Uma segunda reunião coletiva foi convocada novamente para Santa Helena, em abril de 1979, onde foi elaborado um documento para ser entregue aos dirigentes da Itaipu. Em julho de 1980, como a empresa não atendeu as solicitações dos expropriados, principalmente melhores preços para as propriedades, estes decidiram acampar em frente aos escritórios da Itaipu Binacional em Santa Helena para pressionar os dirigente a solucionar as questões pendentes entre atingidos e Itaipu. O acampamento em Santa Helena teve a duração de 15 dias (14 de julho a 29 de julho), até que o setor jurídico negociasse as questões com os expropriados. Neste acampamento, o movimento dos atingidos passou a ser denominado “Movimento Justiça e Terra”, ou seja, justiça nas indenizações e o acesso garantido à terra: terra por terra . No entanto, as questões discutidas e aprovadas nesta mobilização entre atingidos e Itaipu, não foram cumpridas pela empresa, sendo necessário, um novo acampamento, agora em Foz do Iguaçu em frente ao centro administrativo da Itaipu, para pressionar os representantes da empresa a negociar as indenizações. Os atingidos queriam, com este acampamento, sair com o dinheiro das indenizações em mãos e ter solucionado o problema do reassentamento. O acampamento em Foz do Iguaçu durou 54 dias e os atingidos foram barrados pela polícia e pela segurança da empresa de seguirem para o centro administrativo da Itaipu, sendo obrigados a acamparem no trevo que dá acesso à cidade de Foz do Iguaçu. Esse acampamento foi denominado pelos atingidos de “Trevo da Vergonha”, em referência à repressão pelo aparato policial-militar, acionado pela Itaipu.

No terceiro capítulo, apresento as experiências vividas pelos moradores/ trabalhadores, atingidos via depoimentos orais, por meio dos quais busco compreender como os sujeitos participantes do movimento social e os que não participaram viveram e interpretam esse processo. Nada mais justo do que dar oportunidade às pessoas que viveram a experiência do processo no qual estavam inseridas de expressarem suas opiniões e reflexões.

## **CAPÍTULO I**

### **OS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO**

Um conjunto de trabalhos marcou a historiografia regional do oeste do Paraná nos últimos anos. Refiro-me, de modo especial, aos estudos que retratam os expropriados de Itaipu e o movimento social do qual muitos fizeram parte, além do próprio tema “Itaipu”, verificando as problemáticas relacionadas ao tema. Não tenho a intenção de oferecer um balanço exaustivo da produção historiográfica, mas perceber as possibilidades, os limites que as obras trazem dentro do seu conjunto, através da análise da produção, observando como o autor delimitou sua pesquisa, como dialogou com as fontes, como apresentou os sujeitos que participaram do processo.

Até o momento, Itaipu e os expropriados suscitaram dezenas de trabalhos acadêmicos, além de livros e documentos. Os seus autores produziram versões acerca da história da usina, da população atingida pela barragem, os problemas sociais que a obra gerou para a região oeste do Paraná, além das mudanças ambientais ocorridas após a formação do lago artificial. Nesse sentido, objetivo verificar como os autores das produções perceberam as ações dos sujeitos no decorrer do processo; como foram considerados; quem foi o sujeito da história na visão dos autores. São questões que serão abordadas ao longo da discussão, que ora se inicia.

Tendo em vista o conjunto de obras e de trabalhos que visualizaram a população, atingida por hidrelétricas, a minha pesquisa se detém no movimento social dos atingidos por Itaipu. Ao estudar o movimento social dos atingidos, percorro um caminho que busca respostas para algumas indagações: como se constituiu o movimento, por que todos os sujeitos atingidos pela represa de Itaipu, mesmo sendo expropriados, não participaram do movimento social? Mas, quais os motivos e as razões que levaram muitos sujeitos a participar do movimento? Levando em conta tais questões, compreendo o movimento social dos atingidos por Itaipu na sua complexidade, onde se forjaram diferentes opiniões, disputas, tensões, conflitos no interior do movimento, apontando e trazendo significados diferentes, os quais são atribuídos conforme suas experiências, vivências e concepções.

A população atingida por barragens, no Brasil, e o porquê de sua construção, já mereceu destaque e preocupação de muitos estudos. A necessidade de produção de energia para abastecer as indústrias e as cidades durante o boom da industrialização, iniciada no período Vargas, e sua intensificação durante o período militar (1964-1985), principalmente com o período do milagre econômico, fez com que muita terra fosse alagada e a população que morava, nas adjacências das futuras instalações hidrelétricas, fosse obrigada a deixar o lugar e procurar outro para continuar sobrevivendo. Mesmo o governo incentivando a industrialização e aumentando da produção de energia para modernizar o Brasil, o grupo que estava no poder não oportunizou que houvesse na sociedade mudanças estruturais para incluir as pessoas marginalizadas pelo sistema. E, além disso, o país continuou num período de dependência econômica em que a nossa moeda era vulnerável ao dólar, tendo as possibilidades de consumo da população brasileira caído demasiadamente, com o arrocho salarial, instituído pelas políticas governamentais.

Como meu trabalho aborda a problemática da população atingida por Itaipu, considerei interessante dialogar com alguns autores de outras instituições que também trabalharam esta questão em seus estudos. Um destes trabalhos, que retrata a construção de uma hidrelétrica e a conseqüente destruição de uma cidade inteira no interior do Rio de Janeiro, obrigando a população atingida a migrar para outro lugar é o de Dilma Andrade de Paula<sup>7</sup>, que motivada pelo seu trabalho no projeto memória das usinas no setor de Patrimônio Histórico da Light Serviços de Eletricidade S.A., no período de 1989 –1990, resolveu pesquisar como a cidade de São João Marcos foi destruída, em 1943, pois a autora percebeu que a lembrança de São

---

<sup>7</sup> PAULA, Dilma Andrade de. *A cidade submersa: o processo de destruição de São João Marcos (1930- 1945)*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (Mestrado) - UFRJ.

João Marcos ainda era latente na memória dos sujeitos que lá viveram, gerando dúvidas, questionamentos e mágoas.

Para desenvolver seu trabalho, Dilma Andrade de Paula estudou o período compreendido de 1930 a 1945, tendo duas razões para tal:

a) até 1930 o Estado pouco interveio no setor elétrico, passando, a partir desse momento, a tentar controlar a área de geração e distribuição de energia elétrica, tendo como instrumento legal o Código de Águas. b) embora São João Marcos sofresse ameaças desde 1905, ano em que a Light iniciou a construção da usina de Fontes, ela só seria totalmente destruída em 1943. Nesse período as relações se entrelaçam de forma decisiva, delimitando a ação do próprio estado na sociedade e na economia.<sup>8</sup>

De acordo com estas razões é possível observar que a proposta da autora consistiu em analisar as tentativas de regulamentação do setor elétrico, realizadas pelo Estado, a sua relação com a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd., tomando como centralidade da pesquisa a investigação sobre a destruição de São João Marcos, cidade onde se estabeleceram os conflitos. Ela procurou destacar, ao longo do texto, as relações estabelecidas entre a Light, o Estado e a política de São João Marcos, com a constituição do Estado a partir de 1930, sua dinâmica interna e o seu reflexo na intervenção em São João Marcos.

A autora optou por entrevistar pessoas que participaram do processo de expropriação da cidade, uma vez que a motivação para o trabalho foi justamente, porque percebeu que a destruição da cidade de São João Marcos ainda estava presente na memória das pessoas, que experimentaram e viveram a expropriação, causada pela construção da hidrelétrica o que gerou um grande impacto nas suas vidas, destruindo seu espaço de sobrevivência. Porém, ao longo do trabalho, estes sujeitos ficaram relegados a um plano secundário, enfatizando mais a participação do Estado e da Light no processo que se desenrolou na cidade de São João Marcos. Para Dilma de Paula:

[...] Os depoimentos dos ex-moradores de São João Marcos revelam, dentre outras coisas, a impotência diante de uma situação irreversível e de um poder contra o qual não tinham armas para lutar. Ao discurso oficial, algumas vezes assimilado, essas pessoas, consciente ou inconscientemente, acrescentam a sua visão de mundo, a lembrança do espaço e dos laços vividos, fatores pouco considerados em situações-limites, quando o que está

---

<sup>8</sup> Idem, p. 9.

em jogo são interesses econômicos e políticos [...].<sup>9</sup>

Diante desta afirmação, a autora não deu visibilidade aos sujeitos atingidos pela hidrelétrica. Para ela, o poder do Estado e da Light sucumbiram às tentativas de resistência da população de São João Marcos, ofuscando a potencialidade dos atingidos no processo.

Numa mesma perspectiva de análise, está a tese de doutorado de Ivone Teresinha Carletto de Lima<sup>10</sup>, que também destacou as instituições no seu trabalho como: Itaipu e o Estado desenvolvimentista. Sua abordagem vai de encontro às políticas do Estado em incentivar o setor energético com a construção de usinas hidrelétricas. Apresentou uma discussão do setor elétrico brasileiro a partir de 1930, perpassando pela viabilidade do potencial hidráulico do rio Paraná na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, através de estudos do governo para aproveitamento das quedas d' água em parceria com o Paraguai. A autora ainda destacou que:

[...] Itaipu foi um dos resultados da política econômica brasileira gestada a partir de dos anos 30, com ênfase na década de 1950 e 1960, quando o Brasil passou a se voltar para o desenvolvimento industrial. Considerando o contexto político em que Itaipu estava inserida, suas atitudes são compreensíveis, mas não justificáveis. Sua execução foi enfaticamente política, pois, além de, por fim ao dilema referente ao aproveitamento hidrelétrico, foi a solução para a questão de limites com o Paraguai.<sup>11</sup>

Para Lima, o elemento condutor para a construção da usina de Itaipu foi a industrialização incentivada pelo Estado que necessitava de energia para abastecer as indústrias que eram instaladas no Brasil, além de resolver pendências entre Brasil e Paraguai quanto a questão de fronteira que se vinha arrastando há muito tempo. Desse modo, sua perspectiva foi visualizar Itaipu como o centro de todo o processo que se desencadeou a partir de sua construção, não dando oportunidade aos sujeitos expropriados de serem visualizados ao longo desta trajetória.

Quanto ao movimento dos atingidos por Itaipu, a autora, referenciou o Movimento Justiça e Terra, mas sua análise partiu de documentos elaborados pela Comissão Pastoral da Terra, como o Mausoléu do Faraó e a Taipa da Injustiça e a produção de Guiomar Inêz

---

<sup>9</sup> Idem, p. 87.

<sup>10</sup> LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1984)*. Niterói, 2004. Tese (Doutorado) - UFF/ UNIOESTE.

<sup>11</sup> Idem, p. 423.

Germani (Expropriados: Terra e água...) visualizando-o numa perspectiva cepetista (CPT). Considerou o movimento dos atingidos, vitorioso sob os seguintes aspectos:

As inúmeras vitórias obtidas pelo Movimento Justiça e Terra se devem a uma série de fatores que, conjugados, geraram a concretização de uma luta persistente e desafiadora. A coragem e a paciência deveram-se ao assessoramento de entidades como: a Comissão Pastoral da Terra; a Comissão Justiça e Paz; a Diocese de Foz do Iguaçu; os pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, da CNBB, dos Sindicatos dos Trabalhadores rurais; da imprensa; de políticos e; outros organismos e/ ou pessoas que colaboraram.<sup>12</sup>

Desse modo, para Lima, o movimento dos atingidos foi potencializado através das entidades que apoiaram as mobilizações, não priorizando e valorizando as experiências dos expropriados que participaram do evento.

Esta política de incentivo à construção de hidrelétricas pelo Estado mereceu críticas com o trabalho de Maria Helena Lacerda de Azevedo<sup>13</sup>, que questionou os planos do Estado em relação à construção de usinas hidrelétricas em detrimento da população atingida. Seu trabalho está voltado à usina de Itaparica. Esta usina está localizada, no Vale do Rio São Francisco, 10 Km a jusante da antiga Petrolândia (Pernambuco) e cerca de 30 Km a montante da cidade de Paulo Afonso (Bahia). A portaria para o início de sua construção foi assinada pelo ministro das Minas e Energia, em outubro de 1975, com previsão de ser concluída em 1983, mas a obra de conclusão só ocorreu em 1987.

A abordagem de Azevedo se concentra nos projetos hidrelétricos do Vale do São Francisco, relacionados à expansão ou à penetração do capital monopolista no campo. Exemplo desta afirmação são os grandes projetos agroindustriais, agropecuários que se estabeleceram nesta região e dos interesses de empresas multinacionais, voltadas para a exportação de alumínio, a exemplo da Alumínio Brasileiro S.A. (ALBRAS), Fábrica do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), Camargo Correa Metais entre outras.

A preocupação de Azevedo em seu trabalho, foi demonstrar que a construção da usina de Itaparica esteve voltada a uma perspectiva desenvolvimentista, sendo que as empresas que realizaram a obra trouxeram “o traço autoritário do Estado” que representavam. A população, envolvida neste processo, não foi consultada previamente sobre a construção da usina e

---

<sup>12</sup> Idem, p. 416.

<sup>13</sup> AZEVEDO, Maria Helena Lacerda de. *Itaparica: o futuro de um povo. A expropriação do espaço de trabalho pelo Estado para o capital.* São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) - USP, F.F.L.C.H., Departamento de Geografia.

elaboraram-se projetos que impunham opções tecnológicas e soluções de reordenamento das relações comunitárias, produzindo com eficácia a desapropriação do controle do processo de produção e organização do trabalho pela população local, submetendo-a a um novo ordenamento que responde às necessidades da reprodução do capital monopolista.<sup>14</sup> Na verdade, o capital assumiu comando direto do processo produtivo local e, para a população atingida, restou a expulsão ou a subordinação às novas condições de vida e de trabalho, como por exemplo, o trabalho assalariado.

A visão presente em Azevedo, decorre da análise de que o avanço do capital no campo foi o responsável, através da construção da usina hidrelétrica de Itaparica, pela expulsão de pequenos camponeses do seu espaço de sobrevivência, obrigando muitos a tornarem-se assalariados. Sua interpretação do processo partiu do ponto de vista do capital. A autora polarizou, ainda, sua leitura sobre o processo constituído, considerando o capital vencedor, obrigando os camponeses a sair de suas terras ou aceitar as novas condições de vida e de trabalho sem oferecer resistência, uma história de vencedores e vencidos.

A reconstituição do novo espaço vivido pelos sujeitos atingidos por barragem, é outra abordagem feita, através do estudo de Lucas Batista Pereira<sup>15</sup>, que identificou as transformações ocorridas no modo de vida das famílias que perderam suas terras parcial ou totalmente em decorrência da barragem de Anagé, no sertão da Bahia. O autor partiu da constatação de que qualquer sociedade humana vive num espaço que considera necessário para sua existência.

Pereira tomou como referência na sua pesquisa, as transformações nos modos de vida das famílias, cujas terras foram atingidas pelas águas da usina de Anagé, através de entrevistas com sujeitos que participaram do processo de expropriação, a partir de suas narrativas. As narrativas deram uma dimensão sobre as mudanças nos modos de vida destas pessoas e o que representa para elas a construção dessa usina.

O autor demonstrou, ao longo da pesquisa, que o espaço é um componente da estratégia de vida, sendo o espaço da morada antes existente construído por uma determinada forma de produção e tradição cultural, que agora foi reconstruído em uma nova morada. Esta nova moradia provocou uma modificação do espaço e, conseqüentemente, das pessoas que habitam esse espaço.

---

<sup>14</sup> Idem, p. 73.

<sup>15</sup> PEREIRA, Lucas Batista. *Velha raiz, nova morada* (a barragem de Anagé: transformações no modo de vida sertanejo). São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) - USP, F.F.L.C.H., Departamento de Geografia.



No bloco a seguir, analiso os trabalhos acadêmicos produzidos por alunos da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), que, a partir da década de 1990, referenciaram o tema Itaipu e expropriados<sup>16</sup>. Os seus autores, em sua maioria, problematizaram, principalmente, as conseqüências que a construção da usina de Itaipu trouxe para os municípios margeados pelo lago de Itaipu. O que chama a atenção, em grande parte dos trabalhos, é a semelhança na formulação dos argumentos, pontuando a exclusão social, o desenvolvimentismo, a criminalidade, a falta de trabalho, a modernização agrícola que se fez presente na região oeste do Paraná, no final da década de 1960, e na década de 1970, excluindo os pequenos proprietários do acesso à terra, influência da Comissão Pastoral da Terra no movimento dos atingidos entre outras questões que serão discutidas mais detalhadamente em cada trabalho.

Uma outra proposta de análise sobre a população atingida por barragens é apresentada por Cezar Karpinski<sup>17</sup>, que discute as experiências e as formas de resistência daqueles sujeitos que não aderiram ao movimento social da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), permanecendo nas localidades próximas às antigas moradas, no oeste e sudoeste do Paraná. A intenção do autor foi investigar os atingidos, “aqueles que não migraram”, que não aceitaram as propostas da Crabi e da Companhia de Energia do Paraná (COPEL) para serem reassentados em outro lugar, indagando: “O que fez essas pessoas preferirem as terras de terrenos acidentados, com montanhas e pedras próximas ao reservatório ao invés de terras planas e aráveis do reassentamento longe da barragem e como esses camponeses estão reconstruindo suas histórias num ambiente totalmente modificado pela inundação”,<sup>18</sup> são discussões desenvolvidas ao longo do trabalho.

Para o autor, é questão essencial para se escrever uma “outra história” sobre a usina hidrelétrica de Salto Caxias, problematizando as realidades de “outros sujeitos” do processo de construção de barragens: “aqueles que ficaram”. Para tanto, o autor, buscou historicizar um processo de resistência que não está ligado aos “modelos tradicionais” de resistência que motivam os movimentos sociais, sendo que os atingidos, “que ficaram”, por exemplo, na

---

<sup>16</sup> Neste bloco de produções optei em analisar o trabalho de Cezar Karpinski, que estudou os atingidos da usina de Salto Caxias, no rio Iguaçu, que não migraram por ser uma abordagem semelhante ao de Neuri Mosconi, que estudou os atingidos de Itaipu, que não migraram em Entre Rios do Oeste.

<sup>17</sup> KARPINSKI, Cezar. *Sobre as águas a memória: a usina hidrelétrica de Salto Caxias e a história dos que ficaram*. Marechal Cândido Rondon, 2004. (Projeto de pesquisa para a Especialização em História e Região).

<sup>18</sup> Idem, p. 6.

região do Salto Caxias, foco de estudo de Karpinski, e segundo sua avaliação, possuem uma outra forma de resistir dos que migraram.

No contato com esta população, através de entrevistas e conversas informais, o autor percebeu que estes indivíduos que resistiram, que ficaram, valorizaram o seu

[...] espaço como algo seu e que ‘dinheiro algum tira’. Mesmo sendo boas as propostas da COPEL e da CRABI para o reassentamento, essa mentalidade de cultivar viveres típicos daquele ambiente que seria alagado os impediu de partir. Por mais que suas propriedades fossem submersas, o simples fato de estarem próximos a elas os fez adquirir terras à beira do lago [...].<sup>19</sup>

Karpinski, valorizou o pertencimento dos sujeitos em relação ao lugar onde esses estabeleceram suas relações sociais de parentesco e de amizade. Desta forma, optou por pesquisar também o cotidiano dos sujeitos para “esmiuçar as práticas de resistência e as táticas de reivenção dos viveres ou saberes sobre uma novidade imposta: o reservatório e seus impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos”.<sup>20</sup> No levantamento feito pelo autor junto aos sujeitos que permaneceram, a construção da usina para os atingidos, é um fato do presente, mas que não “apagou as utopias”, “os sonhos dos sujeitos”, ao longo do tempo naquele espaço, onde foram compartilhadas novas experiências que podem ser percebidas no estudo do seu dia-a-dia.

Numa perspectiva semelhante ao trabalho de Karpinski sobre a população atingida por barragens que não migrou, está a produção de Neuri Mosconi<sup>21</sup>, que, através de entrevistas, realizadas com atingidos pela hidrelétrica de Itaipu em Entre Rios do Oeste<sup>22</sup> e que permaneceram, pudessem, através da memória, relembra e interpretar os fatos sob o seu ponto de vista. Os depoentes, ouvidos, destacaram que com a construção da barragem houve fortes alterações no cotidiano da população. O autor através das entrevistas mostrou, que muitos dos agricultores que passaram pelo processo de expropriação não são mais proprietários, piorando a sua situação de vida, trabalhando como empregados. Um dos entrevistados de Mosconi, assim falou de sua situação: “Th! Teve gente que tinha uma área pequena de terra, estes hoje praticamente não tem mais nada, gente que eu conheço”<sup>23</sup>. Outras

<sup>19</sup> Idem, p. 7.

<sup>20</sup> Idem, ibidem.

<sup>21</sup> MOSCONI, Neuri. *Itaipu: suas conseqüências no território alagado* (um estudo de caso sobre o município de Entre Rios do Oeste). Marechal Cândido Rondon, 1993. Trabalho de conclusão de Curso, UNIOESTE.

<sup>22</sup> Entre Rios do Oeste era distrito de Marechal Cândido Rondon, sendo que em 1992 este distrito emancipou-se do município de M. C. Rondon.

<sup>23</sup> ANDERLE apud MOSCONI, op .cit., p. 62.

alterações no cotidiano também foram sentidas pela população e lembradas tais como: aumento da criminalidade, fechamento de casas comerciais e redução da clientela, migração das pessoas indenizadas para outros locais, mas que não conseguiram comprar a mesma quantidade de terras que tinham antes da inundação.

A expectativa de Mosconi, quanto ao lago de Itaipu, é que a população que ficou, supere as perdas que este proporcionou e encontre alternativas para tentar modificar o presente, na tentativa de melhorar seu futuro, encontrando outras formas de sobrevivência, como por exemplo, a pesca, não se dedicando somente à agricultura. Na sua opinião, é preciso tirar o máximo proveito possível do lago de Itaipu, pois este passou a influenciar no dia-a-dia da população de Entre Rios do Oeste.

Em relação às produções de Karpinski e de Mosconi, é possível apontar pontos em comum entre os trabalhos. Ambos privilegiam os sujeitos que, mesmo atingidos pelo represamento das águas pela construção de hidrelétricas, optaram em não migrar. A partir das experiências vividas pelos sujeitos atingidos, é que os autores fazem a leitura do processo, assim, em suas narrativas são os sujeitos que determinam todas as práticas do cotidiano.

Ao contrário desta construção, os atingidos que optaram em não migrar e ficaram na região atingida, Sérgio Targanski<sup>24</sup>, na condição de expropriado, destaca a saída de moradores da região atingida pela hidrelétrica de Itaipu para o Mato Grosso, para Gleba Gaúcha, e como estas pessoas se deixaram levar pela propaganda das imobiliárias. Através de relatos o autor, que também havia comprado terras em Gleba Gaúcha, teve o objetivo de compreender quais os propósitos que os levaram a migrar para o norte, a partir de 1979. Os sujeitos, que vivenciaram o processo de migração, contaram como foram influenciados para migrar para Gaúcha do Norte:

Olha Sérgio, eu saí de Santa Helena, numa noite, influenciado por certos corretores da imobiliária Gaúcha do Norte. Na época 90% da população de Santa Helena tava sendo indenizado, não era esse o caso meu, eu tava fora da indenização, mas empurrado por outras pessoas, eu fui obrigado a ceder a minha terrinha que eu tinha a essas pessoas e através desses corretores da imobiliária Gaúcha fizeram mil e uma propostas para vim visitar a imobiliária Gaúcha do Norte aqui no Mato Grosso... Aí voltei embora, falei pros meus irmãos que também tava empurrado pela turma de Itaipu pra sair de lá e vim embora.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> TARGANSKI, Sérgio. *Desapropriados de Itaipu: rumo ao eldorado*. Marechal Cândido Rondon, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

<sup>25</sup> FERRI apud TARGANSKI, op cit., p. 4

Através deste relato, o autor chama a atenção sobre um dos problemas que se estabeleceu na região atingida pelo lago de Itaipu. As pessoas eram ludibriadas pela propaganda fácil dos corretores que incentivavam a colonização de novas áreas de terras no norte do Brasil e muitos caíram na armadilha, mesmo quem não era indenizado. O sonho de enriquecer suplantou as dificuldades numa terra distante num primeiro momento.

O estudo de Targanski procurou valorizar as experiências dos sujeitos e como os migrantes da Gleba Gaúcha, através da memória, constroem significados e reflexões sobre a colonização deste local. Para o autor, apesar das dificuldades, encontradas pelos sujeitos, que optaram em migrar para o norte do Brasil, as estratégias discursivas, adotadas pelos dirigentes da Colonizadora Gaúcha encontraram respaldo junto aos migrantes, sendo que, em alguns momentos, legitimaram os discursos dos poderes públicos e privados e, deste modo, os próprios migrantes passaram a elaborar discursos por meio dos quais enaltecem os atos da Colonizadora e o processo de colonização do município de Gaúcha do Norte.

No trabalho desenvolvido por Nelzira M. S. Berwanger a argumentação recai sobre o aumento da criminalidade, na região de fronteira com o Paraguai, motivada pela construção da hidrelétrica de Itaipu. Porém, na sua concepção, não foi somente a formação do lago que contribuiu para a criminalidade, principalmente em Porto Mendes, local delimitado pela autora para este estudo, mas a crescente modernização da agricultura, que se iniciou, nos anos de 1970, acarretando problemas de ordem social. Os problemas, enfrentados em relação à criminalidade pela população, deram-se segundo Berwanger:

[...] a partir do momento que se iniciou a construção da Itaipu, esta região enfrentou e ainda enfrenta muitos problemas. Muitas pessoas foram e continuam sendo atingidas pelas conseqüências deixadas pela Itaipu: muitos perderam suas terras com as indenizações, outros estão perdendo bens de grande valor através de assaltos às suas propriedades. Esta situação não se deve somente a formação do lago, mas também a rápida expansão e modernização da região oeste que exclui economicamente algumas parcelas da sociedade.<sup>26</sup>

Além da formação do lago de Itaipu que trouxe o aumento da violência para a região, a autora debruça-se sobre uma outra problemática, a modernização agrícola, situação vivenciada por centenas de agricultores, na década de 1970, que não conseguiram

---

<sup>26</sup> BERWANGER, Nelzira M. S. *Itaipu: o discurso de modernidade e o aumento da violência na região de fronteira (Marechal Cândido Rondon - 1993-1995)*. Marechal Cândido Rondon, 1995. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE. p. 35.

acompanhar a exigência do capital para modernizar e investir em suas propriedades. A política econômica do governo priorizou a exportação dos produtos agrícolas, incentivando sua produção, mas quem não conseguia créditos bancários acabou sendo excluído. Este problema continua até hoje no meio rural e o agricultor, que não consegue saldar suas dívidas, é obrigado a vender sua propriedade ou os bancos acabam confiscando seus bens, restando-lhe migrar para os centros urbanos, ou migrar para outras regiões, inclusive o Paraguai, como é o caso do oeste do Paraná, ficando o pequeno proprietário expropriado dos meios de produção, como por exemplo, a terra, aumentando o número de desempregados na região. O que é visível ao longo da pesquisa de Berwanger, é a vitimização dos agricultores e moradores de Porto Mendes, como se não fossem capazes de reagir e agir diante das situações.

Este mesmo enfoque é compartilhado por Márcia Ivone Franz<sup>27</sup>, que destacou a política de modernização agrícola, iniciada nos anos 1960, no oeste do Paraná e teve como resultado a diminuição das pequenas propriedades, a expropriação dos trabalhadores rurais, mudanças nas condições de vida e o conflito pela terra. Mas, este problema foi agravado na região oeste quando iniciou a construção de Itaipu e para resolver tal problema

os agricultores começaram então um processo de negociações e luta por indenizações justas, contra Itaipu. Com o desencadeamento desta luta surge o movimento 'Justiça e Terra', em 1978. Posteriormente, com os desdobramentos da luta pela terra, surge em 1980, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná – MASTRO. Vale registrar que neste processo de construção do movimento dos expropriados ocorreu a formação de lideranças na qual a Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Igreja Luterana tiveram efetiva participação.<sup>28</sup>

Franz, em seu trabalho, destaca a reação dos atingidos contra a situação que estavam vivenciando, através do Movimento Justiça e Terra, para exigir o acesso à terra. Este movimento foi o precursor no oeste do Paraná das movimentações dos trabalhadores sem-terra, sempre apoiado pela Comissão Pastoral da Terra. Segundo Franz, foi a Comissão Pastoral da Terra, a articuladora das mobilizações, não considerando a possibilidade dos atingidos serem os condutores do seu próprio movimento.

---

<sup>27</sup> FRANZ, Márcia Ivone. *“Pequenos unidos cidadãos da terra e do reino”*: os expropriados da Itaipu na luta pela terra. Marechal Cândido Rondon, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

<sup>28</sup> Idem, p. 5.

Uma nova argumentação sobre os problemas que a usina hidrelétrica de Itaipu trouxe para a população, atingida no oeste do Paraná, é o debate proposto por Marcelo Cláudio Maia<sup>29</sup>, que enfatiza a questão ambiental no município de Guaíra. Segundo Maia, um dos problemas sentidos pela população em função do alagamento das terras, é o aumento da temperatura.

Na questão ambiental, os problemas causados pela construção da usina de Itaipu, são vários, a começar pelo alagamento das terras e as conseqüências que a formação do lago traz para a região oeste do nosso estado paranaense. Trouxe por exemplo, o aumento da temperatura para a região, e esse aumento propiciou o surgimento de várias novas doenças fúngicas que afetaram a agricultura, como exemplo as que afetaram o trigo pelo aumento do calor.<sup>30</sup>

Além do problema ambiental, que Itaipu causou na região, o município de Guaíra, teve uma perda econômica muito grande, que foi a destruição do Parque Nacional de Sete Quedas, pois, trouxe prejuízos incalculáveis para o município com o fim da exploração turística. Maia citou três fatores que deixaram Guaíra em situação desesperadora com a formação do lago:

O primeiro fator – a cidade não tinha nenhum político no cenário nacional e por isso, não teve suas reivindicações atendidas [...] o segundo fator - era que tanto autoridades como a população de Guaíra, não tinha idéia da real dimensão do projeto de Itaipu e não acreditavam que realmente as Sete Quedas pudessem desaparecer para sempre... o terceiro fator – a ser levado em conta, é o fato de Itaipu ter prometido que através das Centrais Elétricas do Sul do Brasil – ELETROSUL, seria construída em Guaíra uma outra usina hidrelétrica.<sup>31</sup>

As indenizações, promovidas por Itaipu, foram outro ponto discutido por Maia. Para tal, realizou entrevistas com agricultores indenizados e uma das questões, levantadas pelos depoentes, foi a falta de liberação do dinheiro das terras expropriadas por parte da Itaipu. Na opinião do senhor Lindolfo Tuma “se a Itaipu tivesse liberado logo o dinheiro da indenização, o meu pai teria comprado terras que ficavam perto da nossa, mas como houve muita demora, quem tinha dinheiro fez bom negócio”<sup>32</sup>. Assim, como houve muita demora, quem tinha dinheiro teve a possibilidade de ficar na região e fazer bom negócio, não precisou migrar para

---

<sup>29</sup> MAIA, Marcelo Cláudio. *Itaipu e suas conseqüências em Guaíra*. Marechal Cândido Rondon, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

<sup>30</sup> Idem, p. 38.

<sup>31</sup> Idem, p. 25 -26.

<sup>32</sup> TUMA apud MAIA, op.cit., p. 37.

outros lugares para buscar outras terras além de considerar que a indenização deveria ser melhor avaliada.

Agindo desta forma, o autor abriu um flanco muito grande de questões e não deu conta de respondê-las mais profundamente, não esclarecendo, citando apenas e deixando dúvidas ao longo do trabalho.

A falta de trabalho em Arroio Guaçu, distrito de Mercedes, motivada pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu, é outra abordagem feita neste bloco de produções acadêmicas, em que Roberto Schaufelberger<sup>33</sup>, através de entrevistas, realizadas com moradores do local, conseguiu que estes expressassem suas queixas sobre o lago de Itaipu, que os deixou sem emprego:

Aqui agora não tem nada pra se fazer, só tem a olaria e essa fábrica que ta intoxicando os trabaiaadores, nem serviço de bóia-fria quase não se encontra mais, só alguns dia pingado. Primeiro eu lembro quando o Reinaldo passava com a caminhota, enchia, tinha trinta, quarenta trabaiaando, tinha serviço para tudo essa gente aí. E ainda a gente trabaiaava dois, três dias por semana e ganhava suficiente pela semana. Outros dias, a gente podia trabaiaá num servicinho em casa. Hoje os coitado ganha aí deis, doze pila por dia.<sup>34</sup>

A partir da fala deste depoente, o autor tenciona atribuir a falta de trabalho como resultado da construção da usina de Itaipu. Mas, caberia também avaliar que esta falta de trabalho, nestes últimos vinte ou trinta anos, na agricultura teve outras contribuições, como: plantio direto e dessecantes na lavoura que reduziram o trabalho braçal, aumentando a massa de trabalhadores rurais desempregados. Desse modo, como na cidade, o campo também sofreu grandes transformações, pois a máquina e a tecnologia empregada estão diminuindo o trabalho braçal não somente em Arroio Guaçu, mas em todo o mundo, não ficando somente a construção da usina de Itaipu, como a única responsável pela falta de trabalho neste local, uma questão debatida superficialmente em seu trabalho.

Além da falta de trabalho, Schaufelberger, nas entrevistas realizadas, apresentou as perdas com a identidade do lugar que alguns moradores de Arroio Guaçu sentiram com a formação do lago, restando apenas a saudade de um tempo muito bom. Este problema foi relatado pelo senhor Gonçalves:

---

<sup>33</sup> SCHAUFELBERGER, Roberto. *Itaipu e as conseqüências econômicas e sociais no distrito de Arroio Guaçu – Mercedes*. Marechal Cândido Rondon, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

<sup>34</sup> GONÇALVES apud SCHAUFELBERGER, op. cit., p. 31.

Nóis tinha aqui o clube de futebol, sempre era divertido. Todo domingo a gente saía com o caminhão com o time joga bola por aí. E terminou tudo isso. Hoje tem o clube aí, ó, mais ta falido e se fô para juntá um hoje aqui não consegue, não tem gente que chega. Acabou tudo isso por aqui, acabou os campeonato, a mulecada brinca no campo, mais tenho certeza que não é divertido que nem aquele tempo.<sup>35</sup>

A nostalgia de um tempo bom está presente. O senhor Gonçalves contabilizou as perdas e dividiu a sua vida em duas partes: antes e depois da subida das águas. O seu julgamento em relação aos divertimentos em Arroio Guaçu, estão pautados na questão de que antes tudo era melhor, havia mais pessoas e podiam formar um timão de bola, saíam de caminhão para participar de torneios e campeonatos. Com a indenização, promovida pela Itaipu, a migração foi estimulada, impossibilitando a continuação dos divertimentos e os laços afetivos romperam-se, causando um desenraizamento na população que não migrou.

Diante das observações, feitas pelos depoentes, que moravam em Arroio Guaçu, Schaufelberger concluiu que a maioria das pessoas com o alagamento das terras, começou a vender sua força de trabalho na área urbana e em outras frentes de ocupação. Os que tinham estabelecimentos comerciais foram forçados a reduzir a quantidade de mercadorias. Aqueles que tinham emprego regular e mesmo sendo proprietários de uma pequena propriedade, depois da formação do lago, permaneceram na localidade, dependendo dos serviços irregulares diários, que nos últimos anos diminuíram drasticamente.<sup>36</sup>

Sobre os problemas, apresentados pelos moradores de Arroio Guaçu, Schaufelberger em seu trabalho, vitimizou os sujeitos e homogeneizou o processo, não percebendo que nem todos pensam da mesma forma, pois cada sujeito interpreta a realidade com perspectivas e expectativas diferentes. Enfocou a construção da hidrelétrica de Itaipu, como a responsável pelos problemas econômicos e sociais que o distrito atravessa.

Na argumentação, apresentada por Ezilda Ana Prediger<sup>37</sup>, muitos indenizados não conseguiram se reestruturar, pois viram-se envolvidos com especuladores e, como os agricultores em geral eram pessoas que não estavam habituadas aos “negócios” dessa espécie, foram envolvidos por líderes, orientados pela Itaipu, que os levaram a vender suas propriedades, não levando em consideração o sistema emocional dos proprietários, que não contavam com a possibilidade de escolher em relação ao fato de permanecer ou não em seus

---

<sup>35</sup> Idem, p. 21.

<sup>36</sup> SCHAUFELBERGER... op. cit. p. 49.

<sup>37</sup> PREDIGER, Ezilda Ana. *O impacto sócio-econômico da usina hidrelétrica de Itaipu para o município de Santa Helena*. Marechal Cândido Rondon, 1998. Monografia (Especialização) - UNIOESTE.



lugares ou terras. Os autores da expropriação (Itaipu, governo, indústria) não ofereceram oportunidade de escolha de outras propriedades para os expropriados que, sem perdas sociais, viabilizassem um espaço decente para que eles continuassem produzindo.<sup>38</sup>

Ao construir tal raciocínio, a autora subvalorizou um tanto os expropriados, considerando-os ingênuos diante da situação que se apresentava. Creio, porém, que não era ingenuidade, mas as preocupações e as tensões que permeavam a vida destes sujeitos, a partir da notícia de que seria construída a usina de Itaipu e os atingidos seriam obrigados a deixar o seu lugar, o que fez com que se precipitassem, na hora de fazer os acordos com a empresa, na tentativa de encontrar terras na região oeste para continuar sua sobrevivência. Os atingidos precisavam reorganizar suas vidas, em vez de ficar só lamentando as perdas.

Em relação ao movimento social, organizado pelos atingidos, Prediger atribuiu toda sua mobilização à Igreja, que deu apoio às reivindicações dos expropriados, afirmando que “os agricultores não tinham mesmo outra opção para se apoiarem e se organizarem e a religião foi marcante na vida dessas pessoas, tornando-se substrato na formação dos sujeitos coletivos”<sup>39</sup>. A autora analisou o processo de uma forma unilateral, não percebeu que a Comissão Pastoral da Terra, que ajudou na mobilização dos atingidos, também tinha interesses, possivelmente, estava disputando com os expropriados a liderança do movimento e os atingidos tinham interesses individuais e coletivos neste movimento, não podendo-se atribuir somente a CPT a organização do movimento social dos expropriados. A autora pontuou que os agricultores não tinham outra opção para se apoiarem, a não ser a Igreja, não dando crédito numa mobilização articulada pelos próprios atingidos. Mas, é preciso lembrar, que nem todos seguiram a proposta de um movimento organizado e as idéias difundidas pela CPT e acabaram aceitando as propostas de Itaipu, demonstrando que o processo não é homogêneo.

Além da questão de que os agricultores atingidos por Itaipu não eram acostumados aos “negócios” dessa espécie, Prediger avaliou o impacto sócio-econômico, gerado por Itaipu, em Santa Helena. Concluiu que o comércio teve uma redução de 40% em suas atividades, devido ao alagamento das terras, provocando evasão populacional. O município de Santa Helena, com a formação do lago, tornou-se uma cidade isolada, perdendo fluxo de movimento de pessoas, que transitavam pela rodovia terrestre que cortava o município, trazendo renda para o setor hoteleiro e comercial.

---

<sup>38</sup> Idem, p. 2.

<sup>39</sup> Idem, p. 41.

Em relação ao impacto sócio-econômico, a autora limitou-se a citar apenas as questões acima, não procurou dados oficiais para que se pudesse visualizar quais os ramos comerciais que foram mais afetados em Santa Helena. Com relação ao fluxo de pessoas, este continuou, inclusive com a pavimentação da rodovia que vai de Santa Helena a Marechal Cândido Rondon. Santa Helena continuou sendo um ponto de passagem de pessoas que saem da região lindeira do lago para Foz do Iguaçu, por exemplo. O setor de turismo foi incrementado, recebendo milhares de turistas todo o ano para desfrutar do camping e da praia artificial. Além dos royalties que são pagos pela Itaipu ao município pela produção de energia. É claro que isto não compensa o que o município perdeu com a inundação.

Alinhado a uma perspectiva desenvolvimentista, o trabalho de Salete Maria Mengarda<sup>40</sup>, analisou a construção da usina de Itaipu sob o ponto de vista do discurso econômico, na tentativa de transformar o Brasil numa potência mundial, contrapondo a realidade vivenciada pelos expropriados que foram atingidos pelo projeto da hidrelétrica.

A autora pautou-se na idéia de que o projeto do governo militar era transformar o Brasil numa potência econômica, através do projeto desenvolvimentista, conhecido como milagre econômico. Assim, o desenvolvimento do parque industrial tornou-se prioridade, principalmente na região sudeste, e, para tal, era preciso investir no setor energético, através da construção de hidrelétricas.

Para Mengarda, Itaipu veio acompanhada de toda gama de desvios, incoerências e violências de um sistema político, social e econômico da sociedade brasileira, e percebeu que a exclusão social e a corrupção não nasceram com a Itaipu, mas com sua construção ambas proliferaram, tanto pela proposta do projeto, quanto pelas práticas de privatização do patrimônio público, via corrupção, além das injustiças sociais em prol do esbanjamento e mordomias dos governos militares pouco preocupados com as políticas sociais<sup>41</sup>.

Em contraposição a tais questões, Mengarda propôs diálogo com sujeitos que vivenciaram o processo de expropriação das terras para que se concretizasse a construção da usina de Itaipu. Em vista disso, ouviu depoimentos de atingidos que passaram pela experiência da expropriação, para que estas refletissem sobre o processo, a partir de sua interpretação. O senhor Ernestor Kolling expressou-se desta maneira em relação à expropriação “não dá pra contar o que a gente passou, por mais que a gente fale não exprime a

---

<sup>40</sup> MENGARDA, Salete Maria. *Itaipu: “a obra do século”* – barragem de exclusão social. Marechal Cândido Rondon, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

<sup>41</sup> Idem, p. 44.

dor de deixar tudo, ... mas esses colonos gente, se adivinha hoje se alguém viesse aqui ia me indenizar, vai pra onde? Como eu me sentia”<sup>42</sup>.

De acordo com a forma como a autora conduziu o trabalho, ficou expresso sua crítica em relação à construção de Itaipu e o depoimento do senhor Kolling ajudou Mengarda a vitimizar os atingidos. É preciso avaliar que nem todos os atingidos sentem-se vitimizados, pois os atingidos não interpretam e nem vivenciaram o processo da mesma maneira, o que para alguns é ser vítima de Itaipu, para outros não, porque alguns conseguiram comprar mais terra do que tinham antes e muitos estão numa situação financeira melhor.

Sobre o movimento dos atingidos por Itaipu, Mengarda mencionou “que esse movimento teve apoio das Igrejas Evangélica e Católica, resultando no ‘Projeto Arca de Noé’, que reuniu 1.300 agricultores para a elaboração de uma pauta de reivindicações dos atingidos...”<sup>43</sup>. Com esta argumentação, a autora, valorizou a participação da Igreja no processo de organização dos atingidos durante as mobilizações coletivas, para exigir melhores indenizações pelas terras que seriam submersas.

Seguindo a abordagem do discurso desenvolvimentista para a construção de Itaipu, Sérgio Targanski<sup>44</sup>, na sua dissertação de mestrado, analisou que com a construção da hidrelétrica esteve em jogo interesses que vão desde o governo, interessado na produção de energia para o Brasil; desapropriados e as colonizadoras que incentivavam os atingidos a adquirir terras no norte para iniciar a colonização destas áreas, todos motivados em obter lucros com a situação que se apresentava naquele momento. Na perspectiva do autor, naquele período, ao governo cabia exaltar as grandes obras. Os colonos, fazer o Brasil “o celeiro do mundo” e, para tanto, deveriam produzir, mesmo que fosse necessário ocupar novas terras. Às empresas colonizadoras, de iniciativa privada, coube a tarefa de convencer, principalmente, os colonos expropriados por Itaipu, de que esta era a solução para produzir mais alimentos para saciar a fome da população brasileira que crescia e ainda que as melhores terras do mundo estavam situadas na Amazônia.<sup>45</sup>

Targanski no enfoque de sua pesquisa, partiu do geral para o específico. Discutiu primeiramente a imigração no sul do Brasil, realizada por europeus e a contribuição destes na

---

<sup>42</sup> KOLLING apud MENGARDA, op. cit., p.37.

<sup>43</sup> MENGARDA...op.cit. 40.

<sup>44</sup> TARGANSKI, Sérgio. *Desapropriados de Itaipu rumo ao novo eldorado: a história dos colonos desapropriados pela hidrelétrica de Itaipu que migraram ao Mato Grosso, fundando a cidade de Gaúcha do Norte entre as décadas de 1970 e 1990*. Niterói, 2002. Dissertação (Mestrado) - UFF/UNIOESTE.

<sup>45</sup> Idem, p. 135.

colonização do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no século XIX e, posteriormente, no oeste do Paraná, no século XX, inseridos dentro do sistema de produção capitalista. Para o autor, os anos de 1970, no período da história do Brasil conhecido como “milagre econômico”, o governo incentivou a industrialização e a produção de energia, construindo a usina de Itaipu, motivando a retirada de milhares de pessoas que buscaram uma vida nova em outros lugares. Muitos resolveram partir para a colonização do Mato Grosso, saída encontrada por aqueles que não conseguiram ficar no Paraná e que se estabeleceram naquelas terras.

Em seu primeiro trabalho, “Desapropriados de Itaipu: rumo ao eldorado”, Targanski analisou o processo, a partir das experiências dos sujeitos e como estes avaliaram a migração e a estruturação de um novo lar bastante diferente do que eram acostumados no oeste do Paraná. Na dissertação de mestrado, sua análise convergiu ao discurso, de que a construção da hidrelétrica de Itaipu esteve voltada para a necessidade de produção de energia, atendendo as políticas desenvolvimentistas do governo militar, ficando as experiências dos sujeitos destinadas a um pano de fundo na sua pesquisa.

Na valorização das experiências coletivas dos sujeitos, no processo de expropriação, Anadir Fochezatto<sup>46</sup> propôs uma análise das experiências cotidianas, vividas pelos agricultores expropriados no oeste do Paraná, entre 1978 e 1983, por ocasião da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, a partir de suas narrativas orais. Para tal, a autora concentrou a discussão em torno de três acampamentos, montados pelas famílias atingidas: um em julho de 1980 e outro em março de 1981, ambos no município de Santa Helena, além do acampamento em Foz do Iguaçu, conhecido como Trevo da Vergonha, em 1981.

Para a autora, o interesse pelo tema foi de ordem pessoal, pois ela e seus familiares estiveram envolvidos no processo de expropriação e também participaram na luta coletiva por indenizações melhores. Fochezatto partilhou da idéia de que neste processo de expropriação, “houve uma situação semelhante, vivida por grande parte das famílias atingidas. A reflexão dos colonos sobre esta situação foi mediada pela presença da Igreja através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que produziu uma identificação destes colonos entre si, vinculando-se numa relação cujos interesses determinaram ações, visando o mesmo fim.”<sup>47</sup> Para a autora, a CPT desenvolveu um trabalho de base, orientando os atingidos, produzindo documentos que refletiam a expropriação e articulando-os numa mobilização coletiva. Para isso, utilizou a

---

<sup>46</sup> FOCHEZATTO, Anadir. *Um estudo das experiências cotidianas coletivas de resistência dos expropriados da Itaipu*. Marechal Cândido Rondon, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

<sup>47</sup> Idem, p.9.

estrutura da igreja, articulando padres e pastores das comunidades atingidas para que se envolvessem na resistência contra Itaipu.

No trabalho, buscou dialogar com várias fontes como: entrevistas orais, jornais, fotografias, artigos, poesias, cantos e letras de músicas, cadernos de formação, produções acadêmicas sobre o assunto e de obras teóricas sobre o cotidiano, representações, experiência e cultura. Foi através das entrevistas orais, que Fochezatto procurou compreender as experiências de organização e de resistência coletiva dos expropriados por Itaipu, a partir do cotidiano destes sujeitos nos acampamentos, conhecendo “suas práticas e suas representações, construídas coletivamente”, permitindo que o atingido manifestasse seus sentimentos e opiniões quanto às experiências vivenciadas.

Em prosseguimento ao seu estudo sobre as experiências coletivas dos atingidos por Itaipu, Anadir Fochezatto<sup>48</sup>, apresentou uma proposta de pesquisa para verificar as práticas diárias, elaboradas e desenvolvidas no acampamento, procurando conhecer o processo de organização, os motivos, a organização interna e estruturação da vida cotidiana, os mecanismos utilizados pela Comissão Pastoral da Terra, no processo de conscientização dos agricultores e as formas de participação e decisão coletiva, e em que medida as relações e práticas tecidas constituíram-se em experiências de democracia, destacando, assim, o movimento dos atingidos por Itaipu.

Primeiramente, Anadir referenciou o processo de colonização para a compreensão da organização do espaço, através da reconstituição histórica da região, descrevendo as trajetórias dos migrantes vindos de outras regiões, em busca de uma vida melhor. A contextualização do evento da colonização, na visão da autora, é necessária para conhecer como foi organizado o espaço, que, posteriormente foi ocupado por Itaipu e as conseqüências causada na vida dos expropriados.

O recorte temporal proposto pela autora, para desenvolver sua pesquisa, compõe-se do período de 1978 a 1985, situando as experiências de luta coletiva dos atingidos no contexto da ditadura militar. Sua preocupação principal, neste projeto, é compreender como os atingidos por Itaipu, articularam-se na luta pela terra, “a partir de suas próprias experiências com a mediação da Comissão Pastoral da Terra no período militar, tendo como problemática entender a luta coletiva acampamento e como essa experiência foi vivida pelos

---

<sup>48</sup> FOCHEZATTO, Anadir. *Estudo e contextualização da vida campesina pré Itaipu e das experiências cotidianas coletivas de luta e resistência dos expropriados*. Marechal Cândido Rondon, 2005. Monografia (Especialização) - UNIOESTE.

indenizados”<sup>49</sup>. As fontes indicadas na pesquisa compõem-se de bibliografia específica sobre o regime militar, documentos da Comissão Pastoral da Terra e entrevistas orais com os expropriados que participaram dos acampamentos durante as mobilizações dos atingidos.

Embora os dois trabalhos de Fochezatto tivessem valorizado as experiências dos atingidos nos acampamentos, realizados por eles, em diversas oportunidades, na luta por melhores indenizações, estas experiências foram sucumbidas, porque a autora, enfatizou muito o trabalho da Comissão Pastoral da Terra junto ao movimento dos atingidos, não potencializando as ações e a condução do movimento pelos próprios expropriados.

Finalizando este grupo de produções, Neiva Clarisse Bamberg Castagnera<sup>50</sup> discutiu as experiências vividas pelos atingidos em situações de violência, no processo de desapropriação pela usina de Itaipu. A autora investigou as diferentes formas de violência, engendradas no processo de desapropriação dos atingidos pela construção da hidrelétrica de Itaipu, identificando a violência física e simbólica, a partir dos depoimentos dos expropriados.

A opção pelo tema foi pelo fato de Castagnera perceber as inúmeras injustiças sofridas por pessoas que viveram o processo de desapropriação e dar a estas pessoas a possibilidade de expressar seus sentimentos e suas experiências. A história oral, de acordo com a autora, foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho, pois foi dada voz aos sujeitos envolvidos no processo de expropriação. Uma outra fonte, utilizada, foi a bibliografia que retratava o tema.

Para mostrar a violência presente na expropriação por parte dos funcionários da Itaipu, Castagnera buscou, neste depoimento, as evidências presentes nas falas dos sujeitos:

Quando voltamos do hospital de São Miguel do Iguaçu, onde fui tirar os pontos, porque tive nenê há nove dias, encontramos os ‘cara’ da Itaipu na nossa propriedade. Eles falaram que a gente tinha uma hora para tirar nossas coisas da casa e do galpão, senão eles iam botar fogo em tudo. A gente tirou o que podia e jogou no caminhão e fomos acampar no galpão do sogro, que não perdeu as terras. Quando a gente tava indo embora os ‘cara’ botaram fogo em tudo. Mas Deus não deixou queimar tudo, porque começou a chover muito. Tudo as nossas coisas ficaram na chuva. Até hoje eu sofro ataques de nervo por causa do choque que tive nesse dia. E o que mais dá raiva na gente é que até hoje a gente tá lutando na justiça pra ganhar o nosso direito. E todo esse tempo tivemos que trabalhar muito para sustentar a nossa família, que inclusive se mudou para a cidade porque na agricultura não dava mais.<sup>51</sup>

<sup>49</sup> Idem, p. 15

<sup>50</sup> CASTAGNERA, Neiva Clarisse Bamberg. *Um estudo sobre as formas de violência no processo de desapropriação dos atingidos pela barragem de Itaipu* (1978-1985). Marechal Cândido Rondon, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

<sup>51</sup> SENHORA JUREMA apud CASTAGNERA, op. cit. Entrevista realizada no evento comemorativo dos 25 anos do Movimento Justiça e Terra, realizado em Santa Helena nos dias 29/30/31 de agosto de 2003.

A autora apresentou as formas de violência, através do uso da força pelos funcionários da Itaipu, no momento em que exigiam a saída dos expropriados de suas propriedades, além de abusos cometidos, como foi o caso, de colocar fogo nas construções remanescentes. Ainda pontuou, uma justiça lenta para resolver os problemas dos atingidos e a persistência dos expropriados na luta pela sobrevivência.

Para Castagnera, os desapropriados, ainda hoje, emocionam-se ao lembrar de tudo. A situação deles em geral ficou pior, porque se obrigaram a começar uma nova vida. Alguns se encontram residindo nas cidades, porque a indenização não foi suficiente para comprar terras na região. Os que conseguiram continuaram no meio rural também mostram um desapontamento, pois para a grande maioria, as terras compradas em outras regiões não tinham a mesma fertilidade, isso fez com que a produção caísse muito<sup>52</sup>.

No seu trabalho, Castagnera analisou o processo sob o ponto de vista da violência, vitimizando demasiadamente os sujeitos expropriados durante o processo indenizatório promovido pela empresa Binacional. No entanto, é importante entender que o processo não se fez somente de violência, mas de propostas, de reivindicações, de luta dos atingidos, não sendo apenas vítimas, mas sujeitos de suas ações. Aliás, nem todos os atingidos se consideram vítimas.

Este bloco de trabalhos apresentados, traz em comum a valorização da memória dos sujeitos que participaram do processo de expropriação, que a partir de suas experiências e do seu ponto de vista, analisa e interpreta o processo histórico, priorizando, assim, a atuação dos sujeitos na sociedade; os sujeitos passaram a ser o centro do processo, deixando as estruturas de ser o centro da análise histórica, para dar visibilidade às práticas e às experiências dos sujeitos ao longo de suas trajetórias, valorizando sua produção no cotidiano.

Um dos trabalhos, que eu ainda incluiria neste bloco, é o de Maria de Fátima Ribeiro<sup>53</sup>. Esta autora optou em sua perspectiva, estudar “os excluídos” deixados por Itaipu e de acordo com suas palavras: “os sujeitos marginalizados” que foram: os agricultores, os barrageiros e as mulheres da “zona”, sendo este último merecedor de grande destaque em seu trabalho, já que Ribeiro procura identificar qual o “significado” de Itaipu para estes sujeitos e do “desenraizamento” provocado em suas vidas.

---

<sup>52</sup> CASTAGNERA, op. cit., p. 53.

<sup>53</sup> RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memória do concreto: vozes na construção de Itaipu*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de São Paulo.

O recorte temporal proposto pela autora compreendeu o período, de 1973 a 1991, que corresponde ao início e a conclusão da construção de Itaipu, numa “nova reestruturação do espaço” na cidade de Foz do Iguaçu e região. Foi a “época de maior movimento das casas de prostituição” e segundo a autora, o período de atração e de marginalização dos operários que ajudaram na construção da usina. Ribeiro enfatizou a presença das mulheres em seu trabalho, as quais viviam numa situação miserável, sem contar o descaso sofrido por elas.

Sua análise concentrou-se na “zona de Três Lagoas”, onde através de entrevistas com “mulheres” verificou até que ponto o significado da construção de Itaipu marcou suas vidas. Nas palavras de Ribeiro sua pesquisa enfocou principalmente estes sujeitos, para “dar visibilidade as mulheres, romper com a visão aos papéis tradicionais de mulheres, principalmente com relação à prostituição [...]”<sup>54</sup>.

Em relação aos agricultores expropriados, que Ribeiro considerou outro grupo “excluído” por Itaipu, a autora procurou demonstrar o movimento organizado por estes sujeitos, num plano mais secundário, já que para sua pesquisa, o movimento interessou para apresentar “a outra versão de Itaipu” e “revisitar a memória dos desapropriados e apreender o significado de suas vivências”<sup>55</sup>. A autora buscou analisar o movimento dos agricultores através de registros, deixados por eles, através dos depoimentos escritos, da poesia de cordel, discursos ou imagens que foram elaborados durante os movimentos coletivos contra a empresa Binacional.

Ribeiro, em seu trabalho, limitou-se em apresentar uma história bastante simplista destes sujeitos que considerou os “excluídos” de Itaipu, não abordando as contradições, os conflitos, as divergências, presentes ao longo do processo, estabelecendo uma visão polarizada deste, pois na sua interpretação existem os vencidos (os “excluídos de Itaipu”) e os vencedores (Itaipu).

Outro texto que aborda a questão dos atingidos, reeditado em 2003, em comemoração aos 25 anos do movimento social dos atingidos por Itaipu, festividade realizada na cidade de Santa Helena, foi o livro de Juvêncio Mazzarollo, “A Taipa da Injustiça”, que havia sido escrito por ele, no final de 1980, a convite da Comissão Pastoral da Terra, pois era integrante da Comissão Justiça e Paz de Foz do Iguaçu. Para a nova publicação, esta obra foi revisada e ampliada, com o título modificado para “A Taipa da Injustiça – esbanjamento econômico, drama social e holocausto”. De acordo com o autor, a ampliação da obra foi realizada, na primeira década de 1980, quando a usina de Itaipu estava em fase de conclusão, mas

---

<sup>54</sup> Idem, p. 136.

<sup>55</sup> Idem, p. 8.



permaneceu inédita até o ano de 2003, por ter fraca comercialização. Seu enfoque para a construção da hidrelétrica de Itaipu, parte de uma abordagem desenvolvimentista do governo militar para a produção de energia para atender o crescimento industrial brasileiro.

Na edição ampliada e revisada de 2003, o autor incorporou novas questões, chamando a atenção para o grupo indígena Avá-Guarani, que residia na região que foi inundada pela represa de Itaipu e que não estava nos planos de indenização da empresa. Mazarollo teceu comentários sobre as dificuldades de arrendatários, posseiros, bóias-frias que foram expulsos do oeste do Paraná e reassentados em Arapoti, no norte do Paraná, além de colher informações sobre a situação de miséria e de abandono de expropriados que acabaram indo para a região amazônica, especificamente Rondônia e Acre. Fez um breve relato sobre a organização do Movimento Sem-Terra (MST), no início da década de 1980, no oeste do Paraná, atribuindo suas origens ao Movimento Justiça e Terra. Fez uma avaliação sobre as desapropriações no Paraguai e incluiu na obra as condições de trabalho no canteiro de obras da usina. Teve ainda a preocupação de escrever sobre o impacto ambiental que Itaipu provocou, na região atingida, totalizando quatorze capítulos ao todo, numa produção de 203 páginas, incluindo os apêndices. Nesta produção, Mazarollo ainda continua crítico e contestador em relação à construção da usina de Itaipu, no entanto, é interessante observar que a posição e as críticas do autor, atualmente, são mais amenas, podendo-se observar o seguinte no post-scriptum produzido em 2003;

[...] Itaipu foi edificada a um elevado custo econômico, social e ambiental, mas que resultou numa obra magnífica, que representa uma fantástica riqueza para o Brasil e o Paraguai. Importa que se faça dela o melhor uso, em prol do desenvolvimento dos dois países e em benefício de seus povos. Importa também que Itaipu pague a conta, cubra os custos econômicos, sociais e ambientais que impôs aos dois países associados no empreendimento, e particularmente à população e à região por elas afetadas. Felizmente, é o que Itaipu vem fazendo, com dedicação, competência e amor à causa. Deixou, enfim, de ser ‘a taipa da injustiça’.<sup>56</sup>

Esta leitura de Mazarollo, sobre o processo, foi feita num momento em que ele se colocou como funcionário da empresa Binacional. Sob este aspecto, a Itaipu estaria fazendo empreendimentos para tentar abrandar os problemas ecológicos, ambientais e sociais, provocados pela formação do lago de Itaipu, deixando inclusive de ser a “a taipa da injustiça”

---

<sup>56</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 184..

tão propalada pelos atingidos, pela Comissão Pastoral da Terra e por ele mesmo, quando das mobilizações coletivas contra a empresa, na busca por justiça nas indenizações. Mas, para aqueles sujeitos que foram expropriados da terra para que a hidrelétrica de Itaipu fosse construída e que estão vivendo em dificuldades, possivelmente, ela não deixou de ser “a taipa da injustiça”. O autor acredita que o trabalho da Itaipu, na região lindeira ao lago, está trazendo benefícios e inclusive a população margeada pelo reservatório está sendo privilegiada com os investimentos que a empresa realiza na área como, por exemplo, incentivo a mata ciliar, preservação das nascentes dos rios.

Oportuno, também, nesta comemoração dos 25 anos do Movimento Justiça e Terra, o lançamento do livro de Guiomar Inêz Germani<sup>57</sup>, embora, parte dele tenha sido publicado nos Cadernos PROPUR/UFRGS, em dezembro de 1982. É interessante pontuar, que Guiomar acompanhou o desenrolar das mobilizações coletivas dos expropriados de Itaipu, principalmente no ano de 1980, como aluna de mestrado do Programa de Pós - Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/ UFRGS), escrevendo a história, a partir do que vivenciou, tendo sido a dissertação apresentada em junho de 1982, com o título “Os expropriados de Itaipu”. No ano do lançamento do seu livro, Guiomar era professora do mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico) e coordenadora do projeto de pesquisa “A geografia dos assentamentos na área rural” – Projeto Geografar.

A justificativa encontrada pela autora, para publicar o livro, partiu da idéia de que este não é apenas um registro histórico, mas que os fatos que foram registrados nele assumiram uma importância na compreensão dos movimentos sociais da atualidade. As conquistas manifestadas em seus desdobramentos, quando se trata de movimentos sociais, ultrapassam os interesses individuais e deles se beneficiam toda a sociedade.

O objetivo do trabalho de Germani foi o de relatar, de forma sistemática, como se desenrolou o conflito entre os dirigentes da Itaipu e os expropriados, priorizando as formas como a população se organizou e reagiu frente às atitudes e soluções impostas pelo Estado. Em seu estudo, priorizou os seguintes aspectos:

---

<sup>57</sup> GERMANI, Guiomar Inêz. *Expropriados: terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

a) o comportamento da população, chamando a atenção sobre a heterogeneidade de sua composição, frente ao problema que lhe foi imposto; b) a atuação do Estado e de seus organismos no processo de desapropriação; c) o processo de expulsão da população da área que foi alagada, compreendendo as indenizações, os preços das propriedades e das benfeitorias, a organização e resistência dos expropriados.<sup>58</sup>

A obra de Germani volta-se a uma abordagem desenvolvimentista do Estado brasileiro, pois, a partir da década de 1970, e início de 1980, o Estado incentivou a produção de energia para atender a demanda das indústrias e, por isso, o governo militar projetou e construiu muitas usinas hidrelétricas pelo Brasil, inclusive a usina de Itaipu, que expulsou milhares de famílias da área atingida.

A autora trabalhou com entrevistas gravadas e por escrito, buscando opiniões de padres, pastores das Igrejas Católica e Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB); diretores e membros de sindicatos rurais; agricultores expropriados; diretores e técnicos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto de Terras e Cartografia (ITC) de Cascavel; diretores; corretores, assessores jurídicos das colonizadoras na região; funcionários do escritório da Itaipu Binacional de Santa Helena e do Departamento Jurídico de Foz do Iguaçu.

Ainda para a coleta de suas fontes, Germani participou de assembleias dos sindicatos rurais e da Comissão Pastoral da Terra, reuniões com os representantes do INCRA, festas de comunidade. Esteve presente, nos 16 dias de acampamento dos atingidos, em frente aos escritórios da Itaipu em Santa Helena, em julho de 1980, e no acampamento em Foz, em 1981, sua participação, foi parcial. Além de um grande acervo fotográfico.

Guiomar Germani acompanhou a experiência do Movimento Justiça e Terra, organizado pelos expropriados de Itaipu, no final da década de 1970, e início de 1980, e acredita que este movimento foi um dos propulsores da organização da população rural, já que, no Paraná, no campo, neste período, havia um grande número de pessoas que não tinham acesso à terra. As experiências do Movimento Justiça e Terra, da CPT e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, permitiu que se organizasse o Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná (MASTRO), juntando agricultores da área de Itaipu, da região oeste e também de agricultores brasileiros que residiam no Paraguai para lutar pela terra. A autora apontou que a experiência do Movimento Justiça e Terra, foi aproveitada como exemplo para outros movimentos sociais

---

<sup>58</sup> Idem, p. 14. Introdução

que envolviam desapropriações, principalmente o Movimento das Barragens do Rio Uruguai, exigindo terra por terra<sup>59</sup>.

Na opinião de Guiomar, o movimento dos atingidos sozinho, conduzido pelos expropriados, não teria força suficiente para conquistar as reivindicações pretendidas, restando à Comissão Pastoral da Terra, entrar como aliada e interferir nesse processo e isto pode ser observado nesta citação: “Coube à CPT, que já estava desenvolvendo um trabalho na área, assumir a posição de elemento catalisador e se transformar aos poucos no principal aliado dos expropriados em seu confronto com Itaipu [...]”<sup>60</sup>. Portanto, para a autora, partiu de alguns membros da Comissão Pastoral da Terra, a organização e a resistência dos expropriados, não acreditando na potencialização dos atingidos, enquanto sujeitos capazes de conduzir seu próprio movimento.

Sobre a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, muitos discursos políticos foram proferidos pelo Brasil, quando foi aprovada pelo Congresso Nacional, a execução da grande obra em Foz do Iguaçu, no rio Paraná. Um dos discursos que esteve alinhado ao discurso difundido pelo governo militar foi o livro de Osny Pereira Duarte<sup>61</sup>. Sua abordagem esteve voltada ao discurso desenvolvimentista defendido pelo Estado. Neste período, o sonho dos militares era transformar o Brasil numa potência econômica e, por isso, precisavam incentivar a produção energética para atender a demanda do setor industrial brasileiro.

Osny Pereira Duarte em sua argumentação, defendeu um acelerado crescimento da produção energética no país, em detrimento do alto crescimento demográfico vivido pelo Brasil naqueles anos, aliado ao grande êxodo rural, causado pelas estruturas arcaicas do campo e o impulso industrial. Para atender tal necessidade, o autor considerou que as condições naturais do relevo do país eram propícias para a construção de hidrelétricas, além da tecnologia usada para a instalação destas usinas ser quase exclusivamente nacional, oriunda do parque industrial brasileiro que, na época, poderia ser chamado de avançado nesse setor e da grande experiência dos engenheiros brasileiros nas construções de hidrelétricas, como por exemplo, o projeto de Itaipu. Para Duarte, com a produção de energia, o Brasil promoveria a industrialização e o desenvolvimento, e, assim, a classe operária teria um aumento nos seus salários e, conseqüentemente, um poder aquisitivo maior. No entanto, isso não aconteceu, as velhas estruturas da sociedade continuaram imóveis, a concentração da

---

<sup>59</sup> Idem, p. 177-178.

<sup>60</sup> Idem, p. 80.

<sup>61</sup> DUARTE, Osny Pereira. *Itaipu: prós-contras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

renda aumentou, impossibilitando grande parte da classe trabalhadora de usufruir o que era produzido pela indústria.

O debate político, no qual o autor esteve inserido, foi para enaltecer o regime militar e considerar o projeto de Itaipu como viável e necessário ao Brasil, reforçando o discurso do Brasil Potência, que priorizava os grupos da sociedade, ligados ao poder econômico, não atendendo as necessidades da população mais carente e necessitada. Duarte não se voltou e nem sequer citou, silenciando, propositalmente, ao que aconteceria com a população que seria atingida com o alagamento das terras, pois, de acordo com sua posição política retratava o que interessava às elites e não ao povo.

Numa visão contrária ao ufanismo dos anos de 1970, difundido por Duarte, em relação à construção de Itaipu, nos anos de 1990, outro discurso político passou a ser expresso por pessoas envolvidas com movimentos mais amplos na sociedade, com uma posição crítica aos gastos exagerados durante o regime militar, além de questionar o elevado endividamento externo do Brasil, consequência daqueles anos e precipitado pelas construções faraônicas edificadas pelo Estado, entre elas Itaipu, que foram estimuladas pelo governo, na tentativa de transformar o Brasil numa potência econômica. Itaipu foi citada como uma das grandes consumidoras do dinheiro público. Um destes grupos participava de discussões sobre a dívida externa no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), que tem sedes no Rio de Janeiro e São Paulo, onde se produziam documentos sobre a dívida externa brasileira. Ainda, no de 2007, o CEDI produz documentos sobre questões sociais no Brasil, que vão desde a questão indígena, projetos sócio-ambientais, reforma agrária, entre outros. De acordo com o CEDI, nos anos 1990 o “projeto dívida externa” cumpria o papel de aprofundar os estudos sobre a dívida externa e suas consequências, dando uma assessoria melhor ao movimento popular, em especial ao Comitê Nacional contra Dívida Externa, investigando o endividamento e a aplicação dos recursos, originados no mesmo.<sup>62</sup>

O Projeto Dívida Externa, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), editou o livro “Itaipu: geopolítica e corrupção”, composto por dois ensaios. O primeiro escrito

---

<sup>62</sup> SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo. *Itaipu: geopolítica e corrupção*. São Paulo: CEDI, 1991. Introdução. p. 7.

por Paulo R. Schilling<sup>63</sup> “O homem, a ecologia, a soberania e o desenvolvimento”, apresentado num seminário sobre Estratégias para o Cone Sul, realizado em Erechim, no Rio Grande do Sul, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 1989. A preocupação de Schilling neste ensaio foi apontar as estratégias que levaram o Brasil e o Paraguai a construírem a hidrelétrica de Itaipu, a corrupção que esteve presente durante a sua construção, como os gastos exorbitantes, elevando os custos finais da obra, volumando ainda mais a dívida externa brasileira. A abordagem de Schilling, neste ensaio, para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, está voltada aos princípios da geopolítica brasileira e à necessidade de garantir o Brasil como potência econômica, sintetizando assim seu pensamento:

Para o governo militar brasileiro o problema de Itaipu e de toda a Bacia do Prata é, efetivamente, um problema essencialmente político, e enquadra-se na estratégia elaborada pelos geopolíticos da Escola Superior de Guerra que procuram estabelecer a hegemonia sobre os países da região. À luz da geopolítica explica-se perfeitamente o que parece ser totalmente absurdo do ponto de vista técnico, econômico, diplomático ou humano.

O projeto de Itaipu, um plano essencialmente político, (no dizer do próprio ministro das Minas e Energia brasileiro) deve ser analisado dentro de um contexto mais amplo: dentro da estratégia dos geopolíticos da Escola Superior de Guerra de incorporar gradualmente ao Brasil as chamadas ‘áreas estratégicas’.<sup>64</sup>

O autor produziu um diagnóstico de que a construção de Itaipu estava dentro das diretrizes, determinadas pela Escola Superior de Guerra, instituição, que ajudou na execução e manutenção do regime militar no Brasil e que, através de uma visão geopolítica, conseguiu executar o plano para a construção da hidrelétrica de Itaipu e tentar colocar o Brasil no rol dos países industrializados para ser um país hegemônico no Cone Sul.

Schilling, que teve uma atividade intensa nas campanhas da Dívida Externa, Reforma Agrária, Itaipu e sobre a construção da hidrelétrica de Itaipu, apontou os elevados custos e a corrupção que se fez presente no período da edificação desta mega obra, chegando a cifras astronômicas como pode se observar neste parágrafo:

---

<sup>63</sup> SCHILLING, Paulo R. . É jornalista, ingressou no CEDI como responsável do “Projeto Dívida Externa e conjuntura”. O autor publicou entre outros *Como se coloca a direita no poder* (Global) e *Dívida Externa, fuga de capitais e custos sociais* (CEDI). Foi militante do PCB, foi exilado durante o regime militar brasileiro. No exílio, publicou livros no Uruguai e Argentina. Assessorou o cardeal arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, a Comissão Justiça e Paz, as pastorais sociais, o movimento do MST (Movimento Sem Terra), a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e inúmeras ONGS que atuam na área social. Ultimamente, denunciou as práticas do neoliberalismo e da política recessiva do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial. (SCHILLING, Paulo. *Biografia*. Disponível em: <<http://www.pauloschilling.com>>. Acesso em 15 fev. 2008.)

<sup>64</sup> SCHILLING, Paulo R. O homem, a ecologia, a soberania e o desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_; CANESE, Ricardo. *Itaipu: geopolítica e corrupção*. São Paulo: CEDI, 1991. p. 25.

O investimento inicial de Itaipu foi calculado, em 1973, em 2,5 bilhões de dólares. Declarações recentes do general Costa Cavalcanti, o presidente da Binacional, situam agora o custo final em US\$ 15,29 bilhões. Considerando a inflação que incide sobre o dólar, seria natural que o investimento feito a partir de 1975, houvesse aumentado de 2,5 para 5 milhões.<sup>65</sup>

Numa direção parecida, Ricardo Canese<sup>66</sup> produziu o ensaio “Itaipu e as relações paraguaio-brasileiro: uma visão desde a perspectiva paraguaia”, publicado pelo CEDI no livro “Itaipu: geopolítica e corrupção” em 1991, um discurso de denúncia contra o Brasil, no que diz respeito à utilização da energia, em que o governo paraguaio acabou se submetendo aos interesses brasileiros. De acordo com sua argumentação, os grupos que detinham o poder, no Brasil, na época em que foi escrito o ensaio, não respeitam o Tratado de Itaipu<sup>67</sup>. O autor sintetizou alguns pontos sobre o não cumprimento do acordo:

Entregou-se ao Brasil energia subsidiada [...] restam bem poucas dúvidas da clara violação do Tratado de Itaipu, com a finalidade de beneficiar à curto prazo as empresas elétricas Furnas e Eletropaulo (ou grandes empresas consumidoras que delas adquiriram a energia subsidiada da Itaipu Binacional) [...] A Itaipu Binacional, no caso dos royalties, e o Brasil, no tocante à compensação, não pagaram mensalmente ao Paraguai [...] os atrasos têm sido sistemáticos durante vários anos, implicando em dívidas de centenas de milhões de dólares [...] Enquanto em 1986 e 1987 o Brasil contratou toda a potência disponível instalada em Itaipu – porque havia escassez de energia no sistema elétrico brasileiro - em 1988 e 1989 aconteceu o contrário como possuía excesso de energia em suas próprias usinas hidrelétricas, o Brasil deixou de duas a três máquinas paradas, sem pagar nada por elas.<sup>68</sup>

A intenção de Canese foi trazer para debate as atitudes do governo brasileiro em relação ao fornecimento de energia por Itaipu, revelando disputas entre o Brasil e o Paraguai em relação à produção e consumo de energia, dando a impressão de que o Brasil é o único associado neste consórcio binacional. O Brasil não se intimida em fazer as turbinas produzir o máximo quando convém, quando existe energia excedente no Brasil, a produção energética

<sup>65</sup> Idem, p.28.

<sup>66</sup> CANESE, Ricardo. É engenheiro paraguaio, assessor da CUT paraguaia e autor dos livros *Itaipu: Dependencia e desarrollo* (em pareceria com Luis Alberto Mauro) e *La problemática de Itaipu*. Durante a ditadura de Stroessner foi para o exílio na Europa, por fazer críticas ao governo militar paraguaio.

<sup>67</sup> O Tratado de Itaipu foi assinado pelo Brasil e Paraguai, no dia 26 de abril de 1973, onde ficou estabelecido que o potencial hidráulico, do rio Paraná, era pertencente em condomínio aos dois países, de Guaíra à Foz do Iguçu. E o Paraguai, através deste Tratado, tinha o direito de receber um preço bom, isto é, dentro das expectativas do mercado elétrico, pela energia que venderia ao Brasil e além de poder ofertar energia a terceiros países, caso, o preço que o Brasil ofertasse, não atendesse o valor pretendido pelo Paraguai.

<sup>68</sup> CANESE, Ricardo. *Itaipu e as relações paraguaio- brasileiras: uma visão desde a perspectiva paraguaia*. In: SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo *Itaipu: geopolítica e corrupção*. São Paulo: CEDI, 1991. p. 44-46.

em Itaipu é reduzida, ficando a Binacional à mercê da demanda do mercado e dos interesses do governo brasileiro. Além disso, o autor reclamou que o Brasil não pagou mensalmente os royalties devidos ao Paraguai, desde 1986 até 1991, pela utilização da energia paraguaia, refletindo numa atitude imperialista, obrigando aquele país a aceitar as imposições do Brasil. O conflito que Canese evidenciou, é que o Brasil, em relação à energia, produzida por Itaipu atende exclusivamente aos interesses do governo brasileiro, que muitas vezes subsidia energia para manter grupos multinacionais no país, por isso, não paga um preço legítimo pela energia excedente paraguaia, não respeitando o Tratado de Itaipu.

Em síntese, as várias problemáticas apresentadas neste capítulo, retrataram como a população atingida por barragens viveu o problema da desapropriação e da expropriação causada pela inundação das suas terras, para dar espaço às usinas hidrelétricas, principalmente, no que se refere a hidrelétrica de Itaipu.

No segundo capítulo, será discutido e analisado, como os diversos sujeitos: Comissão Pastoral da Terra, os jornais e os próprios atingidos posicionaram-se em relação às mobilizações coletivas, organizadas pelos expropriados na resistência contra as formas de indenização feitas pela Itaipu, conhecendo suas perspectivas, propostas, opiniões e posições na trajetória do movimento.



## **CAPÍTULO II**

### **APOIOS, ARTICULAÇÕES E FORÇAS NO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR ITAIPU**

A maioria dos atingidos, que morava ao longo do rio Paraná, região que seria alagada pelo lago de Itaipu, eram migrantes vindos de outras regiões do Brasil com o objetivo de tentar uma vida melhor nestas terras. Através de muito trabalho, conseguiram estruturar o comércio, escolas, igrejas, hospitais e estabeleceram laços de amizade, enfim, organizaram um lugar onde puderam continuar a sua sobrevivência. No entanto, este ritmo de vida foi interrompido quando teve início a construção da usina de Itaipu, obrigando milhares de pessoas a deixar suas propriedades para dar espaço a um imenso lago que logo se formaria. Estas propriedades, que seriam inundadas, foram indenizadas pela Itaipu Binacional, mas a forma de indenização, promovida pela empresa, foi contestada por muitos atingidos que se organizaram num movimento e começaram a exigir da empresa melhores preços pelas propriedades e terras para o reassentamento das famílias que seriam expulsas.

Assim, na luta por melhores indenizações para suas propriedades, uma parte dos atingidos de Itaipu, organizaram, a partir de 1978, um movimento para reivindicar direitos enquanto expropriados da hidrelétrica de Itaipu. Neste movimento, houve a interferência da Comissão Pastoral da Terra, posição já adotada em nível nacional por muitos de seus membros que apoiavam os movimentos no campo e na região oeste do Paraná, não foi

diferente, seus participantes não ficaram imóveis diante da situação que os expropriados estavam vivenciando, e passaram a apoiar o movimento dos atingidos na resistência contra a Itaipu, constituindo-se como um sujeito que se foi moldando diante das necessidades do movimento.

A Comissão Pastoral da Terra, órgão ligado diretamente a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), foi criada em 1975, em Goiânia. Em 1976 foi organizada no Paraná, em Ponta Grossa, e em fevereiro de 1978,<sup>69</sup> passou a ter uma secretaria em Marechal Cândido Rondon, localizada na rua XV de Novembro – 1303, tendo como secretário o pastor Gernote Kirinus. No caso específico da região oeste, sua coordenação coube, neste período, aos pastores luteranos da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). A partir de 1979, este escritório foi transferido para Curitiba.

O trabalho da Comissão Pastoral da Terra-regional, no oeste do Paraná, de acordo com a ata de reunião, do dia três de agosto de 1978, realizada em Cascavel, até setembro de 1977, concentrou suas atividades na preparação do depoimento do secretário Gernote Kirinus na CPI da Terra, no qual os deputados estaduais, vinculados a esta CPI, analisavam o esvaziamento econômico e humano no Paraná. Este trabalho, realizado pela Comissão Pastoral da Terra regional, foi apresentado pelo pastor Gernote Kirinus à CPI da Terra, em 19 de abril de 1978, na Assembléia Legislativa do Paraná. Nesta oportunidade, Kirinus denunciou o problema social, econômico, emocional que Itaipu estava gerando na região oeste do Paraná, que para ele seria um fator de “desparanização”, deixando a área atingida pelo reservatório de Itaipu, de produzir toneladas de alimentos, não gerando impostos para o Estado do Paraná e, além disso, expulsaria milhares de pessoas do próprio Estado. No trecho inicial de seu depoimento à Assembléia Legislativa, Kirinus justificou a participação da Igreja nos problemas, enfrentados pelos atingidos:

[...] A Igreja tampouco poderá fugir desta preocupação se é isto que aflige o povo a quem ela serve, por isso andaré de mãos dadas com os que, por incumbência oficial, se encarregaram destes cuidados. Nossa colaboração ao trazermos e depositarmos em vossas mãos essas informações é um testemunho de nosso interesse pelo homem e sua salvação plena, e especificamente a salvação do homem paranaense em cujo contexto geográfico e histórico atuamos como Igreja.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Conforme a Ata de Reunião da Equipe da Comissão Pastoral da Terra Regional do Paraná. Cascavel, 03 de agosto de 1978. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra. Curitiba.

<sup>70</sup> KIRINUS, Gernote. *CPI - Desparanização*. Marechal Cândido Rondon: Comissão Pastoral da Terra, 1978 p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra. Curitiba.

Na sua percepção, Kirinus,<sup>71</sup> como pastor da paróquia da Igreja Luterana, sentiu as tensões e os conflitos que os atingidos estavam vivendo naquele momento. A Igreja era constituída pelos membros participantes e era o lugar onde as pessoas podiam se expressar, falar dos seus problemas e como pastor deveria ajudar e apoiar os expropriados, a buscar justiça para as indenizações que seriam promovidas pela Itaipu, pois, no passado, eles tinham delimitado este espaço que seria inundado como o local de sua sobrevivência. Então, ele e os atingidos juntariam suas experiências e formariam uma resistência contra o grupo dominante: os dirigentes da Itaipu, na defesa dos direitos dos expropriados no acesso à terra. Desse modo, através do apoio aos atingidos, a Igreja do qual era pastor, procurava ajudar os desapropriados a garantir condições de sobrevivência.

Outro ponto, para o qual Kirinus chamou atenção em seu pronunciamento, foi que o Estado do Paraná reduziria sua área agrícola e, automaticamente, a produção e a arrecadação do Estado cairia sensivelmente. Tal argumento pode ser observado no seguinte depoimento:

[...] Especialmente a Binacional Itaipu em termos de desparanização, se constitui em um verdadeiro afronte a autonomia de nosso Estado. Pois são nada menos que 100 mil hectares de terra que deixarão de produzir soja e enriquecer o celeiro paranaense, e além disto entregamos a energia a outros Estados e se isto não bastasse, outro tanto de nosso território será expropriado de sua função produtiva, para ceder passagem a nossa energia que será carregada em dois linhões que atravessarão nosso Estado de Oeste a Nordeste, perfazendo 600 Km. A beleza natural das Sete Quedas que será substituída por um lago sem nenhuma atração turística deixará de gerar consideráveis divisas ao Paraná.<sup>72</sup>

Neste discurso, aos deputados da Assembléia Legislativa, Kirinus colocou-se contrário à construção da usina de Itaipu. Na sua opinião, a obra só traria prejuízos econômicos ao Estado do Paraná e, por certo, o que a Itaipu iria oferecer futuramente, como por exemplo, um lago sem atrativo nenhum, não poderia ser comparado ao que seria perdido com as Sete Quedas, um importante pólo turístico, bem como as terras férteis do oeste do Paraná. Para ele, Itaipu significaria um retrocesso no desenvolvimento econômico do oeste do Paraná.

Além do problema econômico, Kirinus considerou o problema social o maior de todos os que a construção da Itaipu gerou na região oeste do Paraná, pois contribuiu para que milhares

---

<sup>71</sup> Em 1978, Gernote Gilberto Kirinus, que era pastor em Entre Rios, então distrito de Marechal Cândido Rondon, foi eleito deputado estadual pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), representando a região oeste do Paraná, principalmente Marechal Cândido Rondon, que sempre foi reduto da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), quebrando, assim, a hegemonia deste partido no município.

<sup>72</sup> Idem, p. 9.

de pessoas fossem obrigadas a deixar seu lugar e encontrar um novo para continuar sua sobrevivência. A seguinte fala exemplifica:

É o problema social que mais nos preocupa e que é conseqüência de tudo o que vimos até aqui, e que atinge principalmente o agricultor privando-o de seu único meio que é a terra. E a saída deste importante segmento populacional do Paraná, que se dá por circunstâncias forçadas pelo estrangulamento econômico sob qual padece, e finalmente será corrido pelas águas da Itaipu, importa de fato em substancial e significativa desparanização [...].<sup>73</sup>

Kirinus mostrou que, com a construção de Itaipu, o agricultor teve negado o direito à terra para continuar sobrevivendo e não teve propostas para continuar vivendo no Paraná, tendo como saída a migração, constituindo-se para ele um elemento de “desparanização”, através do esvaziamento populacional que a construção da represa de Itaipu estava promovendo no oeste paranaense. Neste discurso à Assembléia Legislativa do Paraná, Kirinus pretendeu não só levar ao conhecimento dos parlamentares o problema que Itaipu estava gerando no oeste, mas também divulgar o trabalho dos membros da Comissão Pastoral da Terra que estavam iniciando seus trabalhos junto aos atingidos por Itaipu, com o objetivo de almejar uma posição nas mobilizações organizadas pelos expropriados.

No ano de 1978, os representantes da Comissão Pastoral da Terra, na região oeste, principalmente, o pastor Gernote Kirinus e também Kurt Walter Hattje, no intuito de mobilizar o povo e tentar conduzir a mobilização dos atingidos, iniciaram um trabalho junto às comunidades atingidas, conhecido como Projeto Arca de Noé. Este projeto foi elaborado no mês de março, em Marechal Cândido Rondon, pelos membros da CPT e obteve apoio financeiro internacional da Federação Luterana Mundial, com sede na Alemanha, que enviou verbas para a execução dos trabalhos. As práticas deste projeto foram desenvolvidas de agosto até o final de 1978 com os atingidos que aceitaram a proposta, iniciando, na comunidade evangélica de Porto Britânia, pertencente à paróquia de Pato Bragado do pastor Kurt Hattje, onde se tentou formar grupos de base entre as pessoas atingidas, para discutirem sobre a situação que estavam enfrentando e pensarem formas de organização. Os atingidos organizaram-se em vinte grupos de base nos municípios de São Miguel do Iguçu, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon e discutiam duas questões principais: a necessidade de conseguir um melhor preço para as terras e o descaso do governo com o reassentamento dos expropriados<sup>74</sup>. Estas pautas para os atingidos eram as suas grandes apreensões e o eixo

---

<sup>73</sup> Idem, p. 15.

<sup>74</sup> GERMANI, op. cit., p. 81

condutor das discussões nestas práticas de grupo na luta por indenizações melhores, tendo os membros da CPT, apropriado estas questões no decorrer dos contatos das mobilizações dos expropriados, já que interferiam no movimento dos atingidos.

Sobre o Projeto Arca de Noé, uma das possibilidades de interpretação seria a da Comissão Pastoral da Terra tentar abraçar as causas dos expropriados através de ações coletivas, como grupos de estudo, grupos de base junto aos atingidos. O Projeto Arca de Noé, apresentou a seguinte justificativa para sua existência:

Sem colocar em dúvida um empreendimento de tamanha importância para a Nação, como é Itaipu, nós nos importamos, de fato, com o homem. Depois de 30 anos de suor derramado nestas terras, os colonos conseguiram, a duras penas, criar a infra-estrutura para o comércio; conseguiram construir seus lares, dar educação e estudo aos filhos, organizar-se em comunidades religiosas e sociais. Esses colonos vêem-se agora na contingência de partir para, em terra estranha e distante, começar tudo de novo. Eles merecem nossa consideração, nosso apreço, nosso empenho.<sup>75</sup>

No trecho citado, os representantes da Comissão Pastoral da Terra-regional afirmaram que a empresa Binacional não se preocupou com o que iria acontecer com as pessoas que seriam expropriadas, mas a CPT sim, pois eram as pessoas e o que iria acontecer com elas a grande preocupação desta instituição. Afinal, seriam obrigadas a migrar para um outro lugar, deixando tudo para trás, tendo de recomeçar suas vidas. Os membros da CPT apresentaram a comissão como se ela fosse a defensora das causas dos expropriados, por isso, tornou-se solidária e compartilhou com os atingidos suas experiências. É importante notar que a CPT tentou disputar com a Itaipu o sentido da expropriação, tomando uma posição ao colocar-se ao lado dos expropriados.

De acordo com o projeto, a pergunta que tanto os expropriados quanto o grupo da Comissão Pastoral da Terra se faziam era: para onde ir e o que fazer com o valor da indenização que ainda não havia sido definido pela Itaipu? Os membros da CPT, ao posicionarem-se ao lado dos atingidos argumentavam: “Não temos o direito de abandoná-los nesta questão. Seria omissão demais para uma Igreja que se diz cristã e por isso mesmo humanista. Por isso, propomo-nos, como, órgão de Igreja, a buscar uma solução juntos, não para eles, mas com ELES”<sup>76</sup>. Com este argumento, os membros da Comissão Pastoral da Terra, buscavam uma posição e queriam garantir sua presença no movimento dos atingidos,

---

<sup>75</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003. p. 58.

<sup>76</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça: Itaipu X agricultores expropriados*. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra, 1980. p. 21.

além de tentar disputar com eles as estratégias de luta para as mobilizações coletivas, tentando ser ela a articuladora do movimento através dos trabalhos realizados.

Na tentativa de conduzir o movimento de resistência dos atingidos, o grupo da CPT, através do Projeto Arca de Noé, propôs em suas práticas e ações a participação de padres e pastores da região atingida para envolvê-los nesta trajetória. O trabalho, proposto pelos dirigentes da CPT junto a padres e pastores, consistia na organização, na mobilização das comunidades para a realização de grupos de estudo. Na perspectiva do grupo da Comissão Pastoral da Terra - regional, envolvendo o maior número de pessoas e descentralizando as tarefas, facilitaria o trabalho coletivo das bases. Convém lembrar que esta prática social, encabeçada pela CPT, não foi absorvida por todos os atingidos, mas foi uma forma encontrada por esta instituição para disputar com os expropriados a liderança do movimento de contestação das propostas de indenização que a Itaipu propunha.

É interessante destacar que este trabalho de base, organizado por um grupo da Comissão Pastoral da Terra, encontrou problemas, conflitos e decepção e, muitos dos atingidos que participavam dos grupos de reflexão, acabaram por tomar atitudes que não condiziam com aquilo que era difundido nestes grupos. Esta questão foi abordada pelo pastor Werner Fuchs<sup>77</sup>, que foi secretário da CPT, na época da mobilização dos expropriados e comentou :

Na verdade, eu digo assim: teve alguns exemplos assim lindos de trabalho de base pela Igreja Católica, principalmente, mas o pastor Kurt e o Kirinus também tinham. O pastor Kurt tava em Pato Bragado e Kirinus em Entre Rios tinham trabalhos com grupos, grupos de reflexão. E a frustração do Kurt foi que, justamente, esse pessoal que estudava, refletia dentro da visão do trabalho de base, foram quase praticamente os primeiros que aceitaram os preços que a Itaipu colocou, tá? Então, houve uma frustração ali, sabe? O pessoal que seria mais consciente, de repente, está se rendendo pra Itaipu. Quase que a gente estava fazendo um trabalho contrário que a gente queria, né? Justamente discutindo o problema, eles, parece, que sentiram tão grande este problema que se sentiram impotentes, sabe? A gente comparou depois. Vem um tanque, você vai lutar com canivete contra um tanque, como vai fazer? Sabe, esta situação. Mas, mesmo assim, algumas dessas pessoas foram recuperadas [...].<sup>78</sup>

Na avaliação do pastor Werner Fuchs, sobre o trabalho de base, sua fala evidencia uma disputa de sentidos. No movimento dos atingidos, alguns membros da CPT organizaram grupos de reflexão para que estes crescessem na conscientização e que, coletivamente, encontrassem uma solução para os problemas enfrentados, porém, mesmo participando destas

---

<sup>77</sup> O pastor Werner Fuchs foi secretário da CPT- regional, a partir de 1978, em substituição ao pastor Gernote Kirinus que foi eleito deputado estadual. O pastor Fuchs fez parte da CPT até 1987.

<sup>78</sup> FUCHS, Werner. *Entrevista concedida*. Curitiba, 11 jun. 2007.

reflexões muitos atingidos fizeram escolhas que não eram compatíveis com o que era discutido nos grupos e optaram em negociar suas propriedades com os representantes da Itaipu, expressando assim um conflito vivido no interior do próprio movimento, onde cada sujeito tinha seus interesses, objetivos e expectativas. Para eles, a resistência poderia ser difícil e demorada, sendo prejudicados na compra de outras terras para continuarem sua sobrevivência. Muitos atingidos, integrantes destes grupos, pensaram no seu interesse particular em detrimento do coletivo e, desta forma, mesmo o movimento sendo coletivo, ele também se fez na tensão do privado. Além disso, havia um jogo de interesses muito grande por parte dos funcionários da Binacional, que ofereciam preços melhores a alguns proprietários, na intenção de quebrar a resistência dos atingidos e, muitos expropriados acabavam aceitando as ofertas estabelecidas pela empresa. Desse modo, na opinião de muitos atingidos, a Itaipu foi mais forte do que os próprios expropriados, o que fez com que alguns dos participantes dos grupos de reflexão acabassem aceitando as propostas de Itaipu.

No intuito de estar articulada junto aos expropriados e tentar disputar um espaço junto ao movimento dos expropriados, o secretário interino da CPT- regional, pastor luterano Kurt Walter Hattje enviou uma circular a padres da região atingida, pelo futuro reservatório de Itaipu, conclamando para uma reunião, tendo em vista o Projeto Arca de Noé, como mostra o fragmento abaixo:

Mal. Cdo. Rondon, setembro de 1978.

Aos padres e pastores

C/C. Adriano de Medianeira, Valentim de Santa Helena, Backes de Entre Rios, Ângelo de Palmas, Claudino de Francisco Beltrão, Roberto Campos de Mato de Santa Helena, Kirinus de Mal. Cdo. Rondon, Artemo Spellmeier do Departamento de Migração da IECLB, Werner Fuchs – Coordenador da CPT- PR, Joerg Michel de Santa Helena e Douglas de Iguaporã.

A terra é para quem trabalha nela

Aos padres e pastores que tem comunidades à margem do Rio Paraná, cujos membros terão que sair por causa das águas de ITAIPU, terão juntamente com esta carta, outras que deverão ser entregues aos lavradores.

Ao lado vai convite para participação da reunião do dia 16 de outubro com início às 9 horas, no pátio da Comunidade Católica de Santa Helena com todos os agricultores, cujas terras serão inundadas pela Binacional Itaipu.

Trata-se do Projeto ARCA DE NOÉ da Comissão Pastoral da Terra do Paraná; a idéia partiu dos próprios agricultores de fazer uma reunião com todos os agricultores da margem do Rio Paraná, para reivindicar por parte do Governo um melhor preço por suas terras e reivindicar também por parte do Governo uma outra área de terra onde eles podem se reassentar novamente.

Favor trazer almoço junto.

A Pastoral da Terra e os agricultores contam com vocês.

Kurt Walter Hattje  
Secret. Interino da CPT- PR<sup>79</sup>

De acordo com esta circular, emitida pelo secretário interino da CPT, foi de interesse dos atingidos uma reunião geral, incluindo padres e pastores da região atingida pelo futuro lago de Itaipu, pois o movimento estava em construção e queria o apoio eclesial, dando, assim, uma maior visibilidade ao movimento e aos problemas enfrentados pelos desapropriados. Os membros da Comissão Pastoral da Terra, é claro, nesta oportunidade, reforçaram sua participação no movimento que se foi moldando, de acordo com os interesses dos atingidos e, além de querer disputar com os expropriados a articulação, a criação do movimento, a condução e a liderança nas mobilizações coletivas para conseguir firmar seu lugar no movimento.

Na possibilidade de querer disputar o sentido do movimento com os atingidos, o convite, a eles destinado, que foi anexado à circular, apresentada anteriormente, parecia não deixar dúvidas a respeito desta intenção, o que se pode observar nos trechos a seguir:

Mal.Cdo.Rondon, setembro de 1978

Caro lavrador!

Achamos que não é certo que o senhor, juntamente com sua família, tenha que resolver o problema de procurar uma outra terra sozinho; são 8 mil famílias que moram às margens do Rio Paraná e que estão passando pelo mesmo drama. Achamos que vocês lavradores devem tentar, em conjunto, resolver este problema. Os outros lavradores contam também com sua ajuda e de sua família.

Como vocês podem ajudar?

É fácil! No dia 16 de outubro haverá uma outra reunião com início às 9 horas em Santa Helena, no pátio da Comunidade Católica. O lavrador deve se unir e todos contam também com o seu comparecimento e também com sua participação.

Que queremos conseguir?

Possivelmente um melhor preço para as nossas terras e conseguir também por parte do Governo, uma nova área de terra, onde vocês possam trabalhar e formar uma nova residência com as nossas famílias e com os nossos vizinhos. Essa terra, se possível, deve ser no Paraná.

Unam-se, façam lotação ou peguem carona com os vossos vizinhos e compareçam todos no dia 16 de outubro, às 9 horas no pátio da comunidade Católica em Santa Helena. Tragam o almoço junto, que nós acamparemos por lá mesmo.

[...]

Contamos também com sua presença. Quanto maior for o número de lavradores, tanto maior será a nossa chance de conseguir alguma coisa.

---

<sup>79</sup> Conforme circular da Comissão Pastoral da Terra de setembro de 1978. Arquivo da CPT. Curitiba.



Tchau gente! Até o dia 16 de outubro.

Kurt Walter Hattje  
Secret. – CPT- PR<sup>80</sup>

Através deste convite, é interessante observar que o movimento dos atingidos foi reforçado e ampliado, estimulando a participação deles. Esta reunião, convocada pelos membros da CPT, mas exigida pelos atingidos, teve adesão e participação de muitos agricultores, interessados em discutir coletivamente seus problemas ou encontrar formas para resistir contra as formas de indenização que os funcionários da Itaipu propunham, já que todos que se reuniram compartilhavam a experiência da expropriação e esperavam encontrar juntos uma solução.<sup>81</sup>

De acordo com algumas evidências, na reunião em Santa Helena, no dia 16 de outubro de 1978, foram trabalhadas várias práticas do Projeto Arca de Noé, com os atingidos, onde é perceptível um envolvimento cada vez maior da equipe da CPT na tentativa de conduzir o movimento dos atingidos, o que mostra o próprio programa da assembléia. Os trabalhos foram descentralizados em pequenos grupos para que as pessoas discutissem e apresentassem as sugestões para resolver seus problemas. Este trabalho junto aos atingidos que os membros da CPT realizaram, entre eles, o pastor Werner Fuchs, foi analisado por ele desta maneira:

[...] Aconteceu assim, que nós resolvemos no meio da assembléia formar grupos. Enumeramos as árvores, tinha um monte de árvore de sinamomo lá e nós numeramos... pessoal da linha tal, o padre Valentim conhecia melhor o pessoal da linha tal, vamos dizer, Linha Salete, vai na árvore número 22, Linha... do Pouso da Margarida vai para o número 3 e então disse assim: conversem sobre duas questões: qual é o nosso, nossas dificuldades, nosso sofrimento? Qual são as nossas reivindicações?<sup>82</sup>

Neste fragmento, o pastor Werner Fuchs, foi mostrando que o movimento se foi fazendo, de acordo com as necessidades percebidas pelos atingidos e que não estava pronto mesmo os membros da CPT conduzindo esta reunião. Foram os problemas, trazidos pelos atingidos, que pressionaram a formação de pequenos grupos para a discussão de soluções e propostas, partindo das expectativas dos expropriados. Desse modo, os atingidos foram trocando e compartilhando as experiências vividas no processo, nesta assembléia.

---

<sup>80</sup> DOCUMENTOS. In: GERMANI, op. cit., p. 199.

<sup>81</sup> De acordo com o Boletim Poeira "... compareceram mais de 1.200 pessoas, que representavam 66 localidades e linhas da área a ser inundada. Estiveram presentes, também, mais de 20 padres e pastores de diversas igrejas...". BOLETIM POEIRA. Ano 1, n. 5, p. 5, 1978.

<sup>82</sup> FUCHS, 2007, op. cit.

Na síntese, deste trabalho coletivo, foi redigido um documento final com os problemas enfrentados pelos atingidos, que ao todo eram 23 pontos discutidos, além dos 15 itens, que eram as reivindicações, não encerrando a pauta de reivindicações apenas no reassentamento e preços melhores pelas terras como havia sido proposto na circular de convocação da assembléia. Os expropriados consideraram que precisavam ser melhor indenizados e foram acrescentando mais reivindicações para que a indenização atendesse suas expectativas. Este documento que saiu em nome da Comissão Pastoral da Terra – regional, seria entregue ao presidente Ernesto Geisel, quando da sua visita a Foz do Iguaçu, para inaugurar o canal de desvio do rio Paraná, no dia 20 de outubro de 1978.

Ainda sobre esta mesma reunião com os atingidos, é interessante observar como os membros da Comissão Pastoral da Terra, foram aparecendo na reunião, buscando um espaço junto às mobilizações dos expropriados. A coordenação de sistematização dos trabalhos e dos contatos que precisavam ser feitos para que este documento, que continha as pautas de reivindicação dos atingidos, chegasse às mãos do presidente Ernesto Geisel. Uma das exigências dos expropriados, ficou a cargo dos representantes da CPT. O pastor Werner Fuchs comentou desta forma sua participação e da Comissão Pastoral da Terra nesta questão:

[...] Mas os agricultores que estavam em torno do pastor Kurt, ficaram alvoroçados e que estava em Santa Helena e de repente o pastor Kurt não veio. E eu tive que daí entrar na brecha e assumir a função dele de coordenar a assembléia junto com os outros, o padre Valentim e outros da equipe da CPT, né ? E o bispo D.Olívio que também já tava participando. Então foi formada uma comissão e eu já coordenei esta comissão porque tinha que juntar as reivindicações dos agricultores e encaminhar para a Itaipu e o D. Olívio ficou pra, ficou encarregado de conseguir uma audiência, porque o general Geisel, o presidente Geisel estava vindo pra fazer o desvio do canal, em 78. Então, eles queriam uma audiência com o Geisel, os agricultores. Então tinha, eu tinha os contatos, os nomes do pessoal e tinha que redigir, terminar de redigir o documento [...].<sup>83</sup>

Nesta fala, o pastor Fuchs, através da Comissão Pastoral da Terra, induziu a uma disputa para reivindicar a coordenação do movimento dos expropriados, através de inúmeras atitudes como: o contato com as pessoas para conseguir uma audiência com o presidente da república que estaria em Foz do Iguaçu e a sistematização das propostas dos expropriados nesta assembléia.

---

<sup>83</sup> Idem, ibidem.

Na possibilidade de tentar conduzir o movimento dos atingidos, os membros da Comissão Pastoral da Terra-regional, criaram, em 1978, o Boletim Poeira<sup>84</sup>, em Marechal Cândido Rondon. O título do boletim foi bastante sugestivo e recebeu este nome devido à poeira vermelha que existe na região e para causar um certo impacto “[...] era para levantar poeira mesmo [...]”<sup>85</sup>, tendo o boletim a tarefa de causar polêmica entre seus leitores. Os exemplares do boletim traziam informativos sobre hidrelétricas, desmatamento, notas promissórias rurais, bóias-frias, notícias da Comissão Pastoral da Terra, as reuniões que envolviam os expropriados de Itaipu, as mobilizações coletivas dos expropriados, a luta pela terra entre outros, sendo um periódico que trazia as problemáticas vividas pelos trabalhadores rurais no Brasil e, especificamente, pelos agricultores atingidos pela barragem de Itaipu, seu principal alvo, para que estes percebessem sua situação de expropriação e adquirissem uma maior consciência política da situação que estavam vivenciando. Sobre as matérias, que seriam publicadas no boletim, ficou definido o seguinte, de acordo com a ata da reunião da Comissão Pastoral da Terra realizada, nos dias 13 e 14 de dezembro de 1978, na cidade de Cascavel:

O boletim deverá contar tanto com matérias de atualidade e de interesse imediato dos agricultores como com matérias de fundo. Além disso, o Poeira deve funcionar como um órgão de denúncia do agricultor, de divulgação de seus principais problemas e lutas. Além disso, foi decidida a seguinte sistemática para a elaboração do boletim. Uma parte de cada reunião da equipe da CPT seria dedicada à discussão da pauta do próximo número do boletim, onde cada membro traria sugestões. Além disso, a cada reunião, o boletim passado deverá ser discutido por todos os membros da equipe.<sup>86</sup>

De acordo com a citação acima, com o boletim, os membros da Comissão Pastoral da Terra iriam tentar trabalhar as idéias propostas pela instituição, na possibilidade de ir apresentando-se como a idealizadora e a articuladora do movimento de resistência contra as imposições de Itaipu.

Uma das práticas do boletim, foi incentivar o envio de matérias, documentos, notícias das lutas dos agricultores e sugestões. A produção deste documento, era feita pelos representantes da CPT-regional. O boletim passou a ser utilizado nos trabalhos de grupo, pois, em muitas oportunidades, trazia os problemas sentidos e vivenciados pelos atingidos, além de outras

---

<sup>84</sup> De acordo com o boletim n. 7 (fevereiro de 1979), este era vendido pela CPT a CR\$ 5,00 o exemplar ou a CR\$ 30,00 a assinatura anual (valores do ano de 1979), e, as primeiras impressões foram feitas no mimeógrafo, sendo bastante simples, mas trazia na capa as manchetes dos principais assuntos discutidos e desenhos referentes a eles. Eram publicações bimestrais.

<sup>85</sup> FUCHS, op. cit.

<sup>86</sup> Conforme a ata da reunião da Comissão Pastoral da Terra do Paraná realizada, em Cascavel, nos dias 13 e 14 de dezembro de 1978. Arquivo da CPT. Curitiba.

problemáticas ligadas ao meio rural. “[...] O pessoal lia, discutia, nós tínhamos reações sobre o boletim, né? Então, este sim, era a ferramenta para o trabalho da CPT”<sup>87</sup>. Assim, os agricultores e moradores da região atingida, que liam o boletim, buscavam subsídios para aumentar a sua conscientização, sendo um instrumento de formação política no movimento dos atingidos que ainda estava em construção e os temas citados neste periódico eram discutidos entre os atingidos que compartilhavam suas experiências, às vezes, em meio a tensões e conflitos, pois nem todos tinham a mesma opinião e não faziam a análise da situação da mesma forma, porém, o que os levava a juntar forças era a expropriação, experiência vivida por todos.

Como o movimento dos atingidos, no desenrolar da experiência, foi crescendo na conscientização política e constituiu apoios e articulações, objetivando uma visibilidade maior na sociedade, o Boletim Poeira<sup>88</sup>, passou a publicar as experiências vividas pelos atingidos no processo, posicionando-se ao lado deles e apresentando os conflitos, as pressões feitas coletivamente contra os dirigentes da Itaipu, além das vitórias, derrotas, decepções vividas pelos atingidos. Desse modo, os atingidos através do boletim, puderam expressar suas opiniões, enfocando a tensão vivenciada por eles no processo indenizatório, através de depoimentos que começaram a ser publicados pelo Poeira e, ainda, as mobilizações coletivas, organizadas pelos atingidos com os acampamentos dos anos de 1980 e 1981 que também foram destacados. Os editores do boletim tinham interesse em denunciar as artimanhas dos dirigentes da Itaipu em relação aos desapropriados, pois no decorrer do processo, estabeleceu-se um embate, uma disputa entre o que Itaipu dizia, o que os membros da CPT apregoavam e o que os atingidos vivenciavam. É preciso considerar que o movimento se foi fazendo no

---

<sup>87</sup> FUCHS, 2007, op. cit.

<sup>88</sup> O Boletim Poeira, no início, publicava cartas dos leitores, informações sobre reuniões da CPT, na região oeste do Paraná, programas da CPT, propaganda para a venda do boletim. Inclusive, no boletim nº 7, do ano de 1979, na página 15 na seção: Programas da CPT para 1979, a equipe solicitou a doação, possivelmente, em dinheiro das comunidades ou paróquias e dos assinantes, para que o trabalho da CPT continuasse na região. De acordo, com o pastor Werner Fuchs, em entrevista realizada por mim, a partir de 1980, o *Boletim Poeira*, passou a ser publicado em Curitiba, pois o escritório da CPT de Marechal Cândido Rondon, foi transferido para aquela cidade. Sua transferência foi motivada, porque o pastor Werner Fuchs, que era coordenador da CPT- PR, em 1979, assumiu a paróquia da Igreja Luterana (IECLB) em Santa Helena e a equipe da CPT, decidiu que o escritório da CPT de Marechal Cândido Rondon, fosse transferido para Curitiba para centralizar os trabalhos desta instituição. Também nesta ocasião, houve a descentralização das atividades desta instituição em outras regiões do Paraná como: no sudoeste os trabalhos dos membros da CPT foram realizados com o pequeno agricultor; no norte do Paraná com o bóia-fria e o oeste ficou sob a coordenação do pastor Fuchs que apoiou os atingidos na resistência contra a Itaipu. É possível observar, que desde 1980, sua impressão recebeu uma roupagem nova, trazendo na capa e no seu interior fotos dos principais eventos discutidos na edição, manchetes, passando a ter uma característica similar de um jornal. O *Poeira*, passou a incluir em seus números discussões da CPT- nacional, como a luta pela terra, migrações, êxodo rural, reforma agrária, o movimento social dos atingidos por Itaipu. Em suas publicações, o boletim, sempre trazia uma mensagem bíblica, porque a instituição tinha vínculos com a Igreja e para dar ânimo e força aos atingidos.

cotidiano, envolvendo os atingidos, que sofriam as injustiças, motivados por tensões e conflitos, com diferentes expectativas e perspectivas em relação a ele.

No boletim número 2, publicado em 1978, existe uma seção, destinada à reflexão dos depoimentos dos agricultores. No final traz a seguinte pergunta: “O que nos dizem estas observações?” Os depoimentos mostram as experiências vividas pelos atingidos e a consciência que estes têm da terra, não trazem o nome do depoente, apenas a localidade a que pertence, creio que para evitar problemas em relação a retaliações. Os depoimentos revelam os questionamentos dos expropriados em relação à Itaipu, resultado de uma organização melhor dos atingidos e da consciência que foi adquirida ao longo das mobilizações. Um agricultor de Santa Helena diz:

Por mim eles podem até anunciar reunião da Itaipu com o rei que eu não vou mais! O senhor já viu a enrolação que fizeram? Por que eles não falam do preço certo que nós vamos ganhar pelas nossas terras e param de uma vez com esta vergonha de preço justo só tem papo.<sup>89</sup>

Este agricultor questiona o valor que os funcionários da Itaipu ofereciam para sua propriedade e a credibilidade destas ofertas. De acordo com seu julgamento, sua propriedade valia muito mais, pois sua avaliação incluía o preço real das terras e o valor sentimental que ele atribuía a elas, não aceitando a forma de indenização proposta pela empresa que sempre divulgou um preço compensatório pelas terras que seriam inundadas.

Outro agricultor, da localidade de Iguaporã, interior de Marechal Cândido Rondon pontuou: “A reunião foi muito boa! Pelo menos os companheiros estão vendo quanto interesse existe pelo agricultor. Mas não se enganem, este interesse é pra enrolar o colono e calá a boca dele, como sempre, né [...]”<sup>90</sup>.

Em sua análise, os funcionários da Itaipu, ao invés de dialogar com os atingidos, propostas, já vinham com tudo pronto, na intenção de não permitir que os expropriados esboçassem qualquer reação ou questionamentos sobre a forma de indenização. Os funcionários da empresa, nestas reuniões, apenas ditavam o que havia sido estabelecido nos gabinetes da mesma.

De Pato Bragado, outro agricultor, indignado com a forma com que os funcionários da Binacional procediam as indenizações, comentou:

O senhor viu quanto eles querem pagar pelas nossas terras? 50 mil por alqueire em média! Mas meu Deus, estas terras valem mais do que o dobro

<sup>89</sup> O QUE nos dizem estas observações. *Boletim Poeira*, n. 2, p. 3, 1978.

<sup>90</sup> Idem, ibidem.

que eles oferecem. E tem mais: eles vão pagar em quatro categorias; mas quando a gente comprou estas terras há 15 ou vinte anos atrás não tinha nada disso; um alqueire valia tanto quanto o outro. Agora começam com esse negócio de categoria. Mas estas terras não vão tudo abaixo d' água, e será que as terras melhores vão carregar mais água nas costas? <sup>91</sup>

Em seu depoimento, os funcionários da empresa apresentavam cada vez mais empecilhos para que a indenização das propriedades atendesse as expectativas dos desapropriados. Para ele, os representantes da Itaipu forjavam critérios para pagar cada vez menos ao proprietário, lembrando que, no passado, esta mesma terra fora comprada sem que tivesse sido estabelecida tal classificação pelo mercado imobiliário, critério este, que agora era imposto pela Itaipu para realizar as indenizações. As categorias de terras<sup>92</sup> que foram criadas pelos funcionários da Binacional respeitavam o seguinte: pagava-se a terra conforme a localização, o tipo de solo, se a terra era plana ou acidentada, assim, uma parte de uma mesma propriedade de um expropriado tinha preços diferenciados e também as propriedades dos desapropriados tinham preços diferentes, sendo estes critérios criticados pelos atingidos nas suas mobilizações.

Um último agricultor, de Itacorá, afirmou:

Sacrifício, preço justo, ajudar o Brasil e mais sacrifício é que estão pedindo de nós! Mas será que nosso rosto queimado do sol e cheio de rugas e nossas mãos grossas e cortadas não são mais sinal de sacrifício? Por favor, esta justiça que eles falam não é justo nem pra ladrão. Nós que sofremos o confisco da soja, as NPRs, as secas, as pragas, os venenos ainda temos que sofrer sacrifício? Pra contar piada tem hora, né?<sup>93</sup>

Para este atingido, sacrifício era uma coisa que há muito tempo fazia parte do cotidiano dos agricultores. Primeiro: a luta para desbravar as terras inóspitas da região oeste do Paraná para torná-las produtivas e, muitas vezes, os fatores climáticos impossibilitaram safra cheia, além de sucessivas desvalorizações dos preços agrícolas e depois a necessidade de inovar o setor agrícola com as tecnologias exigidas pelo mercado. Agora, mais um sacrifício: deixar as terras para a construção de uma usina, da qual muitos não teriam proveito nenhum, sobrando ao agricultor deixar suas propriedades em nome da modernização do país, um sacrifício muito

<sup>91</sup> Idem, ibidem.

<sup>92</sup> A Itaipu para indenizar as terras estabeleceu critérios, dividindo-as em classes, sendo que estes critérios foram muito questionados pelos atingidos em suas mobilizações. Terra de 1º classe: sem restrição para qualquer tipo de cultura, que permite mecanização, tem topografia plana e ondulada; Terra de 2º classe: terra branca, sem restrição para culturas, como, soja, trigo, outras não próprias para solos úmidos. Própria para cultivo de arroz, formada de banhados drenados; Terra de 3º classe: terra dobrada, com fortes restrições à mecanização, face à ocorrência de pedras e topografia fortemente ondulada e montanhosa, assim, como áreas alagadas ou permanentemente úmidas; Terra de 4º classe: encostas de rios, terras acidentadas, impróprias para qualquer tipo de exploração agropecuária. In: GERMANI, op. cit., p.160.

<sup>93</sup> O QUE nos dizem..., op. cit.

difícil, pois levaria o trabalho de muitos anos. Ou seja, o agricultor ficaria expropriado da terra que sustentou a ele e a sua família.

Na disputa de tentar conduzir o movimento, a Comissão Pastoral da Terra, escolhia algumas pessoas, nesta fase de articulação dos atingidos, o que sugere a intenção de formar lideranças nas comunidades, para que estas pudessem avaliar a confiança deles na instituição diante dos demais. Estes líderes possivelmente seriam os grupos de apoio dos membros da CPT nas comunidades e isto pode ser visualizado na seção Algumas Notícias da Comissão Pastoral da Terra do Paraná, apresentado desta forma:

No dia 17 de abril a CPT se reuniu em Santa Helena com padres e pastores da Bacia de Itaipu, para debater sobre a futura situação de suas comunidades em consequência das águas de Itaipu.

No dia 30 de abril a CPT realizou um curso de líderes na Paróquia Evangélica de Toledo. 12 representantes de diversas comunidades da Paróquia participaram.

No dia 31 de maio, a CPT, através de seu secretário apresentou na Comunidade Católica de Medianeira uma palestra sobre a situação criada entre os agricultores por causa de Itaipu.

Nos meses de maio e início de junho a CPT ainda realizou várias reuniões em diversas Comunidades que serão atingidas pelas águas de Itaipu. O pessoal pensa em se deslocar junto para um novo local.<sup>94</sup>

Segundo o boletim, as palestras e a formação de líderes comunitários ajudariam na conscientização das pessoas na luta por melhores propostas de indenização, buscando mais apoio e adesão dos atingidos para aumentar a dimensão do movimento e esta proposta de trabalho de alguns membros da Comissão Pastoral da Terra, ajudava a instituição a reivindicar um espaço no movimento dos atingidos.

Outra prática do Boletim Poeira era buscar interagir diretamente com os trabalhadores do campo e dar oportunidade das pessoas se expressarem. No exemplar n.02, os editores reservaram duas páginas do boletim para a seção O agricultor escreve o que vive e pensa, como se pode observar:

Itacorá, maio de 1978.  
Amigos da CPT!

Inicialmente quero acusar o recebimento do vosso Boletim “Poeira” juntamente com a reportagem. Parabéns pela coragem e rara inteligência.

Já me dirigi, hoje mesmo, por carta a um deputado federal, pela indignação que me causou uma reunião patrocinada pela Itaipu da qual participei ontem. Finalmente reconheceram que os pequenos agricultores “devem ser

<sup>94</sup> ALGUMAS Notícias da Comissão Pastoral da Terra do Paraná. *Boletim Poeira*, n.2, p. 5, 1978.

sacrificados para o bem do Brasil.

[...]

Não tiveram a vergonha de admitir que os pequenos agricultores não receberão dinheiro suficiente para adquirir novas terras, e que deverão se dirigir as glebas do INCRA, que não sabemos onde ficam, nem se as terras são produtivas. Sabemos isto sim, que além de tudo o que já passamos, nos esperam selvas, feras e malária, doenças e talvez a morte.

[...]

Queremos o preço justo, tantas vezes propalado de boca cheia pela própria empresa construtora, preço este, que dê condições para aqueles que quiserem adquirir novas terras aqui no oeste do Paraná, em idênticas condições. Nisto está incluído, além do relevo, ensino, hospital, assistência religiosa e tudo enfim que nós conseguimos, não com negociatas ou à custa dos outros, mas com o nosso suor, COM O NOSSO SACRIFÍCIO [...]

Queríamos dizer de viva voz, que estamos contra o sacrifício premeditado de um povo que, na paz e no trabalho, está trabalhando para o bem estar de suas famílias e portanto, do Brasil.

Que Deus vos guie e vos proteja.<sup>95</sup>

Através desta carta, é possível observar que os atingidos cresceram na conscientização ao longo do movimento, articulado por eles, expressando sua indignação em relação às propostas de indenização. Nesta carta, este atingido está preocupado com os pequenos agricultores que têm o direito à terra negado no oeste do Paraná, sendo expropriados do seu meio de sobrevivência e criticou o desinteresse da empresa Binacional em encontrar terras no Paraná para as famílias que seriam desalojadas com as águas da represa de Itaipu, uma questão defendida com muita insistência pelos expropriados. Para ele, tudo estava muito obscuro, desde o preço das terras que seriam indenizadas que permanecia uma incógnita e a débil interferência do INCRA na tentativa de encontrar terras, provavelmente, em locais muito distantes e sem nenhuma infra-estrutura, sacrificando novamente o agricultor que a “duras penas” tinha colonizado o oeste do Paraná. Este atingido não estava disposto a ser sacrificado por uma hidrelétrica sem uma real compensação, ou seja, o pagamento de um preço para que pudesse comprar terras no oeste paranaense ou em outros lugares para ter o mesmo conforto que tinha nas terras que seriam tomadas pelo reservatório.

O movimento dos atingidos foi ganhando amplitude, resultado do amadurecimento e da consciência política, adquirida com as experiências compartilhadas entre seus militantes e um exemplo disso, foi o acampamento realizado pelos expropriados em frente aos escritórios da Itaipu Binacional, durante 15 dias (14 de julho a 29 de julho) exigindo que suas reivindicações fossem aceitas pela empresa. Este episódio foi assim descrito pelo Boletim Poeira, na seção fato do mês:

---

<sup>95</sup> O AGRICULTOR escreve o que vive e pensa. *Boletim Poeira*, n.2, p.5, 1978.



Agricultores cercam escritório

Agora, inconformados com o atendimento de várias de suas solicitações. Resolvem externar mais concretamente sua situação, e, numa iniciativa própria e questionadora, dirigiram-se em grande número ao Escritório da Itaipu, na cidade de Santa Helena, com mulheres e crianças, exigindo em atitude pacífica, porém resoluto, o atendimento das seguintes reivindicações: a) aumento de 100% sobre o valor pago por alqueire de terra nua; b) reajuste nos preços cada 90 dias; c) emissão de cheques indenizatórios até 15 dias após o acerto; d) reassentamento no Paraná; e) indenização de áreas atingidas pela rede condutora de energia elétrica; f) possibilidade de utilização da terra até maio de 1982.

Após postarem-se em vigilância naquele local, solicitaram o apoio da Igreja, da Comissão Justiça e Paz, da Comissão Justiça e Paz, da Comissão Pastoral da Terra e dos Sindicatos da região.

Imediatamente formou-se uma Comissão de Agricultores com elementos da Pastoral da Terra, da Comissão Justiça e Paz, da Paróquia de Santa Helena e líderes sindicais.<sup>96</sup>

Na argumentação feita pelo boletim, foram os atingidos acampados que insistiram na presença e no apoio dos membros da Comissão Pastoral da Terra, pois queriam os membros da comissão ao seu lado para que a mobilização tivesse uma repercussão maior. Para o autor, sem a participação da Comissão Pastoral da Terra, o movimento, organizado pelos expropriados não teria força e, por isso, formou-se uma comissão que teria a participação de membros da Comissão. Desse modo, esta instituição foi apoiando e firmando-se no movimento, através das estratégias de luta, articuladas pelos desapropriados.

Os membros da Comissão Pastoral da Terra, através do seu trabalho junto aos atingidos, constituíram-se como sujeitos que fizeram parte do movimento, interferindo e apoiando as estratégias de luta pensadas pelos atingidos, mas não conduziram o movimento. Assim, em dezembro de 1980, a Comissão Pastoral da Terra, publicou um livro, no qual elencou a trajetória desta instituição no movimento dos atingidos de Itaipu até julho de 1980, como também as experiências vividas pelos expropriados na resistência contra a Itaipu até aquele momento, intitulado “A Taipa da Injustiça – Itaipu x agricultores expropriados”.

O prefácio deste livro foi escrito pelo pastor Werner Fuchs e destacou o seguinte em relação ao trabalho, desenvolvido pelos membros da Comissão Pastoral da Terra, na região atingida por Itaipu:

[...] De fato, a imagem de Itaipu é a de um monstro devorador. Não apenas consome com orçamentos astronômicos, mas também devora terras produtivas, destrói famílias e comunidades. Como todos os monstros, já nasceu grande. A resistência foi nascendo pequena, fraca, humilde. Ao verem as primeiras vítimas, os atingidos aos poucos venceram o medo e as

<sup>96</sup> BOLETIM POEIRA. Ano 3, n. 12, p. 7, jul./ago. 1980.

distâncias, animaram-se pela união e pelo apoio recebido e forçaram o monstro a ceder, a atender reivindicações, e a consentir no diálogo. Por isso já não é hora de fazer apenas denúncias. É também tempo de contar vitórias. É um momento de transmitir experiências para que não se percam, mas frutifiquem em tantas outras situações [...].<sup>97</sup>

A fala de Fuchs sugere, que foi através das primeiras indenizações, que a Itaipu realizou na área, que um percentual de atingidos percebeu que não eram estas as indenizações que esperavam pelas suas terras e passaram a resistir contra a forma de indenização proposta pela Itaipu. Para Fuchs, os expropriados, no movimento, foram crescendo na conscientização e coletivamente passaram a ser mais combativos, mais ousados, exigindo melhores preços nas negociações junto aos dirigentes da Itaipu Binacional, buscando atender interesses comuns dos militantes do movimento. Ainda destacou que a Itaipu só cedeu, porque se sentiu intimidada pela força popular, articulada pelos próprios atingidos com participação dos membros da CPT nas mobilizações.

Nesta publicação, o autor privilegiou a participação dos membros CPT na organização e mobilização dos expropriados na luta, destacando a união como o fator que levou o movimento a ter repercussão regional e nacional. Sobre isso escreveu:

Mas os agricultores, juntamente com as entidades aliadas à sua luta, responderam com união e organização. Partiram para o levantamento e debate de seus problemas em pequenos grupos, em pequenas comunidades e em grandes assembléias gerais. Solidária e conjuntamente passaram a descrever suas dificuldades, fazer suas exigências, refutar propostas e fazer-se ouvir e respeitar. Aos poucos foram sentindo sua força, uma força nunca antes imaginada antes por eles, uma força que nascia da união e solidariedade.<sup>98</sup>

Na citação acima, o autor descreveu como os atingidos que participaram do movimento foram compartilhando, dividindo suas experiências e crescendo na consciência política. Para que tivessem uma conscientização maior, os militantes do movimento organizaram grupos de estudo, reuniões, assembléias onde coletivamente debatiam e refletiam sobre os problemas que enfrentavam no cotidiano e planejavam ações em conjunto para que seus problemas fossem resolvidos.

Ao longo de sua narrativa, Mazzarollo compreendeu que as igrejas Católica e Luterana (IECLB), situadas na bacia de Itaipu, reagiram por intermédio da CPT quando se constatou, através de relatos e queixas da população atingida que as indenizações realizadas e propostas

---

<sup>97</sup> FUCHS, Werner. Prefácio. In: MAZZAROLLO, 1980, op.cit.

<sup>98</sup> MAZZAROLLO, 1980, op. cit., p. 22.

pela Itaipu Binacional, eram extremamente injustas, impossibilitando aos atingidos de adquirir a mesma quantidade de terras que seriam inundadas e de não ter garantia de terras no Paraná. Mazzarollo acredita que “é preciso reconhecer que sem as igrejas a grande maioria dos atingidos teria sido sumariamente arrasada pela maior usina hidrelétrica do mundo!”<sup>99</sup> Para o autor, o movimento dos expropriados de Itaipu, teve a interferência da Comissão Pastoral da Terra que ajudou na articulação.

Sobre as mobilizações dos atingidos por Itaipu, alguns jornais da região oeste do Paraná, apresentaram as tensões e os conflitos, vivenciados pelos expropriados, articulando-se e posicionando-se em relação ao movimento, desencadeado pelos desapropriados. Um dos jornais que passo a analisar, a partir de agora é o jornal O Paraná, de Cascavel. O Paraná iniciou suas atividades, em 15 de maio de 1976, tendo como proprietários, na época, o empresário e político Jacy Miguel Scanagatta, que se tornou prefeito de Cascavel e o jornalista Frederico Leopoldo Seffrin Filho, que um ano mais tarde deixou este jornal para fundar um outro jornal na cidade de Cascavel, sendo possível observar que na cidade existiam grupos e tendências com projetos políticos e sociais diferentes, que disputavam a interpretação e a argumentação das notícias neste espaço e apresentavam outros compromissos para a sociedade. O interesse do dono do jornal O Paraná era mostrar os grupos políticos e econômicos que estavam no poder, expressando os projetos que as elites impuseram na sociedade no intuito de que seus leitores assimilassem as interpretações que a classe hegemônica construía do real, além desses registros constituírem-se como um lugar para a memória destes grupos.

A partir de 1979, O Paraná passou a ser propriedade de André Heitor Costi que ainda continua proprietário e de Emir Sfair, que foi editor-chefe do jornal até 1998. É interessante observar que André Costi foi presidente da Companhia de Desenvolvimento de Cascavel (CODEVEL) na gestão do prefeito Jacy Scanagatta. O jornal, apesar de ter mudado de proprietário, continuou a divulgar os interesses e as articulações do grupo que estava no poder em Cascavel e na região, pois a pessoa que havia adquirido O Paraná era do mesmo grupo político e econômico do qual pertencia o antigo proprietário e continuava a selecionar as notícias que produziam uma posição favorável às elites.

De acordo com a análise dos exemplares que contemplam esta pesquisa, o jornal era de veiculação regional, trazia notícias especialmente da cidade de Cascavel, mas tinha sucursais espalhadas pela região oeste do Paraná: Marechal Cândido Rondon, Palotina, Foz do Iguaçu,

---

<sup>99</sup> Idem, p. 25.

Assis Chateaubriand e Medianeira. O jornal era diário, publicava as notícias sociais, esportivas, políticas e policiais da cidade de Cascavel e da região. As principais notícias nacionais e internacionais também eram veiculadas, pois tinham representações nas principais cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Florianópolis, Brasília.

Além de priorizar os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que envolviam as elites da cidade de Cascavel e região, o jornal O Paraná, em sua narrativa, divulgou as tensões e os conflitos, vivenciados pelas classes na sociedade, que estavam em constante movimento, motivadas por disputas e interesses dos sujeitos inseridos nela, sendo impossível ocultar os problemas sociais, que eram gerados no interior das classes, como foi o caso do movimento dos atingidos por Itaipu, que este jornal passou a apresentar em suas edições. No trecho abaixo, vê-se como o jornal apresentou o evento realizado pelos atingidos, em 16 de outubro de 1978, na cidade de Santa Helena.

#### ITAIPU

##### Desapropriados vão a Geisel

Um documento contendo 1.200 assinaturas de agricultores presentes, ontem à reunião da Pastoral da Terra, em Santa Helena, extremo oeste paranaense vai ser encaminhado sexta-feira próxima ao presidente Ernesto Geisel que virá a Foz do Iguaçu, para assistir ao desvio do Rio Paraná para dar lugar à construção da barragem de Itaipu.

Depois de assinalar que a pastoral havia impedido a realização do primeiro despejo de 40 famílias ocupantes do imóvel Guarani, em Santa Helena será feito pela empresa Binacional, documento alegando falta de esclarecimento por parte da empresa no tocante aos critérios adotados nos primeiros processos de desapropriação.

Enquanto a empresa pretende efetuar o pagamento em várias etapas, ao longo de alguns anos, os colonos reivindicaram o depósito das importâncias até o final do ano; custeio de todas as despesas de transportes das famílias, maquinários e animais, com guias livres; pagamento separado das benfeitorias; e transferência das hipotecas incidentes sobre os imóveis para outras propriedades que o colono possua ou venha adquiri-la. Isso porque através dos atuais critérios, Itaipu fará pagamentos com cheques cruzados, que permitirão a quitação da dívida dos agricultores à vista, fato que vem provocando o protesto dos agricultores.

O documento reivindicatório a ser entregue por uma comissão de colonos sexta-feira ao presidente da República, argumenta que, a grande maioria dos agricultores consultados preferiu ser reassentada em próprio solo paranaense, por isso, pede que o governo desapropriar os grandes latifúndios existentes no Paraná e indique terras para o colono. Na impossibilidade disso ser feito no próprio Estado, que seja, pelo menos em áreas agricultáveis de Santa Catarina ou Mato Grosso.

[...]

A Pastoral da Terra do Setor II da CNBB, fez questão de frisar que o encontro foi realizado com pleno conhecimento de Itaipu e que, a discussão dos assuntos que constituíram o documento não se tratava de subversão,

tampouco possuíam caráter contestatório.<sup>100</sup>

O autor da reportagem buscou um tom impessoal para construir seu argumento, no entanto, apresentou as tensões, os conflitos vividos pelos atingidos, como também as reivindicações exigidas pelos expropriados para obter uma indenização que compensasse as perdas. A notícia evidencia o embate, estabelecido entre os dois grupos que disputavam formas diferentes de indenizar as terras: Itaipu tentava impor sua forma de indenizar as terras estabelecendo critérios, em contrapartida, os expropriados, mobilizados, resistiam a esta forma de indenização, pois lhes causava prejuízo e faziam exigências com propostas indenizatórias, a partir de suas expectativas. O jornal reconheceu a Comissão Pastoral da Terra como a interlocutora das reivindicações dos atingidos e a instituição que apoiou os expropriados nas mobilizações contra a Itaipu.

O Paraná, no ano de 1979, continuou a publicar as ações dos moradores, atingidos pela represa de Itaipu, que buscavam melhores indenizações e tinham esperança de ser recebidos pelos dirigentes da empresa Binacional para a discussão dos problemas e que até este momento se mostravam irredutíveis em apresentar outras propostas que atendessem as expectativas dos desapropriados. Isto pode ser visualizado nesta passagem:

#### Agricultores fecham questão

‘Que seja estabelecido um preço base da terra nua de 100 mil cruzeiros o alqueire, com reajuste de acordo com as variações das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e que não sejam vendidas as terras antes da assinatura do Decreto Governamental de Desapropriação’. Esta foi uma das questões fechadas pelos agricultores de todos os municípios que serão atingidos pelas águas da represa da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em reunião realizada em Marechal Cândido Rondon, no final da semana passada. O encontro foi promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, com a participação ainda de todos os presidentes dos Sindicatos Rurais da região e das Comissões de Justiça e Paz e Pastoral da Terra, oportunidade em que foi também analisado os prejuízos causados pela estiagem no oeste e sudoeste.<sup>101</sup>

Para o jornal, são as instituições que apóiam os expropriados em seu movimento os articuladores das reuniões e assembléias para a discussão dos problemas enfrentados pelos atingidos, não os reconhecendo como os promotores de suas mobilizações, mas as pautas de reivindicações, apresentadas nas reuniões, partem das discussões e das articulações feitas pelos próprios agricultores, mostrando a força e a determinação dos atingidos no movimento.

<sup>100</sup> DESAPROPRIADOS vão a Geisel. *O Paraná*, Cascavel, ano, 3, n. 726, p. 4, 17 out. 1978.

<sup>101</sup> AGRICULTORES fecham questão. *O Paraná*, Cascavel, ano 3, n. 831, sem página, 23 fev. 1979.

Esta visão é reforçada numa edição posterior, onde novamente as instituições que dão apoio ao movimento dos atingidos, são colocadas como as idealizadoras das articulações, não dando muito crédito aos expropriados como os mentores de seu próprio movimento. Para o jornal, O Paraná, as ações e as mobilizações dos expropriados precisavam ser avalizadas por estas instituições. O trecho abaixo reproduz esta idéia.

Cerca de dois mil agricultores estiveram reunidos ontem no Estádio do Incas, em Santa Helena, em nova assembléia geral da Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná e Comissão de Justiça e Paz.

Em síntese, a reunião só serviu para reafirmar as posições adotadas em outro encontro, realizado no último dia 16 de fevereiro em Marechal Cândido Rondon. Algumas emendas foram feitas ao documento enquanto a assembléia estendeu-se até o início da noite, com intensas discussões.<sup>102</sup>

O diário chamou a atenção para as pautas de reivindicação que gerou muitos debates entre os participantes, sendo definidas pelos agricultores que compareceram em grande número e sentiam a necessidade de colocar suas exigências para serem melhor indenizados e poderem continuar sua sobrevivência em outros lugares, não permitindo serem manipulados pelas entidades que apoiavam o seu movimento.

O que se pode observar, é que uma das práticas do jornal, O Paraná, em relação ao movimento dos atingidos por Itaipu, foi acompanhar o desenrolar dos acontecimentos que envolviam os desapropriados, por ser um movimento que estava tomando grande dimensão a nível regional e até nacional. Um acontecimento relacionado à mobilização dos atingidos e muito destacado pelo jornal, foi o acampamento realizado pelos expropriados, em julho de 1980, na cidade de Santa Helena, em frente aos escritórios da Itaipu Binacional para exigir que suas reivindicações fossem cumpridas pela empresa. Nestes dias de acampamento, as práticas do jornal consistiram em colocar os acontecimentos que envolviam os atingidos em Santa Helena, como principal manchete de capa em quase todas as edições no período das manifestações. Na maioria das edições, destes 15 dias de mobilização dos atingidos, o jornal reservou uma página inteira para o movimento, inclusive com fotos do cotidiano do acampamento e, quando das reuniões e as assembléias realizadas pelos atingidos. O interesse do jornal em retratar o movimento de uma forma mais detalhada, foi porque o movimento foi sendo aprofundado, aumentando a venda de exemplares do jornal em Santa Helena, palco das mobilizações e, por isso, a ampla divulgação. Isto pode ser comprovado neste trecho publicado na página de rosto do jornal O Paraná do dia 16 de julho de 1980:

---

<sup>102</sup> AGRICULTOR reafirma posição. *O Paraná*, Cascavel, ano 3, n. 866, p. 3, 08 abr. 1979.

‘O Paraná’ bate record de vendas em Santa Helena

A edição do jornal ‘O Paraná’ se esgotou em poucos minutos ontem em Santa Helena onde um reparte especial de mil exemplares foi entregue como reforço [...] A equipe de reportagem de O Paraná que chegou às 11 horas à Santa Helena, levou o reparte especial de jornais, vendido também rapidamente aos agricultores. Antes do meio-dia já não havia um jornal nos pontos de vendas [...] tal a loucura pela nossa edição sobre o movimento dos lavradores.<sup>103</sup>

De acordo com a notificação do jornal, o rápido esgotamento dos exemplares, em Santa Helena, foi motivado porque grande parte dos agricultores acampados comprou o diário para avaliar como O Paraná estava veiculando e apresentando o movimento, articulado por eles próprios, através do acampamento, realizado em frente aos escritórios da Binacional, para pressionar a empresa em relação às indenizações e sua conseqüente repercussão, uma vez que os jornalistas de O Paraná estavam acompanhando o evento e emitiam opiniões acerca dele, divulgando-o. E ainda, a grande receptividade, no acampamento e na cidade, deu-se porque as pessoas puderam acompanhar o desenrolar das negociações entre agricultores e dirigentes da Itaipu através do jornal, aumentando seus leitores em Santa Helena como também na região oeste do Paraná.

A posição dos jornalistas de O Paraná (Anselmo Cordeiro e Marcos Grutzmacher) que acompanharam o desenrolar das mobilizações dos atingidos em Santa Helena, em 1980, em frente aos escritórios da Itaipu, mudou em relação às publicações do jornal em anos anteriores sobre a mobilização dos atingidos. Uma explicação para tal mudança, foi o fato de que o editor-chefe do jornal mudou e teve novas perspectivas em relação à produção das matérias. Outra explicação, foi que o movimento dos atingidos radicalizou em suas mobilizações, com acampamentos, por exemplo, estando em evidência na região. Suas reportagens sugerem que os representantes dos expropriados também tiveram colaboração no movimento, juntamente com as entidades que apoiavam os atingidos. Sobre a iniciativa do movimento em Santa Helena os jornalistas assim pontuaram:

Por iniciativa da Comissão de Agricultores, Comissão Pastoral da Terra e Sindicato Rural de Santa Helena, cerca de mil pequenos produtores reuniram-se na manhã de ontem em frente ao escritório regional da Itaipu em Santa Helena, interditaram várias ruas da cidade e estão decididos a permanecerem por lá até que todas suas reivindicações sejam atendidas.<sup>104</sup>

<sup>103</sup> “O PARANÁ” bate record de vendas em Santa Helena. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1240, 16 jul. 1980.

<sup>104</sup> “QUEREMOS paz, justiça e terra”. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1239, p. 6, 15 jul. 1980.

Neste trecho, os jornalistas vão atribuindo uma participação maior dos expropriados no movimento com pautas de reivindicação, trazidas, a partir das necessidades sentidas pelos atingidos mobilizados, como: aumento de 100% sobre o valor pago por alqueire de terra nua; reajuste a cada 90 dias; reassentamento no Paraná; emissão de cheques indenizatórios até 15 dias após o acerto entre outras exigências. Já se pode observar que nesta reportagem a Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, aparecem em segundo plano, como órgãos que apoiaram o movimento dos atingidos e não mais como os organizadores do movimento.

Uma outra mudança, que pode ser observada nas notícias do jornal, veiculadas sobre o movimento dos atingidos em relação aos outros anos foi, que os jornalistas de O Paraná, começaram a apresentar depoimentos dos expropriados que expressavam seus conflitos, suas angústias e tensões do cotidiano, diante da insegurança, causada pela empresa Binacional, que não atendia as reivindicações dos atingidos que se mobilizavam. As falas dos atingidos, abordando os problemas, causados pela Itaipu foram sintetizadas desta maneira:

Sem-terra sem-rumo

[...] explicando a reportagem que estavam dispostos a derramarem até a última gota de sangue para salvaguardar o direito da terra, pois com irrisórios preços oferecidos pela binacional a situação estava se tornando calamitosa, pois o dinheiro recebido de indenização não é suficiente para o reassentamento, pois além de Itaipu pagar menos da metade do valor, ninguém está disposto a vender terras nesta região.

Posicionando-se a este respeito um senhor de 50 anos chegou a chorar ao lembrar os árduos tempos em que ele chegou ao Oeste, acompanhado por outros pioneiros: 'Olha moço, é triste lembrar a luta que tivemos para desbravar estas terras. Primeiro com os índios, depois com posseiros, mais tarde com o Incra. Eu vi meu pai perder a vida nesta região para assegurar a nós o direito de ficar nestas terras. Meu irmão foi assassinado nos tempos do jaguncismo, lutando pelo mesmo ideal de meu pai [...] quando a situação está tranqüila a Itaipu aparece e de repente expulsa todo mundo de suas propriedades pagando irrisórios preços [...] por isso estou de acordo com meus companheiros e prefiro continuar brigando pelos meus direitos do que morrer de míngua.'

Outro proprietário de terra ressaltou que [...] 'isto aqui virou um inferno. Nem crédito temos mais, pois os bancos e a cooperativa não confiam mais na gente, pois pensam que hoje ou amanhã iremos embora, já que a terra único avalista dos agricultores já não é mais nossa'.<sup>105</sup>

Segundo a reportagem, os atingidos recorrem à memória para firmar sua presença na mobilização coletiva, em frente aos escritórios da Itaipu Binacional, na cidade de Santa Helena, para reclamar seus direitos a uma indenização que compensasse as dificuldades que já

---

<sup>105</sup> Idem, p. 6.



foram superadas no passado e as dificuldades futuras com a necessidade de terem que sair de suas propriedades. O jornal contribuiu com as reivindicações dos atingidos, no sentido destes conseguirem justiça nas indenizações, usando inclusive como título da matéria a frase que os desapropriados bradavam nas suas mobilizações: “queremos paz, justiça e terra”. Justiça, para os atingidos, deveria incluir o preço da terra dentro de suas expectativas, valorizando-se o apego à terra, os laços de amizade e familiares que seriam cortados, os prejuízos que os atingidos teriam até que a terra que comprariam com a indenização pudesse produzir. O acesso à terra teria que ser garantido, na opinião dos atingidos pela Itaipu, com reassentamento no Paraná, para evitar a expropriação de milhares de pessoas do seu sustento diário. O subtítulo da notícia “sem-terra sem rumo” permite uma interpretação de que os atingidos ficariam privados da terra e sem um lugar definido para se fixar, ficando sujeitos a engrossar a fila dos excluídos e, supõe-se, que os jornalistas tenham buscado este subtítulo no documento emitido pela Comissão Pastoral da Terra, “Sem – Terra Sem Rumo”<sup>106</sup> estudo realizado no início de 1979, em Cascavel, quando se discutiu sobre a questão migratória da população.

A primeira reunião entre os representantes dos atingidos e o diretor jurídico da Itaipu, Paulo Cunha, na qual houve grande tensão também foi acompanhada e noticiada por O Paraná.

#### Agitada reunião

Às 16 horas depois de grande agitação começou a reunião dos representantes da Itaipu com a Comissão de Agricultores e algumas autoridades. De início, foi vetada a presença da imprensa, mas tão grande foi a pressão que alguns jornalistas conseguiram furar o cerco e acompanhar o desenrolar da reunião. Depois de ter lido a ‘Carta de Santa Helena’ Paulo Cunha respondeu imediatamente que os 100 por cento de reajuste seria impossíveis, o que revoltou os presentes, causando grande irritação e servindo como tema para mais de duas horas de debate.

Paulo Cunha argumentou que a Itaipu não tem condições de reajustar o preço em 100 por cento, pois a verba destinada à desapropriações gira em torno de 6 a 7 por cento do orçamento global da Binacional e com esta elevação, a empresa não teria condições de cumprir seu cronograma de trabalho.

A resposta de Cunha foi refutada com veemência pelos presentes que chegaram a acusar a Itaipu de estar brincando com os cabelos brancos do povo, já que os preços que estão sendo pagos pela empresa não representam nem 50 por cento do valor das terras na região [...].<sup>107</sup>

<sup>106</sup> O Simpósio sobre migrações, realizado em Cascavel, de 05 a 08 de junho de 1979, teve como objetivo principal oferecer orientação e sugerir medidas concretas para um trabalho pastoral, junto ao povo trabalhador expulso da terra, que é obrigado a migrar em busca de melhores condições de vida e trabalho. Comissão Pastoral da Terra. Secretariado regional do Paraná. Marechal Cândido Rondon. Junho de 1979.

<sup>107</sup> “QUEREMOS ...”, op. cit., p. 6.

O jornal destacou que a princípio, a imprensa foi impedida de acompanhar a reunião para não serem divulgadas as intransigências dos funcionários da Itaipu Binacional, em relação às propostas indenizatórias que os atingidos exigiam. A matéria apenas confirmou que os representantes da Itaipu não tinham disposição em negociar e melhorar os preços das propriedades dos desapropriados, uma vez que a grande preocupação dos dirigentes era com a obra que deveria ser entregue no prazo estipulado e não com as pessoas que estavam perdendo suas condições de sobrevivência. Ainda revelou a determinação dos representantes dos expropriados que não permitiram ser ludibriados pelos argumentos de Paulo Cunha, diretor jurídico da empresa, resultado da conscientização e do amadurecimento do movimento, não aceitando as propostas da Itaipu e persistindo no acampamento articulado pelos atingidos.

Outra atitude e prática dos jornalistas que acompanharam o movimento dos expropriados em Santa Helena, foi apresentar os nomes dos líderes da comissão dos agricultores nas reportagens. “A Comissão foi encabeçada pelo pastor Werner Fuchs, tendo como membros os senhores Eno Baron, Marcelo Barth, Guido Schleyer, Anildo Schmidt, Olívio Henglen e Orestes Gasperin”.<sup>108</sup> Os jornalistas citam como líder desta comissão o pastor Fuchs, influenciados pelas entrevistas com os expropriados que o lembravam como uma pessoa que os ajudava e os apoiava nas mobilizações coletivas contra a Itaipu.

Na perspectiva dos jornalistas de *O Paraná*, o movimento dos expropriados, em julho de 1980, torna-se mais forte, levando a empresa Binacional a ceder, praticamente, em todas as propostas exigidas pelos atingidos:

Temendo a ‘marcha’ a Itaipu recua  
Santa Helena/Foz do Iguaçu-(Por Anselmo Cordeiro e Marcos Grutzmacher-  
enviados especiais) Depois de quinze dias de protesto, deverá ser encerrado  
hoje o movimento de Santa Helena dos agricultores expropriados pela Itaipu  
com a vitória conquistada. Na manhã de ontem, conforme promessa feita no  
último sábado, mais de mil agricultores estavam ‘de malas prontas’ para a  
tomada de Itaipu, quando por solicitação da Binacional o bispo de Foz do  
Iguaçu, Dom Olívio Fazza, telefonou para Santa Helena pedindo que a  
marcha fosse retardada, pois a diretoria da Itaipu estava disposta a receber os  
agricultores em nova reunião, ontem, na qual foram aceitas quase todas as  
reivindicações da comissão.<sup>109</sup>

Os jornalistas avaliam que a maior força deve-se à união dos expropriados com a participação da Igreja. Além disso, o jornal evidenciou um jogo de interesses da Itaipu, que queria aparecer diante do público, como a empresa que se dispunha a negociar com os atingidos, como se fosse a vítima dos expropriados. A perspectiva dos jornalistas, em relação

<sup>108</sup> Idem, ibidem.

<sup>109</sup> TEMENDO a “marcha” Itaipu recua. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1252, p. 6, 29 jul. 1980.

ao movimento, mudou, comparada à edição 15 de julho de 1980, na qual afirmaram que o movimento era iniciativa da Comissão de Agricultores, Comissão Pastoral da Terra e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena. Agora, já era um movimento de agricultores, articulado por eles próprios. Esta mudança ocorreu, porque o movimento teve uma visibilidade maior, os seus participantes cresceram na conscientização política, apesar de que durante todo o período de mobilização este estivesse permeado de contradições e conflitos que foram aparecendo no seu interior, mas que foram convergidos a um mesmo objetivo: conseguir que os dirigentes da Itaipu revissem e melhorassem as propostas de indenização.

O movimento dos atingidos por Itaipu foi tema do editorial, do dia 30 de julho de 1980. Nele, o jornal *O Paraná*, fez alguns apontamentos, indicando a sua interpretação e análise sobre o processo, vivenciado pelos expropriados naquele momento e da conjuntura política que o Brasil vivia no período.

A união fez a força

O movimento dos lavradores donos de terrenos que serão alagados em decorrência da construção da hidrelétrica de Itaipu chegou ontem ao desfecho, vindo traduzir uma admirável vitória do espírito de unidade que irmanou milhares de homens em torno de um objetivo comum: o de respeito aos seus legítimos direitos.

[...]

A pressão exercida pelos expropriados de suas terras, que compareciam em todos os atos, nesses difíceis e angustiantes 15 dias [...] foi o mais eloqüente testemunho de que as manifestações eram efetivamente legítimas, contestando as insidiosas denúncias de que se tratava de uma sublevação ideológica, como solenemente os eternos inimigos da liberdade de expressão procuraram inquinar [...].<sup>110</sup>

O jornal, neste editorial, mostra posição favorável ao movimento dos atingidos, atribuindo a mobilização e a condução do movimento aos expropriados. Concentrado na questão das indenizações, atribui a força do movimento, pela união demonstrada pelos atingidos que garantiu que Itaipu negociasse as propostas exigidas, através do acordo, estabelecido entre a comissão de agricultores que representava os atingidos e os representantes da Binacional. Contestando a qualificação do movimento como subversão da ordem, o jornal reconhece a força dos agricultores na conquista de uma indenização melhor, um mérito obtido pelos expropriados, que se articularam com alguns membros da Igreja, com comunidades locais que eram atingidas pelo alagamento, além de alguns representantes da

<sup>110</sup> EDITORIAL. A união fez a força. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1253, p. 2, 30 jul. 1980.

CPT, alguns políticos da região que apoiavam os movimentos sociais e o desgaste do Regime Militar, conseguindo por parte do jornal, uma visão favorável ao seu movimento.

Além disso, o jornal *O Paraná*, valoriza o pastor Fuchs como herói no referido movimento, em detrimento da ação dos próprios agricultores. Isto se pode verificar na seção Bastidores, que era uma coluna do jornal, que enfocou:

Líder autêntico

O movimento dos agricultores que tiveram suas terras desapropriadas em decorrência da construção da hidrelétrica de Itaipu, que vai provocar o alagamento de vasta área limítrofe, coroou-se de êxito. Embora não tivessem obtido os 100% de reajuste que pleiteavam, os expropriados vão receber uma correção da ordem de 90% que veio pacificar os ânimos.

Um destaque em todos os episódios, foi o pastor Fuchs, da Pastoral da Terra, que em nenhum momento abandonou os lavradores dando-lhes força moral e alento para prosseguir na luta e, ao mesmo tempo mantendo o caráter pacífico da reivindicação.<sup>111</sup>

O pastor era integrante da comissão de agricultores e representante da Comissão Pastoral da Terra, portanto, integra essa ação deixando nela sua marca.

Na disputa por melhores indenizações para suas propriedades, os expropriados continuaram com o movimento depois do acampamento de Santa Helena (julho de 1980) e, em março de 1981, após a realização de uma assembléia geral, em Itacorá, distrito de São Miguel do Iguaçu, os atingidos decidiram que acampariam em frente ao Centro Executivo da Itaipu, em Foz do Iguaçu, pois as propostas, aprovadas entre Itaipu e expropriados na mobilização do ano anterior, não estavam sendo cumpridas pela empresa, sendo necessário pressionar com um novo acampamento, o segundo realizado pelos atingidos, em menos de um ano. O jornal *O Paraná*, mesmo considerando uma vitória do movimento, em julho de 1980, apoiou uma nova manifestação dos agricultores em 1981, pontuando o seguinte sobre esta mobilização: “Descontentes com a atitude da binacional Itaipu que não atendeu suas reivindicações, formuladas no ano passado, embora estivesse de acordo [...] os colonos só deixarão Foz do Iguaçu, após atendidas suas reivindicações [...]”<sup>112</sup> O jornal foi favorável à determinação dos atingidos em acampar em Foz do Iguaçu e ficar mobilizados até que os dirigentes da Itaipu aceitassem suas reivindicações e estabelecessem um novo acordo, resultado do longo processo de amadurecimento e conscientização política, adquiridos pelos expropriados na formação do movimento.

<sup>111</sup> BASTIDORES. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1253, p. 2, 30 jul. 1980.

<sup>112</sup> MARCHA sobre Itaipu será hoje com 2 mil lavradores. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1437, p. 10, 17 mar. 1981.

Esta mobilização dos expropriados foi acompanhada pelo jornal *O Paraná*, que continuou destacando o movimento dos atingidos em suas edições, durante os 54 dias de acampamento em Foz do Iguaçu, divulgando os conflitos, as tensões, vivenciadas pelos atingidos. Sobre a chegada dos expropriados em Foz do Iguaçu os jornalistas pontuaram da seguinte maneira:

*Baionetas param passeata*

Foz do Iguaçu (da sucursal e de nossos enviados especiais) - Permanecia o impasse ao final da tarde de ontem quando os expropriados da Itaipu, em número aproximado de 500, estavam acampados no trevo de acesso ao canteiro de obras da Usina e a estrada estava bloqueada por um pelotão da Polícia Militar com o apoio das tropas de elites da segurança interna da binacional [...] Por volta das 11 horas e 40 minutos os lavradores [...] chegaram ao local onde os soldados formaram a barreira [...] Um dos líderes do movimento, o agricultor Marcelo Barth, usando o microfone, fez então um apelo que todos permanecessem tranqüilos e em paz para evitar provocações e incidentes inúteis [...] Foram iniciados então contatos entre os dois lados [...]

Os primeiros contatos mostravam dois lados irredutíveis: a Itaipu não aceitando o ingresso dos lavradores na rodovia de acesso aos blocos de escritórios (centro administrativo) e os lavradores pedindo para ocupar um terreno particular, dentro do complexo, pertencente a uma pessoa que cedeu a área para o acampamento [...].<sup>113</sup>

O jornal evidencia a tensão vivenciada pelos atingidos, ao chegarem em Foz do Iguaçu, motivada pela repressão imposta pela Itaipu, que obrigou os atingidos a acampar no trevo e apresentou o confronto estabelecido entre Itaipu e expropriados. Enquanto a Itaipu quer os atingidos longe do seu centro administrativo para evitar baderna e constrangimentos, os atingidos, em contrapartida, acampam no trevo para pressionar a empresa em relação às indenizações, já que a Binacional não estava cumprindo o que havia sido firmado, em julho de 1980. O *Paraná* noticia os acontecimentos nesta mobilização e apresenta o agricultor Marcelo Barth como um dos líderes dos expropriados e o entrevista várias vezes, em nome do movimento, ao tempo em que recomenda paz e tranqüilidade aos atingidos, sugerindo uma certa influência da Igreja no comportamento dos expropriados.

No conflito, estabelecido entre atingidos e a força policial de Itaipu, os expropriados foram obrigados a acampar no trevo que dá acesso a Itaipu, passando a disputar com a empresa interesses, opiniões, propostas e reivindicações que foram exploradas pela imprensa que acompanhou diretamente o movimento, que tomou repercussão regional e nacional. Numa perspectiva de disputa, o jornal *O Paraná* na edição, do dia 08 de abril de 1981, pontuou que “[...] os agricultores continuam acampados e mantêm as suas posições: só

<sup>113</sup> BAIONETAS param passeata. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1438, p. 8, 18 mar. 1981.

pretendem sair do trevo com os cheques das indenizações de suas terras expropriadas [...]”<sup>114</sup>. Nesta afirmação, existe uma disputa entre os expropriados e a Itaipu. Os atingidos, de acordo com seus objetivos e intenções, não levantariam acampamento até que o cheque indenizatório estivesse em suas mãos e a Itaipu não se mostrou interessada, neste momento, em negociar com os expropriados, mantendo-os no acampamento, mostrando ser a dona da situação.

Prosseguindo em sua visão favorável ao movimento dos atingidos, o jornal *O Paraná* também disputou com outros jornais informações sobre o movimento dos atingidos em 1981, destacando: “[...] Novas barracas foram armadas ontem e, ao contrário do que noticiaram alguns jornais da Capital, o estado psicológico dos colonos é excelente. Ninguém demonstra moral abatido ou outros problemas físicos [...]”<sup>115</sup>. O jornal, tentou apresentar o movimento como condutor e vencedor da situação que lhe foi imposta, opinião contrária a alguns jornais.

Entre disputas e tensões, os atingidos, neste acampamento, exigiam os cheques das indenizações, o reassentamento das famílias preferencialmente no Paraná e outras reivindicações como: 500 mil cruzeiros por alqueire para as terras classe IV,<sup>116</sup> e 600 mil cruzeiros por alqueire tipo I; para as chácaras de Santa Helena, de 1 a 1,3 mil cruzeiros por alqueire, conforme a classe; para as benfeitorias e culturas permanentes, aumento de 100% sobre os valores ofertados por Itaipu; para a eletrificação da propriedade, que embora várias vezes prometida, não recebeu nenhuma indenização, os atingidos exigiram valores de uma instalação nova, e para as estradas na propriedade, os mesmos preços de terra mecanizada...<sup>117</sup> No entanto, a empresa relutou em negociar as propostas dos atingidos, por isso, o movimento continuou durante 54 dias, até que os dirigentes negociaram com a comissão dos agricultores. Para o jornal, *O Paraná*, o movimento dos atingidos, realizado em Foz do Iguaçu, foi considerado vitorioso, pois as propostas, discutidas, estavam atendendo as expectativas dos agricultores e sobre isso o jornal retratou que:

Colonos vitoriosos

Os colonos consideraram o seu movimento vitorioso e afirmaram, ao deixar Itaipu, ‘que agora com o preço ajustado será mais fácil a todos adquirir terras e continuar na ação produtora de prestação de serviços ao desenvolvimento do País’.

Para que o acordo saísse, muita gente contribuiu, inclusive, os colonos estavam satisfeitos com as soluções alcançadas, ‘pois a união de todos permitiu que fossem encontradas as medidas ideais para que não fôssemos

<sup>114</sup> AGRICULTORES marcharam em paz pelas ruas de Foz. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1456, 08 abr. 1981.

<sup>115</sup> NENHUMA solução ainda dos colonos do oeste. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1446, p. 1, 27 mar. 1981.

<sup>116</sup> Estes critérios impostos pela Itaipu, em relação a divisão das terras em classes, já foi discutida anteriormente neste capítulo.

<sup>117</sup> GERMANI, op. cit., p. 147.

prejudicados com indenizações abaixo do preço real da terra' [...].<sup>118</sup>

O jornal atribuiu a vitória do movimento a mais pessoas, que também, passaram a disputá-la. O que aparentemente parecia um movimento apático e sem grandes conseqüências, se tornou um movimento bastante disputado por diversos grupos, no qual é possível perceber a presença de alguns políticos, principalmente ligados ao PMDB, que apoiavam os movimentos sociais e faziam visitas solidárias ao acampamento, tentando pressionar a Itaipu com discursos na Assembléia Legislativa do Paraná e no Congresso Nacional, com provável interesse de que ano seguinte (1982), por ser ano de eleições, fossem lembrados nas urnas. Os representantes do governo do Estado do Paraná, interessados em ser os negociadores e os representantes das comissões que apoiavam o movimento, como parte da Igreja, interessada em ser lembrada como a articuladora que fazia parte das negociações com a Itaipu e os próprios agricultores interessados nas negociações e pagamento das indenizações. Em relação ao preço, estipulado por alqueire nas negociações entre comissão de agricultores e membros da Itaipu, ficou acertado o seguinte: a empresa aceitou pagar um aumento de 62% sobre o que vinha pagando (290 mil cruzeiros por alqueire). Assim, com o movimento, passou a pagar por alqueire 470 mil cruzeiros, mas este aumento foi conquistado aos poucos pelos atingidos: 20%, no dia 20 de março, e 31% no dia 08 de maio<sup>119</sup>, demonstrando paciência e habilidade dos atingidos nas negociações, que foram sendo adquiridas pela conscientização política ao longo do movimento.

Outro jornal, que também evidenciou o acampamento dos atingidos, em Foz do Iguaçu, foi o jornal *Nosso Tempo*, fundado no final de 1980, tendo como sócios-proprietários: Aluizio Ferreira Palmar, Evandro Stelle Teixeira, Eloy Adail Brandt, José Cláudio Rorato, José Leopoldino Neto, Jessé Vidigal, João Adelino de Souza, Juvêncio Mazzarollo, Severino Sacamori e Sérgio Spada que se tornou deputado pelo PMDB. O diretor responsável era Juvêncio Mazzarollo. O último número, localizado para esta pesquisa, foi do ano de 1989.

O jornal *Nosso Tempo*, era veiculado, semanalmente, na cidade de Foz do Iguaçu, e na região oeste do Paraná, caindo na preferência dos atingidos por Itaipu, principalmente pelos expropriados que faziam parte do movimento social conhecido como *Justiça e Terra*, sendo o jornal denominado por muitos como o *Diário Oficial do Movimento Justiça e Terra*<sup>120</sup>. Para cair na preferência de muitos atingidos, o jornal fez a opção de acompanhar e apoiar as

---

<sup>118</sup> ACORDO encerra a longa vigília: Foz. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1472, p. 8, 13 maio 1981.

<sup>119</sup> Conforme documento elaborado pelo Movimento Justiça e Terra no último dia de acampamento em Foz do Iguaçu em 09 de maio de 1981, após negociaram as pautas de indenizações com os dirigentes da Itaipu. Arquivo da CPT. Curitiba.

<sup>120</sup> MAZZAROLLO, 2003, op. cit., 2003.

mobilizações, reuniões, realizadas por eles, divulgando suas decisões e seu trabalho como movimento coletivo. A intenção do jornal era atender todos os leitores, especialmente, aqueles que faziam oposição e eram críticos ao sistema. No entanto, o jornal não veiculava somente as notícias que envolviam os expropriados, mas também as notícias da cidade de Foz do Iguaçu, da região oeste do Paraná, do Brasil e notícias internacionais. Ao se mostrar favorável ao acampamento e ao movimento dos atingidos em Foz do Iguaçu, em 1981, e veicular o conflito que envolvia Itaipu e atingidos, este jornal foi vítima da repressão e seu diretor foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, sendo processado pela Justiça Militar, condenado a prisão por 18 meses (27 de setembro de 1982 a 06 de abril de 1984).

Uma das práticas do jornal foi questionar o regime militar já desgastado nesta época, além de esboçar críticas contra a construção de Itaipu, a partir de seus gastos absurdos e dos problemas sociais, causados pela empresa em Foz do Iguaçu e na região. Itaipu representava os interesses do governo autoritário. Mas, não foram somente sobre estas questões que o jornal tentou se posicionar, ousou também demonstrar as injustiças presentes quer seja no campo ou na cidade.

O jornal *Nosso Tempo*, apresentou uma posição favorável ao movimento dos atingidos, porque era uma mobilização que questionava as atitudes de Itaipu em relação às indenizações e era um excelente motivo para tecer críticas aos representantes da empresa e, também, o jornal visualizou o movimento sob o ponto de vista de algumas propostas da Comissão Pastoral da Terra, instituição que apoiava o movimento dos atingidos. Provavelmente, a indução a um discurso favorável a CPT em relação à articulação do movimento, foi porque um dos editores do jornal era ligado à Comissão de Justiça e Paz, da diocese de Foz do Iguaçu, órgão que apoiava a Comissão. Por exemplo, sobre o acampamento realizado em Foz do Iguaçu, o jornal assim pontuou:

#### Malévolas intenções

O comando dos trabalhos estava entregue aos líderes surgidos entre os próprios agricultores, entre quais se destaca Marcelo Barth, camponês expulso de sua propriedade rural por Itaipu e que renunciou a seu novo emprego numa cooperativa de Medianeira (Cotrefal), puramente para não largar seus companheiros de luta no meio do caminho.

Para desfazer as malévolas intenções de Itaipu, empenhada em atribuir ao movimento características de agitação patrocinada por políticos interesseiros, é importante deixar claro que os agricultores cresceram em consciência e compreensão dos seus problemas ao ponto, de conduzirem-se com coragem, tranquilidade e segurança, mesmo que estivessem lançados à sua própria sorte, isto é, sem as outrora indispensáveis presenças de líderes eclesiais ou sindicais. O pastor Werner Fuchs, secretário regional da CPT, Wagner D'Angelis, presidente estadual da Comissão de Justiça e Paz, pastores e outras presenças sempre marcantes, desta vez podem acompanhar



o movimento numa posição um pouco mais cômoda: não necessitam mais assumir responsabilidades maiores que uma certa coordenação indireta. Seu papel, aliás, é o de estabelecer o necessário clima de serenidade, respeito e reflexão.<sup>121</sup>

O jornal apresenta os atingidos, conduzindo o seu próprio movimento, em detrimento da ampliação da luta e da conscientização política adquirida no compartilhamento das experiências, além de defender o movimento dos atingidos diante de manifestações de funcionários da Itaipu de que era um movimento arruaceiro segundo outros órgãos de imprensa. Destaca, ainda, que os membros da Comissão Pastoral da Terra, atuantes em manifestações coletivas passadas, já não ocupam mais o papel de articuladores, no acampamento em Foz do Iguaçu, pois os expropriados conseguiram mobilizar-se pelo aumento da sua organização e do amadurecimento político.

Em sua atitude favorável ao movimento dos atingidos, o jornal *Nosso Tempo*, criticou o jornal *O Paraná*, em relação às articulações feitas por políticos que tentavam aparecer nas negociações entre Itaipu e atingidos. O jornal assim se posicionou:

Neste dia, os agricultores estavam particularmente irritados com matéria divulgada pelo diário de Cascavel 'O Paraná', em que um articulista atribuía ao deputado Werner Wanderer (PDS) a mediação que conseguiu marcar a audiência dos agricultores com Ney Braga. A informação era absolutamente mentirosa e tendenciosa.<sup>122</sup>

O jornal não acreditou na possibilidade de Werner Wanderer ter marcado o encontro entre agricultores e o governador do Estado do Paraná Ney Braga, valorizando as negociações, feitas pelos representantes dos atingidos. Na disputa do jornal *Nosso Tempo*, com o jornal *O Paraná*, é preciso considerar que estes representavam grupos distintos da sociedade. Enquanto, *Nosso Tempo*, questionava o sistema vigente e, tinha uma ligação com grupos do PMDB, partido de oposição ao regime militar, por outro lado, *O Paraná*, representava alguns grupos da situação, vinculados ao PDS, partido do deputado Wanderer. Por isso, a desconfiança do jornalista em relação à notícia veiculada. A partir da reportagem, ficou evidente uma disputa entre os políticos de situação e oposição, na tentativa de conseguir articular as negociações entre expropriados e Itaipu, para que aparecessem como os negociadores do movimento.

Os editores do jornal *Nosso Tempo*, ao longo das edições, incentivavam e acreditavam que o movimento dos atingidos seria vitorioso através do acampamento em Foz do Iguaçu e

<sup>121</sup> O PREÇO da paz: Justiça e Terra. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 15, p. 6, 18 a 25 mar. 1981.

<sup>122</sup> A RESISTÊNCIA dos agricultores. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 17, p. 14, 01 a 07 abr. 1981.

da pressão realizada pelos expropriados, além de continuar criticando os representantes da Itaipu por não dialogar com os acampados, dizendo que:

[...] O Movimento continua forte e será sustentado até a vitória; Itaipu continua intransigente e desconsiderando o Movimento Justiça e Terra, embora não suporte mais o vexame de apresentar ao mundo o espetáculo montado à sua frente, ali na BR-277. Tudo o que Itaipu quer é ver os agricultores voltarem para casa [...].<sup>123</sup>

O jornal considera o acampamento dos atingidos prolongado, no trevo de acesso a Itaipu, como uma resposta e resistência à empresa. Segundo, *Nosso Tempo*, os atingidos controlavam cada vez mais a situação diante da recusa dos dirigentes da Binacional em negociar, trazendo, assim, uma opinião diferente de veiculações em outros meios de comunicação, que afirmavam o controle da empresa. Para *Nosso Tempo*, os atingidos estavam pressionando e seriam vitoriosos nesta disputa com os representantes da empresa, fazendo-os dialogar.

Numa atitude parecida ao do jornal *O Paraná*, de Cascavel, o jornal *Nosso Tempo*, também construiu um herói para o movimento dos atingidos por Itaipu, influenciado por algumas propostas da Comissão Pastoral da Terra na tentativa de conduzir o movimento, sendo que isto foi aparecendo nas reportagens do jornal no decorrer das mobilizações. Em relação a esta questão, o semanário destacou:

[...] Sabe-se que as reivindicações são dos próprios agricultores, que têm coragem e força para sustentá-las. O pastor nada tem a reivindicar para si mesmo. Mas quem dá a forma às reivindicações, quem se constitui no cérebro do Movimento é o pastor Fuchs, quer queira ou não aparecer como tal. Ele tem completo e detalhado domínio de todos os casos e problemas que envolvem os procedimentos de desapropriados de Itaipu [...].<sup>124</sup>

Para o jornal, as reivindicações das propostas de indenização, os acampamentos e as mobilizações partiram do trabalho coletivo dos atingidos. Porém, atribuem a organização, à articulação e à condução do movimento ao pastor Fuchs, que tinha o conhecimento de todas as questões que envolviam as desapropriações, ou seja, o sujeito capaz de pensar as estratégias de mobilização. O jornal pontuou que o movimento só tomou esta forma, porque foi o pastor o condutor e o idealizador de tudo, mesmo que talvez alguns não concordem com tal afirmação.

<sup>123</sup> NOVOS rumos para as desapropriações em Itaipu. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 19, p. 19, 15 a 22 abr. 1981.

<sup>124</sup> AGRICULTORES não se renderão. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 18, p. 13, 08 a 15 abr. 1981.

Nosso Tempo, na edição da semana em que foram fechados os acordos entre atingidos e Itaipu, dedicou várias páginas sobre o acontecido. Ouviu as opiniões dos sujeitos sobre o movimento social e a aceitação das propostas que Itaipu apresentava aos atingidos, durante a assembléia geral, do dia 09 de maio de 1981, trazendo as diferentes expectativas, as interpretações e suas posições em relação ao movimento. Estas opiniões foram apresentadas desta forma pelo jornal:

Cláudio Pizzato (advogado do movimento) ‘O sucesso foi parcial. Conseguimos 70 a 80 por cento do que buscamos quando viemos acampar. O povo mostrou que sabe lutar pelos seus direitos [...] Para irmos além do que conquistamos talvez teríamos que partir para a violência, o que não é a proposição que fazemos’.

Orestes Gasperini (membro da Comissão e um dos líderes do Movimento). ‘O pessoal está cansado, mas de cabeça erguida porque, embora não conquistamos tudo o que queríamos, as vitórias são suficientes para sairmos daqui e continuarmos a luta de outra forma. Conseguimos provar que Itaipu estava errada [...]’.

Edor Arlindo Von Fruhauf (agricultor) ‘Não está bem dentro do que a gente esperava, mas está na hora de ir. Para continuar, só a violência’.

Marcelo Barth (agricultor, líder do movimento) ‘De fato, nossa saída se justifica. Não surgiu idéia melhor do que a desmobilização. As conquistas são significativas, embora não tenham chegado ao que exigíamos. Sinto-me recompensado pelo o Movimento’.

Werner Fuchs (pastor evangélico, líder do Movimento na condição de secretário regional da CPT) ‘[...] Nas circunstâncias em que lutamos, as vitórias são muito expressivas. Itaipu se reforçou muito junto ao Governo, enquanto os agricultores não conseguiram tal proteção. O movimento serviu de escola para outros movimentos que surgirem [...] Difícilmente se chegaria a algum avanço sem partir para a radicalização, a violência, o que não está em nossos planos [...]’.<sup>125</sup>

As falas demonstraram tensão, preocupação até com um certo ar de decepção, pois o acordo não foi o que os participantes entrevistados esperavam e revelou que, de certo modo, a Itaipu conseguiu negociar ao longo de todo o processo. Na opinião destas pessoas, somente a radicalização, com o uso da violência, talvez fosse a solução para o impasse. No entanto, a violência não estava dentro das práticas discutidas nas reuniões e assembléias, possivelmente devido a certa influência da Igreja no movimento. De acordo com alguns depoentes, mesmo assim o movimento foi vitorioso e serviu como experiência quem sabe, para futuras mobilizações. Ainda é interessante perceber que os líderes do movimento consideraram-no vitorioso, mas em contrapartida, a base não ficou tão satisfeita assim, revelando expectativas e opiniões diferentes em relação ao movimento.

<sup>125</sup> OPINIÕES sobre o desfecho. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 22, p. 7, 13 a 19 maio 1981.

Mesmo que, *Nosso Tempo*, tenha se colocado a favor do movimento social dos atingidos por Itaipu, divulgando algumas ações dos atingidos, um dos editores adotou uma postura crítica em relação à forma de como foi conduzida a negociação e a aceitação das propostas, oferecidas por Itaipu, revelando que dentro do jornal também havia diferentes posições. No editorial, assinado por Juvêncio Mazzarollo, este apresentou questionamentos em relação ao movimento:

#### Pouca Justiça e pouca terra

Em nenhuma das lutas anteriores as autoridades da empresa foram tão intransigentes como nesta última. Antes aceitavam se reunir e decidir com os agricultores; desta vez foram inflexíveis e mataram o movimento no cansaço. O acampamento ficou passivo durante muito tempo alimentando a convicção de que mais dia menos dia os poderosos se curvariam ao diálogo e cederiam às reivindicações [...]

[...]

[...] Feita a reunião no dia 8 com Paulo Cunha, diretor jurídico da Binacional, perceberam os agricultores que estavam ali para ouvir e não para serem ouvidos [...] Sequer conseguiram sair de lá com compromissos formalizados. Das outras vezes Itaipu assinava uma ata, um documento – que não cumpria. Desta vez nem isso.

[...]

Outro ponto que deve ser considerado é a determinação com que os desapropriados vieram acampar: não levantar acampamento sem o cheque indenizatório nas mãos [...] Mas todos voltaram para casa com a promessa verbal de receberem dentro de um ou dois meses. Ora é preciso mais cuidado com a escolha de objetivos de uma luta popular. Não se pode eleger objetivos tão altos para abandoná-los no meio do caminho [...]

O pacifismo da luta também deve ser melhor explicado aos participantes. Aliás, essa característica que marca os movimentos populares onde estão presentes as igrejas deve ser melhor pensada. Em nome da paz são detidos muitos avanços por um simples equívoco na medida em que se confunde radicalização com violência [...] na verdade tudo teve muito pouco de pacífico e não-violento.<sup>126</sup>

Na perspectiva de Mazzarollo, o pacifismo, difundido no movimento através do apoio de parte da Igreja, freou algumas ações mais ousadas dos atingidos, que em nome da paz ficaram esperando pacientemente no acampamento até que os dirigentes da empresa resolvessem dialogar e foi justamente esta Igreja que quis se identificar como a condutora do movimento, que tornou-se um possível empecilho para que as negociações avançassem mais. Este pacifismo, tão idealizado pela Igreja, foi sendo rompido durante o desenrolar do processo, pois as atitudes e as intransigências dos funcionários da Itaipu eram violentas, não estando dispostos a ceder. Nesta crítica de Mazzarollo, é notório observar divergências na visão dos

<sup>126</sup> POUCA justiça e pouca terra. Opinião. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 23, p. 18, 20 a 26 maio 1981.

jornalistas do Nosso Tempo, quanto ao balanço final do movimento. Enquanto nas edições que abordavam a problemática dos atingidos, o jornal trouxe a força do movimento, neste editorial, Mazzarollo o avaliou como um movimento que fragilizou e sucumbiu diante das artimanhas dos dirigentes da Itaipu, porque não radicalizou nas suas ações aceitando as imposições da empresa.

Em suma, este capítulo permitiu visualizar o movimento dos atingidos sob outra perspectiva, através das disputas e interesses que se estabeleceram em relação ao movimento, a partir dos grupos que se articularam. A Comissão Pastoral da Terra, através de suas práticas e atividades, realizadas junto aos atingidos, procurou interferir no movimento e, os jornais analisados como, O Paraná, de Cascavel e o jornal Nosso Tempo, de Foz do Iguaçu, posicionaram-se favoravelmente ao movimento nas edições veiculadas e disputaram uma posição em relação a ele.

No terceiro capítulo, analiso as memórias dos sujeitos que participaram do processo de expropriação e do movimento. Ao relembra-los, os atingidos interpretam suas ações e as experiências vivenciadas durante a fase de expropriação de suas propriedades sob seus pontos de vista, tendo a oportunidade de construir um enredo para suas histórias de vida.

### **CAPÍTULO III**

## **AS LUTAS DOS ATINGIDOS: AS TENSÕES E OS CONFLITOS NO MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA**

As experiências dos atingidos, que construíram o Movimento Justiça e Terra, produziram muitas memórias e estas são materializadas em narrativas orais e individuais, sendo que os sujeitos vão atribuindo significados sobre a realidade que vivenciaram e interpretam suas práticas no processo em 2007, fazendo uma relação constante entre o passado e o presente. Assim, em 2007, os atingidos revivem e constroem a memória, valorizando o passado, não o vendo como algo acabado, pois o processo no qual estão inseridos ainda está se formando e se constituindo pelas suas ações como sujeitos históricos. Por isso, o objetivo deste capítulo é discutir os significados que os atingidos dão às experiências vividas no movimento do qual fizeram parte, através de suas narrativas e como estes se situam e posicionam-se em relação ao movimento.

Com base nos capítulos anteriores, o Movimento Justiça e Terra, não foi um movimento homogêneo, tendo abarcado diversos grupos de pessoas, incluindo agricultores, comerciantes, posseiros, arrendatários, que interagiram no coletivo, através da troca de experiências. Além disso, é preciso observar que o movimento mesmo sendo coletivo, também fez-se na tensão do privado, pois eram muitas as pessoas que traziam conflitos, tensões, interesses distintos, trajetórias diferentes.

Como já adiantei, no segundo capítulo, as movimentações dos atingidos começaram a tomar forma, a partir de 1978, mas o recrudescimento do movimento ocorreu, em 1980, quando estes, que não aceitaram as propostas de Itaipu, resolveram acampar em frente aos escritórios da Itaipu Binacional em Santa Helena, tomando o movimento repercussão regional, estadual e nacional. As pessoas, que vivenciaram os momentos de organização e de formação do Movimento Justiça e Terra, consideram, que a idéia de mobilização coletiva partiu de suas próprias necessidades, quando cresceram na percepção de que se queriam melhores indenizações pelas suas propriedades, teriam que canalizar suas expectativas num único objetivo, que era o movimento organizado, feito, a partir de suas expectativas, confrontando os interesses e as propostas oferecidas pela Itaipu Binacional.

O senhor Paulo, 68 anos, nascido em São Paulo das Missões, Rio Grande do Sul, no ano de 1971, migrou com sua família para Missal, onde continuou com as atividades agrícolas que desenvolvia no sul. Ele conta que possuía uma área de 90 hectares até o momento da expropriação, sendo indenizado em 27 hectares e segundo ele, com o dinheiro da indenização conseguiu repor 15 hectares. É aposentado, mas continua com a lida na agricultura, morador da cidade de Missal e lembrou, desta forma, como nasceu a idéia do movimento:

...Ah! Foi uma mobilização total do povo, né? Todo mundo ali, era vilas grandes, distritos [...] Partiu de nós mesmos e das lideranças políticas poderosas. Muitas pessoas. O pastor Fuchs, o bispo D. Olívio e o deputado Gernote Kirinus e outros deputados que defendiam a terra com uma política com força pros movimentos populares e pra política e daí pegô força . E no final, eu acho que nós crescemos. Deu meio certo. Não foi tanta gente, mas fomos atendidos.<sup>127</sup>

A idéia da formação do movimento, na opinião do senhor Paulo, foi dos atingidos que não aceitaram a forma de indenização da Itaipu, de alguns deputados da região oeste que apoiavam os movimentos sociais, além de um segmento da Igreja que tinha propostas de mobilização do povo contra as injustiças praticadas na sociedade. Juntando todo este apoio, o movimento ganhou uma maior visibilidade crescendo na articulação e na mobilização. Para ele, apesar do movimento não ter conquistado a adesão de toda a população atingida, o movimento deu resultado, porque pressionou os dirigentes da Binacional a dialogar com os expropriados sobre novos acordos que foram firmados entre ambas as partes.

Ainda na memória dos atingidos, que construíram o Movimento Justiça e Terra, são lembradas e enfatizadas suas ações na organização do movimento e, na fala do senhor Delfino Antônio Simonetti, isso fica evidenciado. O senhor Delfino, 61 anos, veio de

---

<sup>127</sup> SENHOR PAULO. *Entrevista concedida*. Missal, 19 ago. 2006.

Erechim, Rio Grande do Sul com seus pais, em 1964, para Vila Celeste, distrito de Santa Helena, onde por 10 anos a família dedicou-se ao comércio, e, após este período, passou a investir na agricultura. Na época da eclosão do movimento, o senhor Delfino, era agricultor em Vila Celeste e possuía 25 alqueires de terra, que foi quase toda indenizada, sobrando pouco mais de um alqueire que não foi submerso pela formação do lago. Em 1981, com a indenização, comprou uma área de 63 alqueires em Cascavel, transferindo-se com sua família para este município, sendo agricultor até hoje e morador da cidade de Cascavel. Como integrante do movimento, foi líder de sua comunidade e narrou desta forma a organização do movimento dos atingidos, quando perguntei a ele, como começaram as articulações das pessoas, atingidas pela Itaipu, contra a forma de indenização que a empresa estava propondo.

O movimento começou juntamente com esses líderes, aí né? Com o pessoal aí, o padre, pastor, mais outras pessoas. Assim: ‘nós precisamos fazê alguma coisa, é preciso fazê algo, pra chamá a atenção’. É começamos assim: ‘como vamo fazê?’ Aí começou as primeiras reuniões em Santa Helena. E em Santa Helena nós tinha uma equipe, que ia pra Foz, discuti com a Dra. Mariza e daí nós... foi feito assim: foi feito por comunidade, foi escolhido assim, cada comunidade, por exemplo, nós: Vila Celeste, aí São Vicente, São Vicente Grande, então nós formamos uma equipe de 5 pessoas, cinco líderes na época. Inclusive eu era líder, um dos líder. Assim, porque tinha um poder aquisitivo, na época eu tinha um carro novo, também uma camioneta, podia me deslocá. Aí o que nós fazia? Nós ia pra Santa Helena, era uma vez por semana, uma vez por semana à noite, nós ia buscá subsídios, informações que esse grupo que ia pra Foz. Eles traziam pra nós em Santa Helena e aí nós fazia uma reunião na nossa comunidade. Nós cinco, trazia informação quente, que tava acontecendo, que se tava passando. Nós fomos bem organizados...<sup>128</sup>

Na percepção do senhor Delfino, o movimento foi liderado pelos atingidos, mas apoiado por alguns representantes da Igreja, porém as práticas, as ações no movimento foram determinadas pelos atingidos e de modo especial pelos líderes das comunidades ou das comissões, como eram denominados e da qual fazia parte. Os trabalhos foram descentralizados para facilitar a articulação e a mobilização do pessoal. Ele e os outros líderes participavam de reuniões toda semana em Santa Helena para poder esclarecer as dúvidas dos membros da sua comunidade, deixando claro que foram os expropriados que deram sustentação ao movimento. O depoente destacou seu trabalho enquanto líder dizendo que para se tornar líder de comunidade ou de comissão, era preciso ter condições financeiras para mobilizar a população atingida, pois teria que ter disponibilidade de tempo e automóvel para

<sup>128</sup> SIMONETTI, Delfino Antônio. *Entrevista concedida*. Marechal Cândido Rondon, 24 set. 2006.



se deslocar de um lugar para outro, convocando o povo para reuniões e mobilizações coletivas.

Esta opinião de que líder devia comissão ter condições financeiras, também, foi compartilhada pelo senhor Paulo que afirmou:

É que pra você participar de uma coisa dessas tem que ter primeiro condições financeiras, tem que ter carro próprio e não cobrar nada por isso, pra correr atrás. Incitá todo mundo... então os que mais podia ia nas comissões, fazer parte das reuniões... e depois levava os outros, né?<sup>129</sup>

Em suas narrativas o senhor Paulo e o senhor Delfino, deram uma grande importância em ser líder de comissão e para ter esta função na comunidade, segundo eles, as condições financeiras eram determinantes, pois cabia ao líder patrocinar os custos de locomoção para mobilizar a população, sem contar o tempo dispensado pelo líder na hora de articular as pessoas. Tanto o senhor Paulo, quanto o senhor Delfino querem ser lembrados pela função que exerceram durante o movimento.

No relato do senhor Ivo Schneider, 78 anos, agricultor, aposentado, morador de uma chácara, próxima à cidade de Entre Rios do Oeste, veio para o Paraná em 1958, fixando-se inicialmente, em Dez de Maio, município de Toledo e em 1967, mudou-se com a família para Entre Rios, onde adquiriu uma área de 11 alqueires e meio. Com a expropriação, restaram quatro alqueires e meio que não foram inundados e com o dinheiro da indenização comprou uma chácara onde reside com sua esposa e uma filha. A terra que não foi indenizada, está arrendada para seu filho. Para ele, a organização do movimento dos atingidos em que ele militava como base contou com o apoio de uma parte Igreja Luterana (IECLB) que apoiava os movimentos populares e recordou este momento:

A igreja, né? Os padres pouco se importaram, era mais os pastores. Então a gente até agradece muito, que eles mexeram muito, viu? Eles mexeram. Nós era e somo católico. Mas eu falo a verdade, eu não vi eles mexendo muito. Nós era vizinho lá. Ficava no canto ali, olhava meio atravessado. Agora o Kirinus e o pastor Fuchs ajudavam mesmo.<sup>130</sup>

Na memória do senhor Ivo, os pastores luteranos e membros da Comissão Pastoral da Terra, foram os articuladores do movimento do qual ele fazia parte, através de reuniões e reflexões, realizadas com os atingidos, demonstrando grande empenho nas mobilizações coletivas, podendo-se observar isso nesta fala: “Então a gente até agradece muito, que eles

<sup>129</sup> SENHOR PAULO, Missal, op. cit.

<sup>130</sup> SCHNEIDER, Ivo. *Entrevista concedida*. Entre Rios do Oeste, 04 ago. 20006.

mexeram, viu?” Numa crítica à Igreja Católica de sua localidade, do qual era inclusive membro, o senhor Ivo, lamentou o não envolvimento do padre da sua paróquia na mobilização, pois como um membro atingido ele achava necessário a participação do padre nesta luta dos fiéis, uma vez que, tanto o padre como atingidos constituíam a Igreja Católica de sua comunidade, ameaçada pelas águas da barragem de Itaipu.

A experiência da expropriação, levou muitos atingidos a pensar numa mobilização coletiva para que obtivessem sucesso nas reivindicações que eram comuns, praticamente para todos. Isto não quer dizer que o movimento foi homogeneizado, pois cada atingido, interpretou e pensou sua militância de forma diferente, pois o movimento constituiu-se de diversos sujeitos com perspectivas distintas. Nas falas dos sujeitos que construíram o movimento, cada um interpretou o processo conforme as experiências vivenciadas, alguns rememoram suas experiências enquanto liderança, outros como base, mas disputam um espaço na memória do movimento. A organização dos atingidos se foi formando, não estava pronto. O movimento constituiu-se, a partir dos atingidos e de como estes pensaram toda a mobilização coletiva. As falas dos depoentes, analisados até aqui, mostram uma certa influência da Igreja, representada neste movimento pela Comissão Pastoral da Terra, que interferiu nas mobilizações, mas não conduziu o movimento dos atingidos.

O pastor Werner Fuchs, que foi o secretário da Comissão Pastoral da Terra, na região oeste do Paraná, no período das mobilizações dos atingidos, veio para Marechal Cândido Rondon, em 1978, para assumir o escritório da CPT e, em 1979, assumiu a paróquia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Santa Helena, ficando lá até setembro de 1982. Permaneceu na Comissão Pastoral da Terra até 1987. Retornou ao Rio Grande do Sul e trabalhou, na faculdade de Teologia e foi pastor em Ijuí. Em 1998, foi para Alemanha e, a partir de 1999, mora em Curitiba onde continua pastor. Em 2007, era o coordenador da Rede Evangélica Paranaense de Assistência Social (REPAS) com o intuito de assegurar a sobrevivência de pequenos agricultores e atua em projetos para o desenvolvimento do óleo vegetal como combustível, (mini-usinas comunitárias de óleo vegetal). Lembrou desta forma como o movimento dos atingidos se foi organizando entre as pessoas que não aceitavam as propostas de Itaipu:

... Em julho de 80 estourou o movimento, né? Mas, nesse meio tempo, aí sim, começou a organização de fato, sabe? Dos grupos, porque daí eu sempre digo nesse período de metade de 79 até a metade de 80, os líderes das comunidades trabalharam mais que vereador, porque eles faziam uma reunião segunda ou terça, na quinta à noite vinham pra Santa Helena mais de 50 líderes e discutiam e viam e aí tinha uma comissão, negociação com a

Itaipu que já trazia resultado ou não trazia resultado nenhum, sabe? E a gente exigindo critérios, querendo saber porque um pé de laranja só foi pago tanto, como se fosse uma muda de laranja ou pé de abacate ou coisa assim, todas essas classificações foram questionadas... Então, esse pessoal começou também a reagir bastante.<sup>131</sup>

Na análise do pastor Fuchs, um dos marcos da grande mobilização dos atingidos foi, em julho de 1980, quando estes acamparam em frente aos escritórios da Itaipu Binacional, resultado da mobilização e da articulação feita pelos líderes nas suas comunidades, sendo eles o ponto-chave de toda a organização dos expropriados. Para ele, os líderes de comunidade não mediam esforços para participar, na cidade de Santa Helena, onde se concentraram os trabalhos das comissões para o estabelecimento das estratégias de luta, as medidas que seriam tomadas, além de divulgar, na sua comunidade, as decisões das reuniões entre os líderes da comissão de negociação dos atingidos com os representantes da Itaipu

Marcelo Barth era um pequeno agricultor em Itacorá, distrito de São Miguel do Iguaçu, no período em que começaram as indenizações, promovidas por Itaipu. Conforme o jornal, *Nosso Tempo*<sup>132</sup>, Barth nasceu, em 31 de dezembro de 1944, na cidade de Itapiranga, Santa Catarina, onde sua família sobrevivia da agricultura. Cursou as últimas séries do primário e a primeira do ginásio, no colégio de padres jesuítas em Montenegro, no Rio Grande do Sul. No ano em que cursava o primeiro ginásio, seu pai faleceu e ele, juntamente com seu irmão mais velho, tiveram que começar a trabalhar para sustentar a família. Em 1964, veio para Itacorá, onde em sociedade com seu irmão, comprou uma propriedade de 10 alqueires para tentar uma vida melhor nas terras do oeste do Paraná. Em 2007, morava em Lucas do Rio Verde, Mato Grosso. Marcelo Barth<sup>133</sup> foi um dos líderes do Movimento Justiça e Terra e comentou num documento, produzido entre 1981 a 1983, sobre uma das estratégias, utilizadas pelos atingidos para dar uma visibilidade maior para o movimento e forçar os dirigentes da Itaipu a negociar.

Bom, nós estávamos vivendo naquela angústia, naquela espera, recebendo da Itaipu propostas às vezes não aceitáveis. Outros nem recebiam propostas. Quando recebiam demoravam um ano para receber e outras coisas mais. E nós não conseguíamos reivindicar de maneira com que eles nos atendessem.

<sup>131</sup> FUCHS, 2007, op. cit.

<sup>132</sup> MARCELO Barth - o líder. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 22, p. 10, 13 a 19 maio 1981.

<sup>133</sup> BARTH, Marcelo. De acordo em entrevista concedida ao jornal *Nosso Tempo*, de Foz do Iguaçu, Marcelo Barth, começou a participar do movimento “depois que o deputado Nivaldo Kruger passou por lá, [pela região que seria atingida pelo reservatório de Itaipu] em 1980, e depois que o bispo de Própria, dom José Brandão de Castro, trouxe a experiência de luta dos desapropriados pela represa de Sobradinho, aí não me contive mais e assumi a luta com os companheiros. Depois que dom Brandão terminou de falar, tomei a palavra e fiz um pronunciamento explosivo. Foi no ano passado [1980]. Em fevereiro. Mas, eu vinha de certa experiência com trabalhos em comunidades religiosas, como por exemplo, o Cursilho.” MARCELO Barth – o líder. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 22, p. 11, 13 a 19 maio 1981.

Então o Movimento Justiça e Terra, foi praticamente o desespero, foi um grito de desespero do povo diante de tanta angústia de ter que sair e não poder. Ter que receber pra poder sair. Ter que sair na marra. Então nós nos desesperamos. Alguns de nós deram uns gritos – vamos ocupar – vamos ocupar estes escritórios para ver se eles nos pagam de uma vez.

Porque nós vimos que com abaixo-assinados não adiantava mais. Simplesmente reclamar, fazer protestos, fazer caminhadas, fazer isto ou aquilo não adiantava mais. Tinha que fazer uma coisa mais concreta. Tinha que ficar ali e mostrar o desespero porque de outro jeito nunca resolveríamos este problema. Este negócio de ir a ministérios, a deputados, a governador e a Brasília não adianta. É preciso se unir. É preciso mostrar o que a gente quer e precisa, senão não dá.<sup>134</sup>

Para Marcelo Barth, o movimento convergiu para a realização de acampamentos, porque já não adiantava mais enviar pedidos ou fazer solicitações para a empresa tais como, abaixo-assinados, para que fossem revistas as propostas de indenização, pois era apenas tempo perdido e a situação estava tornando-se dramática para os expropriados. A solução era “fazer uma coisa mais concreta”, que, para ele, era unir o povo e realizar concentrações diante dos olhos dos dirigentes da Itaipu para mostrar a indignação e a revolta dos atingidos com as propostas de indenização que eram apresentadas e exigir melhores ofertas para as propriedades e expressar o repúdio pela forma como eram tratados pelos funcionários da Binacional.

O movimento, através de acampamentos, significou para Barth, a possibilidade dos atingidos serem ouvidos, já que a Itaipu não tinha interesse em ter seu nome envolvido em escândalos e ser objeto de protestos contra sua construção, assim, em diálogo com os dirigentes da empresa, poderiam apresentar as pautas com suas propostas de indenização. Barth apresentou a denominação feita pelos atingidos para seu movimento – Movimento Justiça e Terra, que ficou conhecido por este nome, a partir do acampamento realizado pelos desapropriados, em julho de 1980, em Santa Helena, em frente aos escritórios da Itaipu.

Na lembrança do senhor Paulo, o motivo, que o conduziu para o movimento, foi a luta pelos seus direitos como expropriado da usina de Itaipu e para fazer com que seus direitos como proprietário fossem respeitados “E por direitos, pra que fosse mais justo, né? Que a

---

<sup>134</sup> BARTH, Marcelo. Depoimento concedido em Santa Helena, entre 1981 a 1983, para a produção de uma filmagem sobre a desapropriação e a expropriação da população atingida por Itaipu. Este depoimento de Barth está no primeiro rolo do filme com a legenda: Justiça e Terra. Alguns depoimentos foram transcritos e estão, arquivados nos registros da CPT em Curitiba, como é o exemplo, deste depoimento de Marcelo Barth, do qual tive acesso. Conforme documento arquivado na secretaria da CPT, em Curitiba, fazem parte da filmagem depoimentos de atingidos, representantes do Movimento Justiça e Terra; entrevista com o historiador e jornalista Paulo Schilling e do ex-presidente da Eletrobrás Octávio Marcondes Ferraz; imagens da aldeia Avá-Guarani e como depoimentos do cacique da aldeia na época e de membros da comunidade indígena; imagens da troca de turno dos barrageiros na construção da usina de Itaipu; imagens da Sete Quedas e imagens das plantações de soja e colheita de milho da região atingida.

indenização fosse mais justa. [...] Interessava só ser indenizado, porque antes do movimento eles [dirigentes da Itaipu] não fizeram nada”<sup>135</sup>.

Para o senhor Paulo, o interesse em participar do movimento foi para garantir melhores preços para as terras que seriam inundadas e conseguir a indenização. Na sua opinião, a empresa Binacional, só preocupou-se apenas, em negociar melhores preços com os atingidos quando o movimento despertou, obrigando os dirigentes da Itaipu a fazer propostas que atendessem as expectativas dos expropriados.

Ao lembrar, o senhor Delfino, apontou que o interesse que o conduziu ao Movimento Justiça e Terra, foram os baixos preços que a Itaipu apresentava nas propostas de indenização, mas, além disso, ele também queria ser valorizado pela necessidade de ter que sair do seu lugar, pois já tinha estabelecido uma identidade com o espaço em que vivia:

... O movimento mais era sobre o valor da propriedade, né? Assim, a indenização que tinha que ser honestamente, o valor real. Porque, além do valor real da tua propriedade, você também tava saindo do lugar que não era pra você saí. Você tinha que abri mão, tinha que í embora, procurá outra propriedade, outro lugar. Aí família com criança, família com pessoas idosas, né? Então foi meio complicado. Tudo isso atingiu...<sup>136</sup>

A indenização, para o senhor Delfino, tem um significado maior do que apenas receber o dinheiro das terras que seriam inundadas: esta inclui o valor sentimental, a dor de sair de um lugar que por muitos anos serviu de moradia, de trabalho, de sobrevivência e onde foram estabelecidos laços de amizade e de parentesco que seriam rompidos pela formação do lago de Itaipu. Na comparação das falas entre o senhor Paulo e o senhor Delfino observo que, o senhor Paulo, foi motivado a entrar no movimento para que os preços de sua indenização fossem melhorados para repor as terras que seriam inundadas e sua preocupação maior foi com o dinheiro que iria conseguir para recuperar o prejuízo; a maior parte de suas terras permaneceram e com a indenização, poderia comprar outras e continuar no mesmo lugar. Ao contrário, o senhor Delfino, teria que sair e procurar um outro lugar para se estabelecer com sua família, já que sua terra seria quase totalmente atingida pelo lago que iria se formar, por isso, a preocupação com a identidade do lugar e querer ser recompensado por isso também. Assim, em relação à indenização, havia valores diferentes, estabelecidos pelos atingidos, que iam, desde o valor da terra até a identidade com o lugar, querendo ser recompensados pelos danos econômicos e afetivos. Desse modo, os objetivos dos atingidos, ao participar do

<sup>135</sup> SENHOR PAULO, Missal, op. cit.

<sup>136</sup> SIMONETTI, op.cit.

movimento foram motivados de acordo com as necessidades de cada um, mas o que os identificou na coletividade era a expropriação de suas propriedades.

O senhor Ivo foi, conduzido ao movimento por não aceitar as propostas de indenização, oferecidas pela Itaipu Binacional, tornou-se um militante e relembrou da seguinte forma como iniciou sua participação no movimento dos atingidos:

...Então o primeiro que vieram pra indenizar era eu lá embaixo. O primeiro era eu. Eu não aceitei. Era muita pouca coisa, não dava nada. E nós tava nas reuniões... [...] Eu fui em todas. Eu fui em Santa Helena, lá fui duas vezes. Em Entre Rios volta e meia tinha uma ... Então tinha o pastor Fuchs, ele vinha, falava as coisas tudo certinha pra nós, tudo as coisas como vinha no Brasil, como tava vindo hoje, falava dessas coisas e sempre falava: 'não desanimem, melhores dias virão!'.<sup>137</sup>

O senhor Ivo destacou que a princípio negou-se a negociar as propostas de indenização com a Itaipu, porque participava das reuniões de mobilização dos atingidos sendo mais crítico e mais criterioso na hora de avaliar as propostas de Itaipu, tendo com o movimento crescido na conscientização. Nas reuniões das quais participava com líderes e base, as formas de indenização eram avaliadas e as bases eram fortalecidas e incentivadas a continuar na luta por indenizações melhores. Por isso, o senhor Ivo, ficou aguardando as propostas e estas poderiam ser melhoradas através do movimento em que estava engajado. Valorizou muito a figura do pastor Fuchs, que, para ele, tinha muita influência no movimento, pois conhecia os problemas dos atingidos, apoiando-os nos momentos difíceis.

Orlando Pagnussatti, 55 anos, bancário, morador de Marechal Cândido Rondon, possuía uma área de 10 alqueires de terra, em sociedade com seu irmão, em Vila Celeste, Santa Helena e, na época, arrendaram mais 20 alqueires. Ao todo, plantavam 30 alqueires, sendo que toda a terra que produziam foi inundada pelas águas da barragem de Itaipu. O senhor Orlando participou indiretamente do movimento dos atingidos e comentou o porquê do seu não engajamento direto:

... A gente não tinha este tempo, como trabalhando na cidade, a gente não tinha. Algumas visitas, não foram tantas, né, pra apoio moral. A gente não participava da linha de frente, ia lá conversava com o pessoal, incentivava, a índole da gente é sempre pelo social e aí tua preocupação não com a gente, mas, principalmente, com aqueles que estavam envolvidos diretamente com a questão da terra, proprietários, pequenos proprietários.<sup>138</sup>

---

<sup>137</sup> SCHNEIDER, op. cit.

<sup>138</sup> PAGNUSSATTI, Orlando. *Entrevista concedida*. Marechal Cândido Rondon, 03 jul. 2006.

Neste momento, o trabalho da cidade estava tomando mais o tempo do senhor Orlando, a propriedade era em sociedade com seu irmão, este estava mais à frente dos negócios ligados à terra e mobilizações dos atingidos. Pagnussatti apoiava as mobilizações dos expropriados e estava sensibilizado com as pautas de reivindicação, fazendo, inclusive, algumas visitas aos acampamentos realizados, para incentivar os acampados a persistirem na luta. Pois com a possibilidade das propostas de indenização serem melhoradas pela pressão do movimento, automaticamente, o valor de suas terras também seriam melhor avaliadas.

O padre Valentim Dal Pozzo, foi vigário, na paróquia de Santa Helena, de 1977 a 1982, e participou do Movimento Justiça e Terra durante as mobilizações coletivas, não foi, no entanto, integrante da Comissão Pastoral da Terra, pois na sua opinião, considerava esta instituição muito radical. Lembrou desta maneira o motivo e o interesse que o conduziram a participar do movimento:

Estamos na década de 70. Uma grande usina elétrica está planejada e Santa Helena será atingida pelo Grande Lago. Haverá mudanças, os direitos de propriedade são violados. Não se trata apenas de fazer protestos...

Juntamente com o pastor Fuchs, procuramos viabilizar ações emergenciais e recuperar lideranças capazes de agir com ética, responsabilidade e transparência. Sofremos, mas não em vão. Há sempre razões para não se perder a esperança e esta, era o único capital de suporte que tínhamos. As indenizações justas aconteceram, graças ao empenho de muitos, que hoje talvez estejam no anonimato.

[...]

O Grande Lago aí está. Escondendo em suas águas as terras cultivadas com suor, mas é incapaz de evaporar as lágrimas misturadas nas mesmas águas, deixadas por aqueles que partiram e que a Itaipu Binacional ignora seu paradeiro até hoje.

[...]

A usina de Itaipu produz e usa a energia para todas as necessidades. Nós somos um potencial maior, pois podemos produzir energia para gerar a força que precisamos para viver e para construir resultados, os mais variados...”<sup>139</sup>

No discurso do padre Valentim, a sua participação no movimento foi para mobilizar e organizar as pessoas para que coletivamente lutassem por uma melhor indenização. Fazendo este trabalho, onde o bem-estar do homem estava em primeiro lugar, ele foi reservando para si e para o pastor Werner Fuchs, a iniciativa e a condução das mobilizações dos atingidos com o apoio das lideranças das comunidades atingidas. Para o padre Valentim, as indenizações justas só ocorreram porque os líderes e, inclusive ele, pressionaram os dirigentes da Itaipu a propor melhores indenizações aos expropriados, mas com o apoio da base do movimento,

<sup>139</sup> Trecho do pronunciamento do padre Valentim Celeste Dal Pozzo, por ocasião da entrega do título de cidadão honorário de Santa Helena recebido por ele, no dia 26 de maio de 2006, na Câmara Legislativa de Santa Helena.

sendo o apoio popular muito importante para demonstrar a força e a união do mesmo. Segundo ele, o movimento que ajudou a liderar, gerou a conscientização dos expropriados que passaram exigir outras propostas de indenização dos dirigentes da Itaipu, aquelas que atendessem suas necessidades.

O pastor Fuchs, como membro da CPT, foi relembrando desta forma como foi conduzido ao movimento dos atingidos:

Eu cheguei em Marechal Rondon em 78. Mudei só para Santa Helena em outubro de 79. Claro, eu tinha que andar pela região toda, né? A função minha era andar pela região toda e até pelas áreas fora do oeste do Paraná, também ... (inaudível). Mas primeiro, eram já grupos, veja bem. Já tinha acontecido uma reunião de padres e pastores com a Itaipu, organizado pelo Gernote Kirinus, já tinha havido uma ... quando... uma convocação de assembléia dos atingidos, que aconteceu em outubro de 78, a primeira reunião, assembléia em Santa Helena, no fundo da antiga Igreja Católica e aí foi, vamos dizer assim, a primeira vez que eu participei de fato, assim, em grande número de pessoas e tinha um outro pastor da minha igreja que tava coordenando a CPT ainda na época, que era o pastor Kurt de Pato Bragado. Ele tinha junto, com o padre Valentim, assinado o convite para aquela assembléia... Na noite anterior daquela assembléia tinha um oficial de justiça convocando o pastor Kurt pra ir pra Marechal Cândido Rondon e prestar depoimento, justo no horário da assembléia... Mas os agricultores que estavam em torno do pastor Kurt, ficaram alvoroçados e que estava em Santa Helena e de repente o pastor Kurt não veio. E eu tive que entrar na brecha e assumir a função dele e coordenar a assembléia junto com os outros, o padre Valentim e outros da CPT, né ?<sup>140</sup>

De acordo com o pastor Fuchs, a sua função nesta assembléia não havia sido planejada, ela só ocorreu, porque um dos organizadores da assembléia geral dos atingidos, em Santa Helena e coordenador interino da CPT não pôde comparecer, restando a ele coordenar os trabalhos durante a reunião, naquele dia, firmando, a partir desta ocasião sua participação no movimento. Destacou alguns membros da Comissão, como interlocutores entre atingidos e dirigentes da Itaipu, sobre as indenizações promovidas pela empresa, mesmo antes do início das mobilizações coletivas de resistência dos expropriados, não os potencializando como sujeitos capazes de conduzir seu próprio movimento.

O movimento dos atingidos reuniu muitos militantes e, com eles, muitos problemas para serem resolvidos, como por exemplo: a regularização e a legalização de muitas propriedades. Diante destes problemas, as lideranças do Movimento Justiça e Terra, conforme a ata de reunião, do dia 29 de julho de 1980, reuniram-se no Clube Sócio Cultural e Esportivo Incas, em Santa Helena, juntamente com representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de

---

<sup>140</sup> FUCHS, 2007, op. cit.



Santa Helena, Medianeira e São Miguel do Iguçu, da Comissão Pastoral da Terra e Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, com o objetivo principal de contratar e regulamentar a atividade de um advogado para os casos pendentes, e esta pessoa para os participantes da reunião deveria ser “honesto e vestisse a camisa” dos problemas do povo atingido por Itaipu. Ficou resolvido que o advogado atenderia somente casos relacionados com Itaipu, ou seja, dificuldades de desapropriações e reassentamento<sup>141</sup>. Durante a reunião, as lideranças decidiram em favor do Dr. Mário Pizzatto e de seu irmão Dr. Cláudio Pizzatto, sendo que o Dr. Mário Pizzatto, era o coordenador da Comissão Justiça e Paz da diocese de Toledo. Por isso, as lideranças do movimento optaram pelos dois advogados para assessorar os atingidos, uma vez que a Comissão Justiça e Paz participava e apoiava o movimento. Na narrativa do Dr. Cláudio Pizzatto, que em 2007 atuava como advogado, na cidade de Palotina, lembrou de como foi conduzido ao movimento, tornando-se o responsável pela assessoria jurídica:

Nós fomos convidados pelo meu irmão Mário, que era coordenador da Justiça e Paz da diocese de Toledo. Daí nós comparecemos em Santa Helena, não me lembro bem a data exata, mas... durante o primeiro movimento, o primeiro encontro, o primeiro protesto que houve em Santa Helena, 1980. Aí, nós chegamos lá e participamos das reuniões, orientamos na forma como deveriam proceder com relação ao movimento e ao protesto e aí numa daquelas reuniões fomos convidados, juntamente com meu irmão, para assessorarmos o Movimento Justiça e Terra. A partir desta data, aí nós, semanalmente, nós comparecíamos, nos deslocávamos até Santa Helena. No início, eram dois dias por semana em Santa Helena e um dia em São Miguel do Iguçu. As nossas idas até lá, nós atendíamos os desapropriados durante o dia no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de ambas as cidades e além disso, à noite nós participávamos das reuniões do Justiça e Terra, conforme a programação da diretoria do Justiça e Terra,, nós fizemos esse assessoramento.<sup>142</sup>

No relato do Dr. Cláudio, observo que mais um grupo compartilhou experiências com os atingidos. A Comissão Justiça e Paz, um órgão ligado à Igreja Católica, voltada principalmente para a defesa dos direitos humanos, foi criada, no Paraná em 1978 e atuou nas questões dos conflitos agrários e posicionou-se a favor do movimento, apoiando e estando junto nas negociações entre atingidos e representantes da Itaipu. A assessoria jurídica feita pelo Dr. Cláudio concentrou-se nos municípios de Santa Helena e São Miguel do Iguçu, por serem os centros da resistência dos atingidos.

---

<sup>141</sup> Conforme ata de reunião de lideranças do Movimento Justiça e Terra, realizada em 29 de julho de 1980 em Santa Helena. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra. Curitiba.

<sup>142</sup> PIZZATTO, Cláudio. *Entrevista concedida*. Palotina, 29 ago. 2007.

As memórias dos sujeitos que participaram e apoiaram o movimento revelam que estes ajudaram na construção do movimento para que este tivesse visibilidade para pressionar os dirigentes da Itaipu Binacional a oferecer indenizações melhores.

No entanto, os atingidos que não participaram do Movimento Justiça e Terra, também constroem uma memória a partir do que vivenciaram e experimentaram em relação à desapropriação, fazendo uma referência ao passado, relacionando-o com o momento em que vivem atualmente.

O senhor João, ex-agricultor, 64 anos, veio de Estrela, Rio Grande do Sul para Pato Bragado, em 1971, onde comprou quatro alqueires de terra. Foram indenizados três hectares, e vendeu o restante que não foi indenizado. Retornou com sua família para a mesma cidade de onde veio do sul, em 1979. Mas, não voltaram mais como agricultores, pois, segundo o depoente, o dinheiro da indenização não deu condições para comprar terras, somente uma casa na cidade e tornaram-se trabalhadores urbanos. O senhor João foi trabalhar numa cervejaria, a Polar, como eletricitista, e, sua esposa, foi trabalhar como diarista. Depois de 24 anos, morando no Rio Grande do Sul, agora ambos aposentados, retornaram ao Paraná fixando residência em Marechal Cândido Rondon. Em 2007, são donos de um lote com uma casa. Na memória do senhor João, ele não participou do movimento dos atingidos, porque na sua comunidade ele foi o primeiro a ser indenizado e acabaram saindo logo para poder comprar alguma coisa.

Nós saímos em 79, julho de 79. Nós saímos logo [...] Nós fomos, tipo chutados da nossa terra. Não tinha nenhuma ajuda de ninguém,. [...] Aceitamos, por causa da pressão que fizeram, a gente pensou: ficamos mais uns anos e aí depois não se consegue mais nada.<sup>143</sup>

O senhor João, em seu depoimento, demonstrou a grande preocupação de ficar sem nada, sem casa, sem trabalho, um conflito vivenciado por muita gente nesta mesma situação. O depoente viu o seu problema como uma luta individual, não pensou e analisou o problema como sendo coletivo, não resistindo muito diante da pressão dos funcionários da Itaipu. A pressão feita pelos funcionários da Binacional, mencionada, pelo seu João, eram as visitas constantes dos técnicos da empresa, que, de acordo com ele, utilizavam-se deste argumento: “... fizeram muita pressão, porque primeiro eles não pagaram como era para pagar, né, pagaram pouco. Aí, eles fizeram a proposta: vocês querem isto? Ou fica por último. Talvez, ano que vem vocês não tem dinheiro ainda e daí vocês ficam por último, essa pressão foi

---

<sup>143</sup> SENHOR JOÃO, op. cit.

feita”<sup>144</sup>. O risco de ficar sem nada o precipitou em aceitar a proposta de indenização, mesmo não concordando com o preço, oferecido pelas terras, um jogo de interesse, adotado pelos dirigentes da empresa para acelerar o esvaziamento da área atingida pela represa de Itaipu.

Em relação aos atingidos, que não participaram do movimento, é possível verificar muita diversidade nas justificativas que os expropriados encontraram para não participar da mobilização coletiva, evidenciando que cada atingido queria resolver seu problema. O senhor Osmar, 73 anos e a senhora Maria Niederle, 68 anos, migrantes de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul, vieram para a Linha Oriental, interior de Pato Bragado, em 1969, onde possuíam oito alqueires em sociedade com dois irmãos do senhor Osmar, sendo que a propriedade foi indenizada em três alqueires, ficando o direito da indenização ao depoente e o restante, cinco alqueires, foram vendidos a um vizinho da propriedade. Com o dinheiro da indenização acabaram indo para o reassentamento do INCRA em Arapoti,<sup>145</sup> em 1982, para onde mudaram centenas de famílias, desapropriadas pela represa de Itaipu. Ficaram no reassentamento oito anos, quando novamente foram indenizados por uma nova hidrelétrica e com o dinheiro da indenização, retornaram ao município de Marechal Cândido Rondon, adquirindo uma propriedade de sete alqueires e meio, no distrito de Iguiporã, onde moravam em 2007. Quando perguntei ao casal<sup>146</sup>, se estes não pensaram em se organizar e participar de reuniões com outros atingidos para discutir o problema que estavam enfrentando a explicação para tal questão foi a seguinte:

Osmar: Essas reuniões a própria Itaipu fez, essas reuniões.

Maria: Mas, não entre nós.

Osmar: Isso não. Porque também fazer reuniões os colono? Itaipu fez as reuniões. [...] não eu só esperei a Itaipu. Eles explicaram certo como eles iam fazê e daí fiquei tranqüilo e fez proposta pra eles, queria a reserva e concordaram, nem precisava pagá aquilo.

Maria: Eles fizeram as reuniões, eles explicaram, já contaram as frutas, vão ser pagas, como as construção também, como pra nós, né. E tudo isso eles explicaram, só que... o dia que temos que saí, que não pode ficá mais ninguém... daí tem que í.<sup>147</sup>

---

<sup>144</sup> Idem.

<sup>145</sup> Em detrimento da pressão do movimento dos atingidos, a Itaipu Binacional, juntamente com o INCRA, reassentou cerca de 425 famílias de arrendatários, parceiros e bóias-frias atingidas pelo reservatório da usina, em Arapoti, norte do Paraná, município distante a 250 Km de Curitiba. (In: MAZZAROLLO, Juvêncio. A taipa da injustiça... 2003. p.139.)

<sup>146</sup> O casal Niederle, tanto a esposa quanto o esposo, quiseram participar da entrevista.

<sup>147</sup> NIEDERLE, Osmar; NIEDERLE, Maria. *Entrevista concedida*. Iguiporã, 05 set. 2007.

Para o senhor Osmar, as reuniões com a Itaipu eram mais importantes, porque sua esperança era ficar com a reserva das terras<sup>148</sup> que seriam indenizadas, e segundo o entrevistado, haviam sido prometidas para ele pelos funcionários da empresa, como ele mesmo afirmou: “Itaipu prometeu pra mim as reservas e aí tinha solução, podia arrancá tudo...”<sup>149</sup> Assim, o seu problema havia sido resolvido, tinha encontrado terra, podendo arrancar as benfeitorias da sua propriedade que seria indenizada e transferi-las para a nova propriedade e continuar na região com sua família. Por isso, não teve simpatia em participar de reuniões que não fossem realizadas pela Itaipu, não acreditando numa resistência organizada, a partir dos expropriados, pois estava satisfeito com as propostas feitas pelos funcionários da Itaipu. Mas, ficar com as reservas poderia ser apenas um jogo da Itaipu para acalmá-lo e para não se rebelar contra as propostas de indenização da empresa. O senhor Osmar afirmou que a reserva pretendida por ele não precisaria ser paga, ocupando assim uma área que Itaipu indenizou. É interessante indagar, através desta narrativa: será que Itaipu indenizando o proprietário não queria a posse dessa propriedade para iniciar a mata ciliar e evitar o assoreamento do lago? E por isso, posteriormente, não concedeu a reserva para o senhor Osmar?

Mas, o que chama a atenção nesta proposta feita pela Itaipu para o senhor Osmar ficar com as reservas das propriedades indenizadas não foi concretizada, a empresa encontrou uma outra forma de indenizar o senhor Osmar, que foi o reassentamento do INCRA, em Arapoti e, os próprios entrevistados, não tem uma resposta plausível, porque os funcionários da empresa mudaram de idéia, não mais ofertando as reservas para o senhor Osmar:

Maria: A reserva era a terra. A nossa terra era oito alqueires, daí foi indenizado três e daí o resto era a reserva da terra, da nossa.

Osmar: Mas, a Itaipu não pagou. Itaipu pagou as reservas de meio alqueire a alqueires, outras áreas, né? Isso que eu tinha resolvido primeiro.

Maria: Mas, era muito pouco.

Osmar: Isso dava uns três alqueires, se ia juntar tudo, né? [...] O negócio era o seguinte: eu reservei as reserva, que a Itaipu pagou, ficou fora da água e daí fizeram outra proposta pra eu í pra Arapoti, daí eles me chamaram no escritório da Itaipu e daí fechei negócio. Daí eles [família] sem sabê e daí eu voltei, [pra casa] tinha que levá o nome dos filhos pra fazê guia pra mudá. Itaipu achou que era melhor pra nós í lá e concordei. [...] daí eles me prometeram mais terra lá pra eu í. Eu não ia só pra dois alqueires só, daí

<sup>148</sup> A reserva das terras citada pelo senhor Osmar Niederle e de acordo com ele, é o excedente de terras que foram indenizadas, mas não atingidas pelas águas, como por exemplo: numa propriedade composta por um alqueire, meio seria submerso pelo lago, mas a metade que sobrou, a pedido do proprietário poderia ser indenizada pela Itaipu (inclusive uma das conquista do movimento dos atingidos). Então, estas sobras eram pretendidas pelo senhor Osmar, mas nem sempre estas sobras de terra constituiriam uma mesma propriedade para continuar sua sobrevivência, muitas vezes, ficariam espalhadas pela região conforme as indenizações.

<sup>149</sup> NIEDERLE e NIEDERLE, op. cit.

prometeram quatro e aí o INCRA levou nós para lá. Daí, não era Itaipu, o INCRA levou nós.

Maria: Lá no INCRA.

Judite: Por que Itaipu achou melhor vocês irem pra Arapoti?

Maria: Eu não sei, acho que... eu mesmo não sei, porque eles acharam, porque daí eles fizeram logo as propostas e ajudaram o Osmar muito ainda, pra nós í pra lá.

Judite: Mas, vocês não tinham uma perspectiva de ficar aqui, de ter terra aqui?

Maria: Não, aquela reserva lá. [o restante da terra em que moravam]. Nós não tinha dinheiro pra comprá o resto, pra outras terras.

Osmar: Essas terras não podia comprá, porque aumentou muito. Tinha terra pra vendê por aí.

Maria: Por causa que a Itaipu entrou e daí todo mundo queria vendê e... preço alto...<sup>150</sup>

De acordo com as falas, existe uma divergência entre o senhor Osmar e a senhora Maria, em relação à propriedade da reserva prometida pela Itaipu, que para ela, era pouca terra para conseguir sustentar a família, composta pelo casal e mais oito filhos. Mas, como os funcionários da Itaipu não demonstraram mais interesse em ofertar as reservas das propriedades para o senhor Osmar, este acabou aceitando uma nova proposta da empresa: mudar para o reassentamento, em Arapoti, no norte do estado do Paraná, uma vez que não tinha condições financeiras para adquirir terras na região oeste, em detrimento da especulação imobiliária, que se fez presente, a partir da construção da usina de Itaipu. Segundo a senhora Maria, a Itaipu acabou ajudando o senhor Osmar na transferência da família para o reassentamento em Arapoti

...Foi tudo pago, né, a mudança: a família foi de ônibus e a mudança foi de caminhão... [...] E daí lá, a Itaipu, porque não tinha nada, a Itaipu, o INCRA, eles mandaram cada mês um caminhão cheio de mercadoria para comê. Eu era responsável para distribuí para cada um e cada um ganhou um tanto.<sup>151</sup>

É interessante perceber que a empresa não fez nada além do que deveria ter sido feito para compensar todo o prejuízo que causou na vida dos expropriados. A Itaipu ajudou no deslocamento das famílias, pois muitas não teriam como ir e o reassentamento estaria fadado ao fracasso já no início, como também a ajuda alimentícia, pois não havia nenhuma plantação que pudesse trazer provisões para os reassentados, apenas “mato e eucalipto”<sup>152</sup>.

Se por um lado, a opção de muitos não foi participar do movimento, ao contrário, por outro, as idéias e as formas de organização continuaram, através de diferentes experiências,

---

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> Idem.

partilhadas entre os atingidos, que participaram do movimento, que se moldou, a partir das expectativas dos expropriados. O movimento foi se fazendo ao longo de sua trajetória. A articulação das bases foi muito importante para dar forma ao movimento e na memória dos atingidos que participaram da articulação, isto continua muito vivo em suas lembranças, sendo rememorado desta maneira:

... Em Santa Helena [meados de 1979 a meados de 1980] nós fomos se reuni e para vê o que ia fazê, né? Como ia se organizá? Quem e por onde? Aqui em Missal nós era numa comissão em cinco. E nós nos organizamos e passamos de casa em casa e falava: oh!, não vamos deixar que as terras fiquem de graça! Vamos pedir nossos direitos, né? [...] Se a Itaipu vinha, pra não aceitá as propostas. Senão começava a ceder, daí não ia até o final.<sup>153</sup>

Para o senhor Paulo, o plano da articulação dos atingidos foi feita, primeiramente, através das lideranças das comissões do qual fazia parte. De acordo com ele, a função de um líder de comissão, era tentar sensibilizar os atingidos que ainda não tinham aceitado as propostas da Itaipu a não ceder às pressões da empresa para a negociação, pois não cedendo, o movimento, se fortalecer-se-ia e poderiam exigir melhores preços pelas terras, pois esta era a principal pauta que o depoente defendia e, através da mobilização coletiva, os direitos a uma indenização melhor poderiam ser conquistados, desde que houvesse a colaboração deles. Assim, na opinião do senhor Paulo, a participação dos atingidos era fundamental para que o movimento tivesse resultados positivos.

Insistir na participação dos atingidos nas mobilizações foi também um trabalho realizado pelo senhor Delfino Antônio Simonetti, que foi líder de comissão e ajudou na articulação, para que o movimento organizado, a partir das expectativas dos próprios expropriados tivesse os resultados esperados. Lembrou, com muito entusiasmo, como cobrava a participação e a colaboração dos atingidos no movimento:

... Eu não me lembro agora, mas vamos supor que 80% acho que participou. Sempre tem aquele cara que não tava nem aí, né? E, isto teve também na nossa região. Mas, nós cobrava isso aí, viu? Nós era muito unido, nós cobrava. Nós tava tudo no mesmo barco! A gente cobrava dos cara: ‘oh! Vamo participá’... Quanto mais gente participá, se todo mundo participava. E daí a gente falava: ‘Se você não vai, você tá ajudando a Itaipu. Você tá condenando a você mesmo...’<sup>154</sup>

O senhor Delfino destacou a sua persistência junto a sua comunidade para que as pessoas que viviam o drama da desapropriação participassem da mobilização, para que juntos

---

<sup>153</sup> SENHOR PAULO, op. cit.

<sup>154</sup> SIMONETTI, op. cit.

pudessem encontrar soluções que atendessem seus interesses. Desta forma, a união era um dos principais argumentos, lançados junto aos atingidos para exigir a participação. A fala do senhor Delfino mostra que muitos atingidos ainda não estavam propensos a participar de uma mobilização coletiva e a função dos líderes de comissões, era fortalecer as pessoas, por isso, visitavam suas casas, incentivando-as para que continuassem na luta e participassem ativamente das mobilizações coletivas. Logo, no movimento dos atingidos, a forma de pensar, de agir e de interpretar o processo era diferente para cada militante, não sendo um movimento uniforme.

Enquanto os líderes de comissão articulavam e estimulavam os atingidos a participar das mobilizações coletivas, o assessor jurídico do Movimento Justiça e Terra, tinha muito trabalho para regularizar as situações de muitas pessoas que seriam desapropriadas. De acordo com o Dr. Cláudio Pizzatto, seu trabalho, desenvolvido junto aos atingidos era o seguinte:

... Então, nós tínhamos como orientações de cunho social e de cunho jurídico. Jurídico abrangia desde legislações individuais de pessoas, porque tinha muitas pessoas que tinha sua situação individual: uns foragidos [da polícia] do Rio Grande do Sul, outros separados, outros desquitados, ou na época entende, divorciados e muitos deles separados sem a parte legal e que tinham adquirido ou eram proprietários de direitos, adquirido terra (inaudível) de direitos da região. Além disso, nós tínhamos a regularização das propriedades em si, porque tinha muitas em litígio, sem documentos ou só com a posse e esse era nosso objetivo e sem contar também que havia propriedades com... a serem inventariadas, porque as famílias por não terem dinheiro ou por serem relapsas ou por não terem conhecimento. Então, tinham muitas pessoas, já tinham morrido de longa data e que as áreas ainda pertenciam a estas pessoas falecidas e que nós tínhamos que dentro do possível tentar regularizar. Por quê? Porque a Itaipu só pagava a quem apresentasse documentos idôneos, né, de suas propriedades e tivesse documentação regularizada. Eu posso citar, não vou citar nomes, muitas pessoas tiveram que voltar às suas origens, Rio Grande do Sul e Santa Catarina atrás de assinaturas de ex-esposas, porque estavam separadas de fato, mas não de direito e muitos deles tinham constituído família novamente, na região de Itaipu, mas documentalmente ainda estavam ligados às suas esposas que tinham deixado em outros lugares. Até muitos abandonaram a família, até conselheiro a gente era. Porque muitas pessoas: (inaudível) ‘como vou voltar agora, abandonei a mulher há 15 anos atrás, 20 anos atrás e agora preciso da assinatura dela, entende, como que vou chegar lá’, às vezes tinha abandonado com crianças pequenas...<sup>155</sup>

Na explicação do Dr. Cláudio, um dos problemas da população, atingida por Itaipu, era a regularização da posse da terra. Esta posse envolvia situações diversas e complicadas, que iam desde conflitos familiares a heranças não inventariadas. Considero que estas pessoas não resolveram as pendências jurídicas e legais, pois não pensavam em sair do seu lugar tão cedo

---

<sup>155</sup> PIZZATTO, op. cit.

e estas pendências não mudariam muito as suas vidas, por isso, foram postergando a sua solução no cotidiano. Com a vinda da Itaipu, tiveram que procurar resolver estas pendências para garantir uma indenização. Sobre o seu trabalho na regularização das terras de muitos atingidos, o Dr. Cláudio Pizzatto, lembrou que:

... Houve áreas que não tinha, que eram consideradas áreas devolutas e aí nós através, daí juntamente com a Itaipu, nesse ponto, a gente trabalhou junto com os advogados da Itaipu. Nós requeremos que o INCRA viesse e titulasse essas áreas para poderem os desapropriados receberem, quem tinha posse e daí o INCRA tituló quem tinha posse realmente. Deu título para os posseiros, os posseiros registraram o título no registro de imóveis e a Itaipu veio e desapropriou o título como se fosse uma área legalizada e as propriedades ali existentes. Então, O INCRA é que determinou quem era proprietário dessas áreas. Porque Itaipu não pagava ninguém, se houvesse qualquer litígio em cima da área. Ela pedia para as partes se acertarem primeiro para depois, então, e aí que entrava a função do jurídico do Justiça e Terra, que era compor entre as partes litigantes de uma forma que se legalizasse estas propriedades para que Itaipu pudesse vir e pagar a desapropriação.<sup>156</sup>

Como na região atingida pelo lago de Itaipu havia ainda muito litígio de terras, envolvendo posseiros e supostos proprietários, foi necessário primeiramente, de acordo com o Dr. Cláudio, regularizar as terras para que estas pessoas pudessem receber a indenização, pois se não tivessem títulos de propriedade, a Itaipu só indenizaria as benfeitorias e não a terra. O INCRA deu título de propriedade para quem estava ocupando a terra, para que estas pessoas também tivessem o direito e recebessem a indenização pela propriedade.

Com base nas falas dos sujeitos participantes, posso dizer que o movimento dos atingidos desenvolveu um intenso trabalho para que os problemas vividos pelos próprios expropriados tivessem solução. De um lado, a assessoria jurídica do movimento, tentando resolver muitas pendências, e de outro, os líderes de comissão que fizeram todo um trabalho de articulação para que os atingidos persistissem na militância e na luta através do movimento, um movimento caracterizado por divergências, tensões entre os próprios atingidos. Apesar dos problemas internos, este pressionou os dirigentes da Itaipu Binacional para que concordassem em rever as propostas indenizatórias das propriedades. Mas isso não foi tão fácil assim, sendo necessário fazer acampamentos para que pudessem tensionar os representantes da empresa a apresentar novas propostas e estudos, revelando confrontos e embates que se estabeleceram ao longo do processo.

---

<sup>156</sup> Idem.



O senhor Paulo, em sua narrativa, apresentou como o movimento através dos acampamentos realizados, pressionou os dirigentes da Itaipu para que as propostas de indenização fossem melhoradas, além de insistir na potencialidade e na força dos atingidos, tendo os militantes, paciência e determinação neste momento:

... Ficamos acampados dias e noites, viajamos até que cederam as nossas pressões. Até que cederam pra nós levantá acampamento ... Ouviram nós, assinaram acordos... O que eles prometeram não tá nem na metade daquilo que era pra ser feito ... [...] Oh... nós não podíamos proibi eles aqui, não tem maneira como, mas reivindicá nossos direitos, sim.<sup>157</sup>

Tensionados pelos acampamentos dos atingidos, nas proximidades dos escritórios da Binacional, os dirigentes da empresa abriram o diálogo para as negociações, propondo novos acordos. Para o senhor Paulo, tanto os atingidos quanto a Itaipu, disputaram direitos: os atingidos melhores indenizações e a Itaipu o direito de construir a usina, obrigando milhares de pessoas a sair de suas terras.

A pressão realizada pelos atingidos através do movimento, também foi lembrada pelo senhor Delfino Simonetti, que participou dos eventos, promovidos pelos atingidos, por ocasião dos acampamentos, das reuniões e assembléias:

... A gente era assim, era, estava unido cem por cento, todo mundo estava sendo atingido. O objetivo era um só. Todos nós, nós tinha que. Nós queria assim. Já que nós não podia, tinha que aceitá, tava vindo uma barragem então o seguinte: só que nós tinha que brigá pelo valor que era nosso, aí que era teu capital, né. Além disso, tinha que saí da região, tinha que procurá novas regiões, moradas, lugares...<sup>158</sup>

Assim, nos depoimentos, o senhor Delfino e o senhor Paulo, argumentam que as pessoas, atingidas pela barragem de Itaipu, precisavam mobilizar-se coletivamente para garantir melhores indenizações pelas suas propriedades, pois não podiam embargar uma obra tão grandiosa, isto estava fora do alcance, mas pelo menos, fazer valorizar o trabalho dispensado por eles nestes anos nas terras que lhes garantiu a sobrevivência e que seriam submersas, sendo expropriados das terras conquistadas com muito esforço.

Nos acampamentos, realizados, os representantes da empresa tentaram acabar com as pressões e para isso, fizeram uso da repressão para intimidar os manifestantes. Sobre as formas de repressão impostas pelos representantes da Binacional, os atingidos, que

---

<sup>157</sup> SENHOR PAULO, op. cit.

<sup>158</sup> SIMONETTI, op. cit.

participaram do movimento, rememoram os conflitos, envolvendo atingidos e funcionários da empresa.

Na lembrança do senhor Paulo, que participou da marcha a Foz e foi líder de comissão de sua comunidade (Missal), relembrou como os dirigentes da Itaipu usaram de medidas repressivas para pressionar os atingidos a fim de que levantassem acampamento e saíssem do trevo em Foz do Iguaçu, ocasião em que queriam acampar em frente ao centro administrativo da empresa, como havia sido deliberado em assembléia dos atingidos. Como foram impedidos pela guarda da Binacional em chegar até lá, acamparam no trevo que dá acesso à cidade de Foz do Iguaçu. O senhor Paulo falou sobre uma das formas que a empresa encontrou para que os atingidos deixassem o trevo:

... Tinha o prefeito [de Foz do Iguaçu] que era da ditadura, não me lembro o nome dele, ele era meio carrasco, né? E ele conseguiu cortá a água lá. Fez corte de água e luz... aí foi a bronca maior. Até que ele cedeu de novo a água (risos). Mas tem sempre o ... (risos). É ... o cara puxava a água de São Miguel com carro com carro-tanque, de caminhão, puxava água pra Foz, daí ele passou vergonha ... Daí o prefeito de Foz cedeu.<sup>159</sup>

O senhor Paulo chamou a atenção sobre o prefeito de Foz, que era nomeado pelo governo militar e cedia às pressões da Itaipu e, por isso, proibiu o envio de tanques-pipa com água para abastecer o acampamento. Mas, como os atingidos eram organizados, conseguiram solucionar o problema trazendo água de outra cidade e disputaram o lugar do acampamento com os representantes da Itaipu, mostrando que também dispunham de artimanhas como eles. Então, se Itaipu encontrou uma forma de tirá-los do trevo, em contrapartida, os atingidos encontraram uma solução para ficar, estabelecendo os dois lados uma luta e um confronto em relação à permanência do acampamento. Para o depoente, o prefeito só cedeu água ao acampamento, porque foi pressionado pelas ações dos atingidos, mostrando a força do movimento do qual participava.

A experiência de participação na marcha a Foz do Iguaçu, foi narrada pelo senhor Delfino Simonetti, que foi obrigado a acampar no trevo juntamente com os demais manifestantes, porque foram impedidos de seguir até o centro administrativo da Itaipu. Este momento foi lembrado assim:

... E o nosso objetivo, pessoas com alto-falante, orientando, né? E inclusive esse pessoal, o padre tava junto, não me esqueço, um chapuzão de palha, o padre Valentim, e ‘vamos à usina’. O papo era... se chegando em Foz vamos pra a usina. Claro que nós não ia chegá, nós sabia. Nós tava ciente, nós tava

---

<sup>159</sup> SENHOR PAULO, op. cit.

orientado, mas o papo era ir até lá, aí quando nós chegamos no trevo, imagina o exército, né, na época da ditadura militar, aí... então vamos ficar aqui.<sup>160</sup>

Na memória do senhor Delfino, a chegada a Foz foi obstruída pelo exército. Mas, de antemão já sabiam que o intento não iria se concretizar devido à força militar e pelo próprio momento político vivido, no Brasil, naquele período, que não permitiria um acampamento num lugar tão estratégico como era a Itaipu. O importante era pressionar. A decisão em acampar no trevo, foi a forma encontrada pelos atingidos para continuar a fazer pressão e disputar com os dirigentes da empresa uma avaliação melhor pelas propostas de indenização.

O senhor Ivo, que participou somente de alguns dias do acampamento e, de acordo com sua entrevista, não participou do comboio que levou os atingidos a Foz, contou como estes foram reprimidos pela guarda da empresa Binacional:

... E quando eles entraram lá, que ia chegar perto lá, aí quando eles tavam chegando a polícia lá atacou eles... E aí fizeram o acampamento na beira da estrada assim, né? Onde vai pro Paraguai, na ponte. Nessa estrada ... Então... então fizeram aquele acampamento e a polícia tava rondando, não sei quanta polícia, dia e noite, tinha sempre gente cuidando, né?... E aí lá não tinha água, essa foi a pior que aconteceu pra eles...<sup>161</sup>

Sobre o episódio contado pelo depoente, este se colocou apenas como um observador, como um sujeito que vê o movimento de fora, narrando o que ouviu dos outros atingidos que participaram da chegada dos expropriados a Foz do Iguaçu, avaliando assim, as experiências vivenciadas por outros sujeitos. Em sua fala, o senhor Ivo, deu grande ênfase à repressão da qual os atingidos foram vítimas, quando decidiram acampar no trevo que dá acesso à cidade e ao centro administrativo da Itaipu.

No acampamento, organizado pelos atingidos em Foz do Iguaçu, a prática da solidariedade foi desenvolvida pelos integrantes do movimento, através da doação de alimentos feita pelos próprios acampados que produziam os víveres em suas propriedades. Na memória do senhor Delfino Simonetti, esta solidariedade esteve presente no cotidiano do movimento:

... A gente não sabia, quantos dias, nós não tinha nem idéia. A nossa, o nosso objetivo era ficar até resolvê. Nós queria ... ficá, se ficasse um ano, nós ia ficá, nós tava preparado pra fica até um ano lá. Porque nós ia ser indenizado igual, então, nós não tinha mais o que fazê muito, né? Nós tava bem organizado com uma... pra despesa. Cada um, como te falei primeiro: cada

---

<sup>160</sup> SIMONETTI, op. cit.

<sup>161</sup> SCHNEIDER, op. cit.

um, todo mundo se ajudando, todo mundo tinha as coisas em casa. Assim, o cara: ‘não, arroz eu tenho pra seis meses’. Entendeu? Então nós ... o nosso papo é que : ‘não, aqui vamos ficá até... se ficá um ano, nós vamo ficá um ano’.<sup>162</sup>

Na fala do senhor Delfino, o movimento disputou com a Itaipu a duração do acampamento e os atingidos estavam bem organizados e esperavam pacientemente até que as negociações fossem firmadas. Sua narrativa exprime a capacidade dos expropriados organizarem-se coletivamente, mostrando aos dirigentes da Itaipu a força e a persistência do movimento.

Como os atingidos precisavam persistir e dar consistência ao movimento ficando acampados por um período indeterminado, muitas práticas e atividades foram desenvolvidas no interior do acampamento, sendo muitas lembradas pelos participantes na manifestação realizada em Foz do Iguaçu. O senhor Ivo ainda lembra de algumas atividades que foram desenvolvidas por ele e seus colegas quando participaram do acampamento em Foz do Iguaçu:

Ah! Isso saía palestras, lá. Tinha político direto lá... eles tava direto. O dia inteiro. Fazia uma pausa ao meio-dia. Depois todo mundo falava. Assim vinha, como a gente diz, os líderes, os líderes, né? Todo mundo. Cada um tinha uma coisa pra falar... [...] Todo mundo podia falá. E a gente ficava lá escutando. Mas, só que eu aprendi muito com isso. Olha, tudo essas reunião que nós fizemos, a gente não ficou mais bobo, né?<sup>163</sup>

O depoente sintetizou a rotina do acampamento e considerou as palestras, realizadas, importantes para a sua conscientização. Destacou a presença de alguns políticos que apoiavam o movimento e os líderes dos atingidos que falavam sobre o andamento das negociações com os dirigentes da Itaipu. O senhor Ivo, de acordo com sua narrativa, foi um militante que apenas observou o desenrolar dos fatos, não se envolveu, não quis participar dos momentos em que os atingidos falavam em público sobre seus conflitos.

O senhor Paulo também participou de várias atividades realizadas no acampamento enquanto esperavam as negociações com a Binacional, para evitar o cansaço e impedir que o movimento caísse no desânimo. Lembrou das práticas que ajudou a desenvolver “Ah... no acampamento... é... eu fiz curso, ficava lá, tocava música, um levava um boi e fazia churrasco,

---

<sup>162</sup> SIMONETTI, op. cit.

<sup>163</sup> SCHNEIDER, op. cit.

tinha uns bem de vida, né? Tinha uns cara, pessoas muito bem de vida, de fazendas... então eles davam”<sup>164</sup>.

Na sua fala, o senhor Paulo rememorou o seu cotidiano no acampamento que não era só feito de palestras, discussões, preocupações e conflitos, mas também de descontração, como por exemplo, a música que ajudava a relaxar os atingidos acampados e das saborosas churrascadas, que também serviam para dar ânimo ao pessoal e continuar na luta.

Nas lembranças do senhor Delfino Simonetti, o acampamento dos atingidos em Foz do Iguaçu, era muito organizado e articulado, por isso, conseguiu agüentar o período da mobilização e comentou o que realizavam durante os dias transcorridos no acampamento:

... A gente se organizava. Por exemplo: à noite, nós montamos, nós tinha os vigias, nós cuidava, sabe sempre tem o malandro. E a gente, então, participava e tudo. Primeiro na nossa comunidade, nossa turma, depois tinha um Q.G. central, ali, né, dá pra dizer assim. E daí, a gente começou a discussão, o acerto. E essa comissão que ia até o pessoal da Dra. Mariza, traziam pra nós, aí ficou mais prático, tava ali, né. E sempre a gente revezava, às vezes alguém tinha que vir para casa e daí sempre vinha o vizinho, mas o número de pessoas nunca, sempre aumentava, aí nós fomos se organizando e aí eles providenciaram, não sei que, se foi a prefeitura na época ou a própria Itaipu, providenciaram, conseguimos energia, telefone e banheiro. No final nós tinha energia, nós tinha telefone e nosso movimento, nosso protesto. Nós era muito organizado. Nós ficava ali. Assim nós fazíamos tudo, um ajudava o outro...<sup>165</sup>

Na opinião do senhor Delfino, a organização dos atingidos aumentou e, conseqüentemente, a participação dos expropriados no acampamento foi ampliada. O acampamento, em Foz do Iguaçu, possibilitou aos atingidos uma maior facilidade para avaliar as propostas, feitas pelos dirigentes da Itaipu, porque grande parte estava reunida ali e podiam discutir as ofertas da empresa. Além disso, a prática da solidariedade também fez-se presente, através do revezamento dos atingidos no acampamento, para não dar a idéia de esvaziamento do movimento. Segundo o depoente, se os atingidos conseguiram telefone, água e banheiro, porque eram muito organizados.

Os atingidos que participaram e não participaram do movimento, fizeram sua avaliação em relação às indenizações, proporcionadas pela Itaipu Binacional, tendo a indenização, para cada expropriado um significado. Assim, a partir do valor das indenizações puderam reorganizar suas vidas. Uns saíram-se melhor, outros nem tanto, de acordo com suas próprias interpretações do processo. Os expropriados avaliaram a situação numa constante relação

---

<sup>164</sup> SENHOR PAULO, op. cit.

<sup>165</sup> SIMONETTI, op. cit.

entre o passado e o presente, através da memória, em que suas experiências como atingidos foi valorizada. Nem todos os atingidos compartilharam da mesma opinião, pois cada atingido experimentou a expropriação de uma forma, não sendo possível uniformizar opiniões e situações vivenciadas.

Nas trajetórias de cada atingido, dos sujeitos que participaram ou não do Movimento Justiça e Terra, a indenização de sua propriedade teve um significado particular para cada um, cada expropriado avaliou o valor de sua indenização conforme os seus interesses e suas expectativas, tendo cada um deles diferentes experiências em relação às indenizações, proporcionadas pela Itaipu Binacional.

Para o senhor Paulo, a indenização de uma parte da área de sua propriedade que foi alagada e que Itaipu negociou com ele, ainda é uma experiência difícil, permeada de tensão, conflito e revolta. Esta experiência foi lembrada desse modo:

... Não, eu acho que tenho umas escrituras aí de quando indenizaram, só dá valores, porque eles foram prejudicá os líderes, né? Eles foram marcados. Eu fui marcado, literalmente marcado vivo. E inclusive eles pagaram pra fazer desordem e inclusive eu tava de carro novo, mas tomaram a punhalada... E perseguições? Muita... Eu acho que foi vinte e sete hectares que fui indenizado, então eu recebi muito pouco. E eu fiz o acerto, porque depois nós perdia o direito. [...] Era para ser igual, só que aqueles das comissões foram os mais prejudicados. Os colonos, porque o pastor Fuchs era o representante nós fomos muitas vezes perseguidos, nós fomos jurados. Então, se saiu melhor quem tava fora e quem tava no movimento foi marcado. Uns ficaram esperando proposta melhor...<sup>166</sup>

Seu argumento volta-se para o modo como, enquanto líder de comissão de sua comunidade foi muito prejudicado nas indenizações de suas terras, recebendo menos, comparado aos outros que não participaram do movimento. Para o senhor Paulo, a Itaipu Binacional prejudicou justamente os líderes, pagando pouco para eles pelas terras, porque foram os líderes os grandes articuladores do povo e os mais perseguidos pelos dirigentes da Binacional. Uma represália particular a ele, foi o roubo de seu automóvel novo, quando acampou em Foz do Iguaçu em 1981, juntamente com outros atingidos que exigiam melhores indenizações para as suas propriedades. Só fez acerto das indenizações com a empresa, porque ficou com receio de não receber nada, pois era perseguido pelos funcionários da empresa e o prejuízo poderia ser maior do que já era.

Tal opinião, não é compartilhada pelo senhor Delfino Antônio Simonetti, que negociou sua propriedade com Itaipu, depois da manifestação dos atingidos em Foz do Iguaçu:

---

<sup>166</sup> SENHOR PAULO, op. cit.

... Nós tava bem orientado pelos líderes nossos, né, o pessoal da Igreja, sindicato... E na época até político também tava apoiando... O que valia era o povo, aceitamos ou não... Tudo o que tu tinha na propriedade, tinha que pagá... cerca, poço, eles pagavam tudo. Eu tinha na minha propriedade, tinha luz, motor, né, me pagaram, me indenizaram tudo. A casa então, era assim, a casa era medida, eles mediam, deu trabalho. Na época pra você ter uma idéia, a minha propriedade, falava em milhão, deu um milhão, não sei se na época era cruzeiro, ou não, que diabo que era. Deu um milhão a minha propriedade, me pagaram muito bem, tinha muita coisa... No meu caso, eu aceitei, teve gente que não aceitou. Esperou a segunda proposta e sempre melhorou um pouco, né?... Eles acertavam com você até o último. Tentá, eles conversavam bem as pessoas, Eles eram bem preparados, mas você não era obrigado a aceitá, você podia recorrê. No meu caso, a primeira vez que veio eu aceitei, aceitei. Agora teve gente que não aceitou. Depende aí da localização da tua propriedade, depende da tua morada, cada propriedade era uma propriedade. Assim... cada região, preço a gente foi discutindo nessas reuniões, a gente... preço de mercado, que preço que tá uma área na região, um hectare, um alqueire, isso a gente ia buscar nas imobiliárias na região. Então, a gente tava ficando a par que valia, assim. Tem que pagá preço de mercado, mesmo contra a vontade, mais como era uma barragem, tinha que saí. Então mais ou menos foi assim: pago dentro do mercado e da época. Nós tinha informação de preço daqui da região de Toledo, Vera Cruz, Rondon, Cascavel, nós tinha preço. Nós tinha de Ponta Grossa, tinha em mãos documentos, valor das terras. Hectare, alqueire, então mais ou menos, a gente chegou a este ponto bem informado.<sup>167</sup>

O senhor Delfino apontou que, se alguém foi mal indenizado, pois não seguiu as orientações repassadas pelos líderes do movimento. Os atingidos que não receberam uma boa indenização, é porque as terras estavam localizadas num terreno acidentado, valendo menos, sendo um discurso e uma prática, adotados pelos funcionários da Itaipu e justificado por ele para os diferentes valores das indenizações. Para o depoente, foi através do movimento organizado que os atingidos puderam ter uma avaliação de preços das terras na região, sendo bastante informados, não sendo por falta de informação que os expropriados não teriam opções ou terras para continuar sua sobrevivência. Na sua opinião, foi bem indenizado pela Itaipu, que pagou por tudo que havia na sua propriedade e suas terras foram avaliadas de acordo com o preço de mercado, oferecido na região oeste do Paraná, não tendo queixa em relação à indenização paga. Ainda destacou, que a orientação dos líderes do movimento foi importante para que se pudesse fazer uma boa negociação com a Itaipu.

Desse modo, a partir das narrativas do senhor Paulo e do senhor Delfino que foram líderes de comunidade, observo que a indenização para eles não teve o mesmo significado. Na opinião do senhor Paulo, ele foi muito prejudicado e perseguido pelos funcionários da Itaipu, não recebendo o valor real pelas suas terras. No entanto, o senhor Delfino que ocupou a

---

<sup>167</sup> SIMONETTI, op. cit.

mesma função na sua comunidade, considerou que foi bem indenizado, devido à orientação que recebeu durante as mobilizações coletivas.

Na avaliação do senhor Ivo Schneider, que militou na base do movimento, destacou, que o grande problema, no período das indenizações, não foi o preço que Itaipu pagou pelas terras, pois a empresa pagou corretamente, mas a influência dos picaretas, (pessoas que negociavam terras para compra e venda) que ludibriavam os expropriados com negócios fáceis, oferecendo-lhes vantagens, faziam propagandas de terras novas em regiões de colonização recente, como por exemplo, o Mato Grosso. Para ele, muitos expropriados fizeram péssimos negócios por seguirem conselhos e opiniões dos picaretas. Sobre essa questão afirmou:

... Eles falaram de indenizar e então eles deram, né? Eu até achei eles muito bom assim... nesses anos todos. Porque pagaram. O problema era os picareta que tinha ali no meio, né? Mas, a Itaipu pelo menos não fizeram grandes estragos. Fizeram as coisas, fizeram tudo certinho, pagaram, né?<sup>168</sup>

Nesta fala, mais um problema é levantado em relação às indenizações: os picaretas. O senhor Ivo considerou os picaretas como os causadores para que muitos atingidos ficassem sem nada, devido às facilidades que apresentavam e estes acabavam caindo nas conversas destes aproveitadores, uma rotina e uma prática que passou a fazer parte do cotidiano da região oeste, a partir do pagamento das indenizações efetuadas pela Itaipu. Na verdade, o depoente buscou, nas ações e no trabalho de compra e venda de terras, efetuado pelos picaretas, a justificativa para explicar, porque uma parte dos atingidos, através das indenizações que receberam não foram bem sucedidos, pois a Binacional, na sua opinião, pagava corretamente, expressando sua indignação em relação a este grupo: “... Então se criou esses picareta aí, que eu tenho raiva até hoje. Tinha os pobre, os colono, que tinha que saí, daí botava escritório ali e... comprava terra e vendia, né?...<sup>169</sup>. É interessante nesta situação apresentada, que o senhor Ivo, tirou todo o ônus de culpa da Itaipu pelos péssimos negócios, realizados por muitos atingidos, cabendo aos picaretas a grande responsabilidade pelos maus negócios. Porém, os picaretas só apareceram e foram favorecidos devido ao processo indenizatório, promovido pela Itaipu que expulsou milhares de pessoas.

A indenização para o senhor João, foi bastante difícil, pois a Itaipu, na sua opinião, não foi justa e não pagou o que realmente a sua terra valia na época. Sua avaliação em relação à

---

<sup>168</sup> SCHNEIDER, op. cit.

<sup>169</sup> Idem.



indenização recebida foi a seguinte: “Foi muito... foi mais ou menos, nem a terceira parte que valia, foi muito fraco, foi muito mal pago. Não foi justo”<sup>170</sup>.

No decorrer da fala, observei que o depoente ainda não superou o trauma de ter que sair das terras. Na sua percepção a sua terra valia muito mais, pois era dela que ele tirava a sobrevivência para sua família, restando a ele nos dias atuais um lote com uma casa. Quando diz “não foi justo”, a lembrança permitiu-lhe fazer um balanço do que tinha e o que tem hoje, projetando outras possibilidades para sua vida como, por exemplo, ter continuado no lugar em que morava e ter aumentado a propriedade, caso não tivesse sido indenizado.

Na opinião do senhor Orlando Pagnussatti, a indenização paga pelas suas terras o impossibilitou de fazer outros investimentos, pois o dinheiro que recebeu não lhe oportunizou a recuperar o que perdeu, tendo prejuízos com a indenização. Ele conta que:

Então, esta é uma situação assim. Eu e meu irmão éramos sócios, aí foi pego a indenização, meu irmão foi para Minas Gerais, mas são duas realidades diferentes da nossa aqui. Não foi bom, não teve retorno, foi em 82, que pegamos a indenização, são 24 anos, não teve retorno, se a gente não tivesse o trabalho da cidade, não teria a sobrevivência, seria muito difícil...<sup>171</sup>

Em sua narrativa, a maior preocupação foi com o capital perdido, pois a indenização paga pela Itaipu, não deu condições para investir em outra coisa e nem conseguiu repor o capital investido na sua propriedade e na área arrendada, muito menos, recuperar a quantidade de terras que foram inundadas. Se não fosse o seu trabalho, na cidade, teria sido difícil de se manter, já que as indenizações, na sua opinião, foram muito desvalorizadas, não atendendo suas expectativas.

Por outro lado, o senhor Osmar Niederle, acredita que as indenizações, da forma como foram procedidas pela Itaipu Binacional, foram corretas e estavam de acordo com o que ele esperava em relação ao seu direito no processo indenizatório. Sobre isso comentou:

Não, eles falavam que eles vão pagar tudo o nosso direito. Pagaram. Não tem o que reclamar. Pagaram certinho, só que não tinha pra comprá, não tinha que chega, a terra aumentou, daí ficou esse pouco dinheiro, que foi o direito. [...] Eu não tenho queixa do que eles pagaram pra mim, que eu ganhei quase tanto que valia a terra, do direito que eu tenho.<sup>172</sup>

O senhor Osmar está convencido de que Itaipu agiu de forma correta em relação às indenizações, porque pagou as terras e as benfeitorias que havia na propriedade no dia

<sup>170</sup> SENHOR JOÃO, op. cit.

<sup>171</sup> PAGNUSSATTI, op. cit.

<sup>172</sup> NIEDERLE e NIEDERLE, op. cit.

marcado, parecendo querer isentar a empresa de qualquer negócio mal sucedido. Contudo, sua narrativa evidencia, que a indenização paga pela Binacional, não permitiu que comprasse outra propriedade na região oeste do Paraná, apesar de que “Pagaram certinho, só que não tinha pra comprá, [dinheiro] não tinha que chega, a terra aumentou, daí ficou esse pouco dinheiro que foi o direito”<sup>173</sup>. De acordo com sua afirmação, o valor de sua indenização ficou bem abaixo dos preços exigidos pelas terras, impossibilitando a compra, em decorrência da especulação imobiliária, que se estabeleceu na região, valorizando demasiadamente o preço das terras. Então, se não conseguiu comprar terras, no oeste do Paraná, é que a Itaipu não reajustou as propriedades, indenizadas, adequadamente aos preços exigidos pelo mercado imobiliário, impedindo que muitos atingidos pudessem comprar, inclusive o senhor Osmar, tendo a Itaipu grande responsabilidade neste processo.

No decorrer deste trabalho, visualizei muitas questões e opiniões diferentes que foram apontadas pelos atingidos que participaram ou não do movimento coletivo, articulado pelos expropriados, no que diz respeito ao processo indenizatório que os envolveu e que os obrigou a deixar a área atingida pronta para o reservatório que se formou, a partir de outubro de 1982, não sendo a interpretação do processo igual para todos.

Neste sentido, os atingidos, através da memória, avaliaram o movimento do qual fizeram parte, analisando de acordo com suas expectativas, suas experiências e sua trajetória no interior do movimento. Os integrantes do movimento buscam uma memória, querem ser lembrados como integrantes do movimento que questionaram as formas como os dirigentes da Itaipu Binacional conduziram as indenizações, confrontando opiniões e argumentações.

Para o senhor Paulo, que participou do movimento, este foi importante, pois sem ele teria recebido menos pelas indenizações das suas terras que seriam submersas pelo lago artificial que se formaria. Sua avaliação, em relação ao movimento, foi a seguinte “Só com o movimento, antes não. Antes era só expulsá e í embora. Eles queriam expulsá todo mundo, com uma mão atrás e outra na frente. Ah... não iam pagá nada. Sem o evento não ia dá nada”<sup>174</sup>.

Segundo o senhor Paulo, a pressão e a força do movimento, fizeram com que os dirigentes da Itaipu, apresentassem novas propostas com melhores preços para os atingidos que não aceitavam a forma como a empresa estava promovendo as indenizações, pois na sua concepção, as propostas, apresentadas anteriormente ao movimento, não permitiam comprar e repor as terras que seriam inundadas. O que a empresa queria, era deixar a área em condições

---

<sup>173</sup> Idem.

<sup>174</sup> SENHOR PAULO, op. cit.

para a formação do reservatório. Para ele, os funcionários da empresa pouco valorizavam as pessoas que viviam ali, o que importava era a obra que estava sendo construída. Assim, com o movimento, os preços melhoraram e as negociações foram feitas.

Para o senhor Delfino Antônio Simonetti, o movimento dos atingidos trouxe muitas vitórias, principalmente com a mobilização coletiva, realizada em Foz do Iguaçu, fazendo com que suas terras passassem a valer o dobro. As reuniões, dentro do acampamento, deixavam-no a par das negociações entre Itaipu e atingidos, podendo, analisar as propostas: aceitar ou não o que era ofertado pela empresa. Sobre isto relatou:

... Então foi um negócio bom, mas a gente participava de reuniões, de palestras, estava sempre a par das negociações, foi que chegamos num ponto que a gente aceitô. A Itaipu viu que nós ia ficá ali. Então depois, mais ou menos, dois meses, aí, no caso eu, a minha propriedade quase dobrou o valor, depois daquele movimento. Então valeu a pena, pra todos nós.<sup>175</sup>

Nas palavras do depoente, o movimento foi um sucesso, pois sua propriedade, a partir da mobilização coletiva, em Foz do Iguaçu, passou a ser valorizada duas vezes mais em relação às antigas propostas ofertadas pela empresa. Esta valorização, em relação às propriedades, de acordo com o senhor Delfino, deu-se devido à persistência dos atingidos no acampamento, onde disputaram com a Itaipu interesses, não restando outra alternativa aos dirigentes da Itaipu, a não ser, fazer outras propostas com melhores preços para serem avaliados pelos expropriados mobilizados.

Se por um lado, para o senhor Paulo e para o senhor Delfino, o movimento foi importante e contribuiu na valorização dos preços de suas propriedades, com muitas vitórias, para o senhor Ivo Schneider, que também participou do movimento este não foi tão bom. Uma explicação para tal questão, talvez, está relacionada ao fato de que os dois primeiros depoentes foram líderes de comissão e estiveram muito ligados com a mobilização dos expropriados, vendo o movimento por dentro com os avanços conquistados; enquanto que o senhor Ivo participou e o vivenciou como base, tendo uma outra visão do processo. Para o senhor Ivo, o movimento não teve grande validade e sobre isso expressou o seguinte:

Olha... pra mim, dizer a verdade, pra mim não valeu a pena. Fizeram aquele movimento, mas um ou outro foi bem... [...] É ... eu, nesse ponto, a maioria tinha medo, então eles não foram, tinham medo. Mas eu não tinha medo e fui bem nesse negócio, não me arrisquei. Coloquei o dinheiro à juro, quando tinha que chega, comprei à vista...<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup> SIMONETTI, op. cit.

<sup>176</sup> SCHNEIDER, op. cit.

Assim, a fórmula que ele encontrou para conseguir encontrar uma outra propriedade foi colocar o dinheiro a juro para valorizar, não precisando do movimento para realizar tal atividade, resolvendo ele próprio o problema. Quando o senhor Ivo utiliza a expressão “fizeram aquele movimento” a interpretação para tal frase é de que o depoente colocou-se fora do movimento, apenas como um expectador da situação, pois já tinha encontrado a solução para o seu caso, que foi colocar o dinheiro a juro e esperar a melhor oportunidade para realizar a compra de uma propriedade.

Ainda de acordo com seu depoimento, o senhor Ivo fez uma crítica à mobilização dos atingidos, em Foz do Iguaçu, com relação à rotina em que caiu o movimento e a sua lentidão, através deste comentário:

... Era a mesma coisa. Então, eu acho que eles só queriam acalmar, né? Ficar dias ali, comer bem, conversá, se acalmá, eu acho. [...] Depois, então... não faltô nada. Mas ali aquela conversa, é sempre aquela mesma. Acho que eles queriam só acalmá o colono e ... pro o povo ficá parado ali.<sup>177</sup>

O senhor Ivo expressou sua desconfiança em relação ao movimento, pois enquanto esteve presente na mobilização não houve nenhum acontecimento, que pudesse solucionar os problemas, que afligiam os atingidos. Para ele, o movimento caiu no marasmo. Na sua interpretação, o movimento deveria ter radicalizado mais nas reivindicações para que os expropriados tivessem saído com mais ganhos do que realmente conseguiram. Ao invés de ficar comendo bem, deveriam ter lutado e pressionado mais. Por fim, retratou que os atingidos pressionaram os dirigentes da Itaipu através do acampamento, mas em contrapartida, a Itaipu usou da estratégia em deixá-los lá, a princípio, não negociando com as lideranças do movimento. Através do comentário “eles queriam só acalmá o colono”, visualizou uma disputa entre atingidos e os representantes da Binacional.

Marcelo Barth, um dos líderes do Movimento Justiça e Terra, em junho de 1983, quando foi realizada uma filmagem sobre o Projeto Poty (assentamento de centenas de famílias atingidas por Itaipu em Arapoti, norte do Paraná) em entrevista para este documentário fez uma avaliação do movimento dos atingidos. Sua análise foi a seguinte:

Bom, durante este movimento que durou anos, com dois acampamentos, com uma luta intensa... A gente conseguiu melhorar o preço que eles ofereciam pela propriedade a ponto de conseguirmos comprar outra terra. Talvez não tanto como aqui em boas condições. Conseguimos um assentamento para os que não tinham terra. Uma parte deles pelo menos. Uma parte foi para Arapoti, outra para o Acre, outros para a Bahia.

---

<sup>177</sup> Idem.

Conseguimos melhorar de certa forma as indenizações, mas a gente queria bem mais.

Já não vamos dizer sobre todo o projeto. Nós não estávamos pensando e nem sonhando em cancelar o projeto Itaipu, mas queríamos um reassentamento, porque nós tínhamos uma organização nas comunidades que era uma maravilha. Uma comunidade unida e nós queríamos continuar unidos. Queríamos ficar aqui no oeste do Paraná. Isso não conseguimos. Queríamos as mesmas condições que tínhamos lá e não conseguimos. É a maior batalha que a gente poderia ter ganho se, talvez, houvesse uma maior união do povo. Nós vimos que muitos companheiros na hora se sentiram fracos. Aceitaram propostas que a Itaipu fazia. Propostas tentadoras para dividir. Ia na casa das pessoas, oferecia vantagens. Procurava aceitar... para enfraquecer e por isso, talvez, não conseguimos a maior vitória que seria um reassentamento ou a troca de terra por terra.<sup>178</sup>

Em sua avaliação, Barth considerou a força do movimento como o propulsor para que os dirigentes da Itaipu ofertassem melhores preços pelas terras, podendo os atingidos comprar terras. Mas o sonho de muitos em ficar no oeste do Paraná foi frustrado, em decorrência da especulação imobiliária que se fez presente, naquele período, na região, valorizando demasiadamente as terras, possibilitando apenas, comprar terras em outros lugares. Para ele, foi através do movimento, que arrendatários, posseiros e meeiros puderam tornar-se proprietários com os reassentamentos, exigidos junto à Binacional. Porém, para Barth uma das fragilidades do movimento foi a falta de união dos atingidos, uma questão muito bem explorada pelos funcionários da Itaipu, que se valeram de estratégias para conseguir ludibriar os expropriados e fazê-los aceitar as propostas da empresa, enfraquecendo a resistência. Ainda, na opinião de Marcelo Barth, a falta de união, entre os atingidos, impossibilitou um reassentamento para eles no oeste do Paraná. Assim, os dirigentes da Itaipu se esquivaram de viabilizar e organizar um assentamento na região.

Através das diversas opiniões apresentadas, percebo que a concepção, as práticas, as expectativas dos atingidos que participaram do Movimento Justiça e Terra não foi a mesma, pois seus participantes tiveram diferentes olhares sobre o movimento constituindo-se num movimento heterogêneo, apesar de que todos os integrantes tivessem um mesmo objetivo: a busca por uma melhor indenização de suas propriedades.

As lideranças do movimento dos atingidos construíram uma memória em relação ao movimento, pois consideraram que os eventos dos quais os atingidos participaram coletivamente, eram constituídos de muitos significados e que precisariam ser lembrados pelas muitas experiências que foram compartilhadas. Desse modo, na ata de reunião da

---

<sup>178</sup> BARTH, Marcelo. Entrevista para a produção de filmagens sobre a expropriação dos atingidos por Itaipu e os reassentamentos, como por exemplo, o assentamento em Arapoti, conquistado pelo Movimento Justiça e Terra. Junho de 1983. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra. Curitiba.

liderança do Movimento Justiça e Terra, do dia 12 de agosto de 1980, na qual foi feita uma avaliação da mobilização coletiva, realizada em Santa Helena, em julho de 1980, vejo que a liderança do movimento buscou constituir-se em relação as outras instituições, relacionadas com o movimento dos atingidos por Itaipu, apresentando a condução do movimento como sendo dos atingidos.

... CPT e Justiça e Paz (apoio da Igreja): concordou-se que sem o empenho dessas entidades o Movimento talvez não teria acontecido. Órgãos oficiais prefeririam que a Igreja ficasse de fora, o que seria errado, porque enfraqueceria o movimento. Por outro lado, *os agricultores sempre ressaltaram que a liderança do Movimento estava com eles.*<sup>179</sup> Seria bom se outras igrejas também participassem. A igreja mostrou que nossa luta é legítima, porque é justa...<sup>180</sup>

Nesta avaliação, as lideranças apontam que a Igreja, principalmente alguns segmentos da Igreja Católica e da IECLB ajudaram nas mobilizações, apoiando moralmente os atingidos. No entanto, também teria sido importante a colaboração de outras igrejas, como por exemplo: a Igreja Congregacional, a Igreja de Confissão Luterana no Brasil que tinham fiéis atingidos pela represa de Itaipu. Porém, a condução do movimento e as decisões sempre foram dos expropriados, não caracterizando que nenhuma instituição tomou para si as decisões e a liderança do movimento, cabendo isso, exclusivamente, aos atingidos. Desse modo, as lideranças estavam firmando a presença dos atingidos no movimento, porque eram eles que se organizavam, lutavam e eram os principais interessados por uma melhor indenização.

Para que a população reconhecesse, que a condução do movimento era dos atingidos, o Movimento Justiça e Terra, através das lideranças, distribuiu à população um folheto sobre as conquistas obtidas pelos atingidos, nas negociações com Itaipu, durante o acampamento, de julho de 1980, realizado em Santa Helena. Desta forma, o movimento estava atribuindo significados à luta dos expropriados que participaram:

MOVIMENTO  
JUSTIÇA E TERRA  
POVO UNIDO E ORGANIZADO, FIRME E PACÍFICO  
16 DIAS ACAMPADOS DIANTE DO ESCRITÓRIO DA **ITAIPU**  
EM SANTA HELENA - MUITA GENTE PRESSIONANDO E  
APOIANDO VITÓRIAS  
1) Preço das terras (sem benfeitorias) – por alqueire...  
2) Garantia de que 80% das terras estão na classe I<sup>181</sup>  
3) Reajuste dos preços a cada 90 dias, pela correção monetária (ORTNS),

<sup>179</sup> Grifo meu.

<sup>180</sup> Conforme a Ata de Reunião da liderança do Movimento Justiça e Terra. Santa Helena, 12 de agosto de 1980. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra. Curitiba.

<sup>181</sup> As classes que a Itaipu dividiu as terras que seriam indenizadas já foram apresentadas no segundo capítulo.

em dezembro de 1980, março de 1981, junho de 1981, etc.

- 4) Benfeitorias têm um aumento pelos valores da construção civil, (95%, de 1978 até o primeiro semestre de 1980)
- 5) Estradas na propriedade, antes descontada na medição, serão indenizadas como terra
- 6) O pagamento pela Itaipu acontecerá no máximo 15 dias depois do acordo
- 7) O agricultor poderá plantar mais uma vez soja, até março/ abril de 1982
- 8) O INCRA vai entregar todos os títulos das áreas atingidas do imóvel Rio Paraná, até outubro/ novembro deste ano
- 9) A 'Bolsa Agrária' – do ITC deve informar cada semana as terras à venda no Paraná
- 10) Áreas remanescentes até 3 hectares poderá ser indenizadas, áreas maiores serão estudadas como casos especiais
- 11) 11) As redes elétricas serão indenizadas.

Outros compromissos da Itaipu:

- 1) 1) dar cópia oficial da proposta, onde consta a classe da terra
- 2) 2) respeitar o direito do posseiro em reuniões entre estes e os proprietários
- 3) 3) conseguir terras com o INCRA e o governo estadual para posseiros, arrendatários e agregados
- 4) 4) ajudar na transferência dos postos de gasolina
- 5) 5) permitir a retirada de benfeitorias antes do acordo, mediante requerimento
- 6) 6) reajustar os preços das chácaras de Santa Helena de acordo com o mercado atual
- 7) 7) dar um adiantamento de 50% do valor da terra aos ocupantes dos 'pousos' em M.C. Rondon
- 8) 8) entregar gratuitamente planta e memorial descritivo de áreas remanescentes.

Exigências ainda não atendidas

- 1) Como fica a situação dos que serão indenizados por último? Queremos 5% do aumento mensal a partir de junho de 1981
  - 2) Os pontos comerciais também devem ser indenizados (bolichos, moinhos, postos de gasolina, etc.)
  - 3) Como fica a situação de Porto Mendes e São José do Ocoí, vilas condenadas ao desaparecimento?
- [...]

APOIO: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, FETAEP, CONTAG, Comissão Pastoral da Terra, Comissão de Justiça e Paz do Paraná, etc.<sup>182</sup>

O que as lideranças, através deste documento frisam, é que os atingidos, através do movimento, conseguiram muitas conquistas, disputando e delimitando um espaço contra a pauta que a Itaipu tentou impor, mas que resistiram com a mobilização popular organizada, potencializando, assim, a capacidade de organização dos expropriados numa luta coletiva, sendo, portanto, as instituições que apoiaram o movimento, coadjuvantes no processo e os

<sup>182</sup> DOCUMENTOS. In: GERMANI, op. cit., p. 221.

atingidos os sujeitos que deram impulso e forma a tudo, afirmando uma memória para o Movimento Justiça e Terra.

Como já foi exposto, anteriormente, o movimento dos atingidos trouxe vários significados para quem participou. Mesmo quem não tinha propriedades para serem indenizadas, acabou por avaliar e pensar o movimento, como é o caso do pastor Fuchs, que participou do movimento, através da Comissão Pastoral da Terra. Na sua análise sobre o movimento afirmou:

A minha avaliação era essa: a gente tinha muita coisa, muito trabalho, né? Era uma questão muito ampla e a gente se sentia pequeno e, a o mesmo tempo, tinha uma série de surpresas, que a gente achava: 'não vai acontecer nada e de repente tava acontecendo'... No todo, existiu assim, muitos avanços pra época, fantásticos. Avanços na luta. Eu acho que, nesse sentido o movimento foi uma escola e até hoje eu digo que o movimento sem-terra, uma das duas vertentes: é os atingidos por barragens que desembocou, a outra vertente seria a luta dos indígenas que desenvolveu. Que desenvolveu, que desembocou e até hoje o movimento sem-terra tem alguma herança do jeito de organização e também da linha, por exemplo, não- violenta e tal, sem isso não teria avançado, né? Então, foi um marco, foi um exemplo que inspirou muita gente depois, tá? <sup>183</sup>

Para o pastor Fuchs, o movimento dos atingidos por Itaipu, mostrou como os trabalhadores rurais poderiam se organizar, servindo inclusive de exemplo para que outros movimentos comessem a surgir no campo, no Brasil, naquele período. Pontuou ainda, que o movimento foi se constituindo, a partir dos sujeitos que estavam engajados na luta, não estando o movimento pronto, sendo isto resultado da heterogeneidade do próprio grupo. Mas, com as experiências compartilhadas as diferenças foram superadas. Em sua avaliação, Fuchs valorizou a força do movimento através da participação dos atingidos.

O assessor jurídico do Movimento Justiça e Terra, acompanhou o desenrolar dos problemas que haviam sido trazidos para o interior do movimento através dos seus integrantes. Participou das mobilizações coletivas dos atingidos, como por exemplo, o acampamento, em Foz do Iguaçu e integrou a comissão de negociação entre expropriados e Itaipu sobre as indenizações. Em relação ao movimento dos atingidos, o Dr Cláudio, fez sua avaliação, motivado pelas experiências que compartilhou e vivenciou com os atingidos durante a fase de mobilização:

Os objetivos foram atingidos, entende, conquistas houve. Não vou dizer cem por cento daquilo que nós propusemos, até isto é impossível e na verdade era uma batalha, digamos, de Golias. De um lado, um grupo de agricultores e de

---

<sup>183</sup> FUCHS, 2007, op. cit.



desapropriados com poucos recursos, pouca instrução. Eu, hoje, reconheço, o grupo não estava assessorado a altura de Itaipu, que já falei, tinha o melhor de jurídico no Brasil do lado deles, entende? E nós, sentávamos numa mesa pra discutirmos a nossa situação e Itaipu defendendo interesses, é claro, né? Mas, eu acredito, que no final, o objetivo do movimento foi muito bom e primeiro que não houve atrito nenhum. Acho que isso é um ponto positivo, porque nunca houve uma prisão, não houve nada. E, segundo, nós como formiguinhas, conseguimos, embora que a Itaipu tinha uma estratégia muito boa, esta estratégia ia cada vez minando o grupo. Os que faziam parte da comissão central do grupo, pessoal muito bom: o Marcelo, o Orestes, que eram os dois principais, o pastor Fuchs. O pastor Fuchs não tinha interesse, porque não tinha área nenhuma para ser desapropriada. O pastor Fuchs foi o que mais batalhou em cima disso, foi um baluarte mesmo. E foram pessoas que ficaram com o grupo até o fim, que mesmo depois de desapropriados, os que faziam parte da comissão permaneceram lutando, que é difícil pra a maioria das pessoas... aqui o pessoal teve firme até o final, até realmente todo mundo ser desapropriado e aí o movimento se extinguiu.<sup>184</sup>

Em sua avaliação, a luta existente deu-se entre a Itaipu toda poderosa com os melhores assessores jurídicos do Brasil, impondo suas ordens contra os agricultores que lutavam por uma melhor indenização. Foi uma luta desigual, pois o sistema estava do lado da Binacional que dominava a situação, mas a prepotência dos dirigentes da Itaipu foi quebrada pela resistência dos atingidos, pois, mesmo o movimento tendo algumas fragilidades conseguiu muitas concessões por parte da empresa. Cabe lembrar aqui, que a empresa tinha pressa em agilizar as indenizações, tinha prazo para concluir a obra e deixar a área pronta para a formação do reservatório, e, por isso, foi concedendo alguns direitos aos expropriados, mas pressionada evidentemente pela ação dos atingidos. Em sua fala, o Dr. Cláudio destacou as lideranças do movimento dizendo que a razão para tal incentivo aconteceu porque sua participação nas negociações com a Itaipu esteve mais ligada às lideranças, acompanhando e participando das reuniões como advogado que representava os interesses dos atingidos. Ainda em sua narrativa, lembrou do caráter pacífico do movimento, sendo sua fala influenciada pelo discurso da Igreja que esteve presente no movimento e pregava o pacifismo nas mobilizações, amortecendo enfrentamentos e um possível endurecimento do movimento.

Ao analisar estes depoimentos, vejo que a construção da usina de Itaipu transformou o espaço de vivência das pessoas que tiveram suas propriedades tomadas pelas águas do reservatório. Porém, a experiência no processo de indenização, bem como a participação no movimento, articulado pelos atingidos foi diferente para cada um aqui entrevistado, revelando muitas memórias e muitas histórias. As memórias expressas neste trabalho, revelaram a diversidade de experiências que foram vivenciadas e trouxeram à tona os valores e os

---

<sup>184</sup> PIZZATTO, op. cit.

significados que os sujeitos deram a sua prática social no cotidiano. Nas narrativas dos sujeitos, percebo a necessidade de cada um registrar, evidenciar e firmar sua presença no movimento dos atingidos e mesmo aqueles, que não participaram, construíram uma narrativa que os inclui no processo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como a produção do conhecimento histórico não é eterno, entendo que, embora das muitas interpretações feitas neste trabalho, para muitos, consideradas inconclusas, podem abrir novos caminhos e novas reflexões para outras pesquisas.

É interessante observar ao longo da pesquisa, que as experiências sociais dos atingidos, mostraram a constante luta pelo direito à terra, condição primordial para lhes garantir o meio de sobrevivência, num período em que este direito estava ameaçado pela construção da hidrelétrica de Itaipu e para que o acesso à terra fosse possibilitado, nasceu um processo que caracterizei de resistência dos atingidos através do compartilhamento das experiências. Neste compartilhamento das experiências entre os atingidos, a resistência foi crescendo na consciência e ganhou visibilidade, tendo grande repercussão regional e nacional. Porém, estas experiências foram apreendidas de um modo muito específico, sendo que cada sujeito tinha seu ponto de vista e fazia sua interpretação do real.

Assim, estes sujeitos na sua resistência, lutaram contra a expropriação promovida pela Itaipu Binacional no passado, através das mobilizações coletivas para estabelecer melhores preços pelas indenizações, para ter acesso à outra terra. No entanto, este processo de expropriação, ainda está presente nos dias de hoje no oeste do Paraná, motivado pelo avanço do capitalismo no campo, excluindo uma parte de pequenos proprietários, meeiros e arrendatários de seu meio de sobrevivência: a terra. Estes são empurrados para os centros

urbanos, onde ajudam a engrossar a fila de desempregados e marginalizados, sendo expropriados de todas as condições fundamentais de sobrevivência. Não somente pequenos agricultores vivenciam a expropriação, mas esta também é vivida pela classe trabalhadora na cidade e na análise feita pelo senhor João, que foi um dos atingidos por Itaipu e com a expropriação causada pela hidrelétrica migrou para a cidade, comentou como vivencia este processo:

Vinte e três anos depois, nós voltamos, dia 24 de outubro de 2002. Vai fazer 4 anos. Daí quando nós voltamos, aquela mesma casa que nós compramos lá [na cidade de Estrela, no Rio Grande do Sul] pra a terra que nós tinha aqui, aí vocês imaginam a desvalorização que deu aqui pra nós, né. Daí nós vendemos nossa casa lá por 36 [trinta e seis mil reais] e compramos aqui por 45 [quarenta e cinco mil reais] e dinheiro na poupança, nenhum. Daí, nós era obrigado a ir no banco e pedi um dinheiro para conseguir comprar esta casa e isso, eu penso assim, isso foi a Itaipu que... fez. Se tu mora na cidade e ganha pouco, não tem sobra mais de dinheiro, né...<sup>185</sup>

Na avaliação do senhor João, a construção da usina de Itaipu, o levou a expropriação de suas terras e ficou privado do sustento que a terra oferecia a ele e a sua família. Foi alvo da desvalorização monetária e da valorização imobiliária, características tão próprias do sistema capitalista que o expropriou de comprar os mesmos bens que tinha antes. No entanto, o processo de expropriação motivado pelo capitalismo continua expropriando a ele e a classe trabalhadora diariamente das condições de sobrevivência.

Nas entrevistas realizadas para este trabalho, os sujeitos que foram expropriados pelas águas de Itaipu, no relato de suas experiências, travaram uma luta para ter garantido o direito ao acesso à terra, uma condição que estava para além da indenização, ou seja, os atingidos queriam que a indenização proposta pelos dirigentes da Itaipu, lhes possibilitasse a compra de terras para lhes garantir o sustento, mas que para alguns não foi possível. Ou pelos baixos valores das indenizações oferecidos pela Binacional, ou pela desvalorização do dinheiro e, ainda, por não conseguir encontrar terras na região oeste do Paraná, em detrimento da especulação imobiliária, restando apenas outros lugares mais distantes.

Ainda nas narrativas dos sujeitos atingidos, apresentadas nesta pesquisa, estes se vêem e se identificam como pessoas que foram arrancadas do seu espaço de sobrevivência, sendo desenraizadas de suas práticas culturais, o que deixou marcas significativas ao longo de suas vidas. As pessoas que migraram e que foram acolhidas nos novos lugares, estas viveram e compartilharam novas experiências, aprendendo e transformando novos modos de vida,

---

<sup>185</sup> SENHOR JOÃO, op. cit.

refizeram tradições e costumes<sup>186</sup>. Mas continuaram a lutar contra a expropriação imposta pelo sistema capitalista à classe trabalhadora.

No presente, Itaipu, possivelmente, na tentativa de fazer levar ao esquecimento da população, a luta pelo direito à terra defendida pelos atingidos, que resistiram à expropriação, propõe projetos para os municípios que foram atingidos pelo lago artificial, através de parcerias com órgãos públicos e privados, aparecendo como uma verdadeira “vitrine” de projetos sociais preocupada com o meio ambiente e com a questão social na região lindeira ao lago, ocultando e abafando assim, todo o processo de expropriação dos quais foram vítimas, os sujeitos que tiveram suas propriedades inundadas. Dessa forma, impossibilitando a população de conhecer a história de exclusão da grande maioria dos atingidos, negando o direito à memória para tentar evitar novas problemáticas, acerca da expropriação destes sujeitos.

---

<sup>186</sup> KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes. Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho D'Água. 2006. p. 30.

## FONTES

### ENTREVISTAS

DAL POZZO, Valentim Celeste. 64 anos. Foi vigário na paróquia de Santa Helena de 1977 a 1982. Em 2007 residia em Iguatu, Paraná, onde era vigário da desta cidade. Não permitiu que a entrevista fosse gravada. Entrevista concedida a Judite V. Schmitt em Santa Helena, 23 de abril de 2007.

FUCHS, Werner. 58 anos. Pastor da IECLB. Foi coordenador da Comissão Pastoral da Terra-PR durante a as mobilizações dos atingidos por Itaipu. Em 2007 residia em Curitiba. Entrevista concedida a Judite V. Schmitt em Curitiba, 11 de junho de 2007.

NIEDERLE, Osmar. 73 anos e NIEDERLE, Maria 68 anos. Aposentados. Agricultores. Em 2007 residiam em Iguaporã, distrito de Marechal Cândido Rondon. Entrevista concedida a Judite V. Schmitt em Iguaporã, 05 de setembro de 2007.

PAGNUSSATTI, Orlando. 55 anos. Bancário e ex-agricultor. Em 2007 residia em Marechal Cândido Rondon. Entrevista concedida a Judite V. Schmitt em Marechal Cândido Rondon, 03 de julho de 2006.

PIZZATTO, Cláudio. Foi o assessor jurídico do Movimento Justiça e Terra. Em 2007 residia em Palotina e exercia a advocacia. Entrevista concedida a Judite V. Schmitt em Palotina, 29 de agosto de 2007.

SCHNEIDER, Ivo. 78 anos. Aposentado. Agricultor. Em 2007 residia em Entre Rios do Oeste. Entrevista concedida a Judite V. Schmitt em Entre Rios do Oeste, 04 de agosto de 2006.

SENHOR JOÃO. 64 anos. Aposentado e ex- agricultor. Em 2007 residia em Marechal Cândido Rondon. Entrevista concedida a Judite V. Schmitt em Marechal Cândido Rondon, 22 de junho de 2006.

SENHOR PAULO. 68 anos. Aposentado. Agricultor. Em 2007 residia em Missal. Entrevista concedida a Judite V. Schmitt em Missal, 19 de agosto de 2006.

SIMONETTI, Delfino Antônio. 61 anos. Agricultor. Em 2007 residia em Cascavel. Entrevista concedida Judite V. Schmitt em Marechal Cândido Rondon, 24 de setembro de 2006.

### JORNAIS

“O PARANÁ” bate record de vendas em Santa Helena. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1240, 16 jul. 1980. Arquivo da Biblioteca Municipal de Cascavel.

“QUEREMOS paz, justiça e terra”. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1239, p. 6, 15 jul. 1980. Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel.

A RESISTÊNCIA dos agricultores. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 17, p. 14, 01 a 07 abr. 1981. Arquivo da Biblioteca Pública de Foz do Iguaçu

ACORDO encerra a longa vigília: Foz. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1472, p. 8, 13 maio 1981. Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel.

AGRICULTOR reafirma posição. *O Paraná*, Cascavel, ano 3, n. 866, p. 3, 08 abr. 1979. Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel.

AGRICULTORES fecham questão. *O Paraná*. Cascavel. Ano 3, n. 831, sem página, 23 de fev. 1979. Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel.

AGRICULTORES marcharam em paz pelas ruas de Foz. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1456, 08 abr. 1981. Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel.

AGRICULTORES não se renderão. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 18, p. 13, 08 a 15 abr. 1981. Arquivo da Biblioteca Pública de Foz do Iguaçu.

BAIONETAS param passeata. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1438, p. 8, 18 mar. 1981. Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel.

BASTIDORES. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1253, p. 2, 30 jul. 1980. Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel.

DESAPROPRIADOS vão a Geisel. *O Paraná*, Cascavel, ano 3, n. 726, p. 4, 17 out. 1978. Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel.

EDITORIAL. A união fez a força. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1253, p. 2, 30 jul. 1980. Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel.

MARCHA sobre Itaipu será hoje com 2 mil lavradores. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1437, p. 10, 17 mar. 1981. Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel.

NENHUMA solução ainda dos colonos do oeste. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1446, p. 1, 27 mar. 1981. Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel.

NOVOS rumos para as desapropriações em Itaipu. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 19, p. 19, 15 a 22 abr. 1981. Arquivo da Biblioteca Pública de Foz do Iguaçu.

O PREÇO da paz: Justiça e Terra. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 15, p. 6, 18 a 25 mar. 1981. Arquivo da Biblioteca Pública de Foz do Iguaçu.

O QUE nos dizem estas observações. *Boletim Poeira*, n. 2, p. 3, 1978. Arquivo da CPT. Curitiba.

OPINIÕES sobre o desfecho. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 22, p. 7, 13 a 19 maio 1981. Arquivo da Biblioteca Pública de Foz do Iguaçu.

POUCA justiça e pouca terra. Opinião. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 23, p. 18, 20 a 26 maio 1981. Arquivo da Biblioteca Pública de Foz do Iguaçu.

TEMENDO a “marcha” Itaipu recua. *O Paraná*, Cascavel, ano 5, n. 1252, p. 6, 29 jul. 1980. Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel.

## DOCUMENTOS

ALGUMAS Notícias da Comissão Pastoral da Terra do Paraná. *Boletim Poeira*, n.2, p. 5, 1978. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra. Curitiba.

ATA DE REUNIÃO da Comissão Pastoral da Terra. Cascavel. 13 e 14 de dezembro de 1978. Arquivo da CPT. Curitiba.

ATA DE REUNIÃO da Comissão Pastoral da Terra. Cascavel. 03 de agosto de 1978. Arquivo da CPT. Curitiba.

ATA DE REUNIÃO da liderança do Movimento Justiça e Terra. Santa Helena. 12 de agosto de 1980. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra. Curitiba.

ATA DE REUNIÃO de lideranças do Movimento Justiça e Terra. Santa Helena. 29 de julho de 1980. Arquivo da CPT. Curitiba.

BOLETIM POEIRA. Ano 1, n. 5, p. 5, 1978. Arquivo da CPT. Curitiba.

BOLETIM POEIRA. Ano 3, n. 12, p. 7, jul./ago. 1980. Arquivo da CPT. Curitiba.

CIRCULAR da Comissão Pastoral da Terra. Marechal Cândido Rondon. Setembro de 1978. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra. Curitiba.

DEPOIMENTOS de Marcelo Barth. Arquivo da CPT. Curitiba.

FUCHS, Werner. Prefácio. In: MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça: Itaipu X agricultores expropriados*. Comissão Pastoral da Terra. Curitiba. 1980.

KIRINUS, Gernote. *CPI Desparanização*. Comissão Pastoral da Terra. Marechal Cândido Rondon. 1978. p. 2. Arquivo da CPT. Curitiba.

MARCELO Barth - o líder. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, ano 1, n. 22, p. 7, 13 a 19 maio 1981. Arquivo da Biblioteca Pública de Foz do Iguaçu.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça: Itaipu X agricultores expropriados*. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra, 1980.

MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA. *À opinião pública*. Foz do Iguaçu. 09 maio 1981. Arquivo da CPT. Curitiba.



O AGRICULTOR escreve o que vive e pensa. *Boletim Poeira*, n.2, p. 5, 1978. Arquivo da CPT. Curitiba.

PRONUNCIAMENTO do padre Valentim Celeste Dal Pozzo. Santa Helena, 2006.

ÚLTIMO DIA DE ACAMPAMENTO EM FOZ DO IGUAÇU. Movimento Justiça e Terra. Foz do Iguaçu. 1981. Arquivo da CPT. Curitiba.

## BIBLIOGRAFIA

ANEXOS. In: GERMANI, Guiomar Inêz. *Expropriados. Terra e Água: o conflito de Itaipu*. EDUFBA: ULBRA. Salvador.2003. p. 199.

AZEVEDO, Maria Helena Lacerda de. *Itaparica: o futuro de um povo. A expropriação do espaço de trabalho pelo Estado para o capital*. São Paulo, 1991. Dissertação de Mestrado, USP, F.F.L.C.H., Departamento de Geografia.

BERWANGER, Nelzira M. S. *Itaipu: o discurso de modernidade e o aumento da violência na região de fronteira (Marechal Cândido Rondon - 1993-1995)*. Marechal Cândido Rondon, 1995. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

BURKE, Peter. História como memória social. In: \_\_\_\_\_. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANESE, Ricardo. Itaipu e as relações paraguaio- brasileiras: uma visão desde a perspectiva paraguaia. In: SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo *Itaipu: geopolítica e corrupção*. São Paulo: CEDI, 1991. p. 44-46.

CASTAGNERA, Neiva Clarisse Bamberg. *Um estudo sobre as formas de violência no processo de desapropriação dos atingidos pela barragem de Itaipu (1978-1985)*. Marechal Cândido Rondon, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

DUARTE, Osny Pereira. *Itaipu: prós-contras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

FENELON, Déa Ribeiro et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D' Água, 2005.

FOCHEZATTO, Anadir. *Estudo e contextualização da vida campesina pré-Itaipu e das experiências cotidianas coletivas de luta e resistência dos expropriados*. Marechal Cândido Rondon, 2005. Monografia de Especialização, UNIOESTE.

FOCHEZATTO, Anadir. *Um estudo das experiências cotidianas coletivas de resistência dos expropriados da Itaipu*. Marechal Cândido Rondon, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

FRANZ, Márcia Ivone. *“Pequenos unidos cidadãos da terra e do reino”*: os expropriados da Itaipu na luta pela terra. Marechal Cândido Rondon, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

GARCIA CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GERMANI, Guiomar Inêz. *Expropriados: terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA : ULBRA, 2003.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. *Muitas memórias, outra histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2005.

KARPINSKI, Cezar. *Sobre as águas a memória: a usina hidrelétrica de Salto Caxias e a história dos que ficaram*. Marechal Cândido Rondon, 2004. Projeto de pesquisa para a Especialização em História e Região.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. *Muitas memórias, outra histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2005.

KHOURY, Yara Aun. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes et al. *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930 – 1984)*. Niterói, 2004. Tese de doutorado, UFF/UNIOESTE.

MAIA, Marcelo Cláudio. *Itaipu e suas conseqüências em Guairá*. Marechal Cândido Rondon, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MENGARDA, Salete Maria. *Itaipu: “a obra do século” – barragem de exclusão social*. Marechal Cândido Rondon, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

MOSCONI, Neuri. *Itaipu: suas conseqüências no território alagado (um estudo de caso sobre o município de Entre Rios do Oeste)*. Marechal Cândido Rondon, 1993. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

PAULA, Dilma Andrade de. *A cidade submersa: o processo de destruição de São João Marcos (1930- 1945)*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação de mestrado, UFRJ.

PEREIRA, Lucas Batista. *Velha raiz, nova morada (A barragem de Anagé: transformações no modo de vida sertanejo)*. São Paulo, 1993. Dissertação de Mestrado, USP, F.F.L.C.H., Departamento de Geografia.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 60, 1994.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*. PUC, São Paulo, abr. 1997.

PREDIGER, Ezilda Ana. *O impacto sócio-econômico da usina hidrelétrica de Itaipu para o município de Santa Helena*. Marechal Cândido Rondon, 1998. Monografia de Especialização, UNIOESTE.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memória do concreto: vozes na construção de Itaipu*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de São Paulo.

SCHAUFELBERGER, Roberto. *Itaipu e as conseqüências econômicas e sociais no distrito de Arroio Guaçu – Mercedes*. Marechal Cândido Rondon, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

SCHILLING, Paulo. *Biografia*. Disponível em: <<http://www.pauloschilling.com>>. Acesso em 15 fev. 2008.

SCHILLING, Paulo R. O homem, a ecologia, a soberania e o desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_; CANESE, Ricardo. *Itaipu: geopolítica e corrupção*. São Paulo: CEDI, 1991. p. 25

TARGANSKI, Sérgio. *Desapropriados de Itaipu rumo ao novo eldorado: a história dos colonos desapropriados pela hidrelétrica de Itaipu que migraram ao Mato grosso, fundando a cidade de Gaúcha do Norte entre as décadas de 1970 e 1990*. Niterói, 2002. Dissertação de mestrado, UFF/UNIOESTE.

TARGANSKI, Sérgio. *Desapropriados de Itaipu: rumo ao eldorado*. Marechal Cândido Rondon, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. 2.

WILLIAMS, Raymond. “Língua”. In: *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro. Zahar, 1979.